



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA**

RICHARD CARDOSO DE REZENDE

**CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO: ESTUDO SOBRE O
PAPEL DA INSTITUIÇÃO NAS IMPLICAÇÕES DO USO DA MARGEM
DE CONSIGNAÇÃO PELOS SERVIDORES PÚBLICOS.**

Vitória, Espírito Santo.
2014

RICHARD CARDOSO DE REZENDE

**CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO: ESTUDO SOBRE O
PAPEL DA INSTITUIÇÃO NAS IMPLICAÇÕES DO USO DA MARGEM
DE CONSIGNAÇÃO PELOS SERVIDORES PÚBLICOS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública, na área de Gestão de Operações no Setor Público .

Orientador: Prof. Dr. Hélio Rosetti Junior

Vitória, Espírito Santo.
2014

FICHA CATALOGRÁFICA DO RELATÓRIO DE QUALIFICAÇÃO

Richard Cardoso de Rezende

CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO: ESTUDO SOBRE O PAPEL DA INSTITUIÇÃO NAS IMPLICAÇÕES DO USO DA MARGEM DE CONSIGNAÇÃO PELOS SERVIDORES PÚBLICOS.

Richard Cardoso de Rezende – Vitória/ES, 2014

vi, xx, 29,7 cm

Orientador: Hélio Rosetti Junior, D.Sc.

Relatório de Qualificação (Exame de Qualificação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em Gestão Pública, 2014

1. Consignação em Folha 2. Educação Financeira.
3. Endividamento. 4. Margem de Consignação. 5. Administração Financeira.

I. REZENDE, Richard Cardoso de. II. Título.

CDD:

RICHARD CARDOSO DE REZENDE

CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO: ESTUDO SOBRE O PAPEL DA INSTITUIÇÃO NAS IMPLICAÇÕES DO USO DA MARGEM DE CONSIGNAÇÃO PELOS SERVIDORES PÚBLICOS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública, na área de Gestão de Operações no Setor Público .

Aprovado em 08 de dezembro de 2014.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Hélio Rosetti Junior
(Presidente da Banca Examinadora)
Instituto Federal do Espírito Santo - IFES

Prof^a. Dr^a Tereza Cristina Janes Carneiro
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Prof. Dr. Luciano Lessa Lorenzoni
Instituto Federal do Espírito Santo - IFES

VITÓRIA
2014

“Agir, eis a inteligência verdadeira. Serei o que quiser. Mas tenho que querer o que for. O êxito está em ter êxito, e não em ter condições de êxito. Condições de palácio tem qualquer terra larga, mas onde estará o palácio se não o fizerem ali?”

Fernando Pessoa

AGRADECIMENTOS

À Deus, na trindade santa, Senhor de todas as coisas que sempre derrama suas bênçãos, pela oportunidade de finalizar mais uma etapa na vida pessoal e profissional.

À minha esposa, pelo carinho, compreensão, companheirismo e pelos incentivos desde o início do trajeto.

Aos meus pais e irmãs pela força, entusiasmo e palavras positivas.

Ao orientador Héliο pela orientação, disponibilidade, paciência e apoio.

A Professora Teresa pelo apoio e disponibilidade, sempre disposta a ajudar.

Aos colegas e amigos pelo apoio e incentivo.

RESUMO

A utilização da margem de consignação é um fator indicativo de endividamento do servidor público, pois compromete parte de sua renda futura, diminuindo seu poder aquisitivo. A partir do ano de 2003 o governo brasileiro estimulou a oferta de crédito consignado, com taxas de juros mais atrativas, acarretando e um aumento do saldo de operações contratadas de 1.340,20% de 2004 a 2011. Devido as características do vínculo empregatício os servidores públicos se tornaram os principais tomadores de empréstimo consignado. Entretanto, o não entendimento da margem de consignação e a falta de educação financeira pode fazer com que o servidor entre em situação de dificuldade financeira, principalmente como sobreendividamento, que é a impossibilidade de pagar suas dívidas de créditos, podendo ter reflexo no desenvolvimento do trabalho. A fim de atingir o objetivo de identificar a atuação da instituição sobre as implicações do uso da margem de consignação pelos servidores públicos, foi realizado uma pesquisa de levantamento com abordagem quanti-qualitativa por meio de aplicação de questionário, obtendo um retorno de 210 respostas válidas. Os dados foram tabulados e analisados utilizando técnicas estatísticas como análise descritiva e tabelas de contingência observando os valores dos testes de qui-quadrado e V de Cramer. As conclusões indicam que a orientação financeira do servidor pode contribuir para utilização da margem de consignação de forma mais consciente evitando problemas financeiros e melhorando sua atuação no trabalho e que a instituição estudada poderia atuar de forma mais ativa sobre as implicações da margem de consignação. Por fim, foi recomendado como plano de intervenção da instituição a formulação de cursos sobre a educação financeira e sobre a margem de consignação, apresentado conceitos e casos cotidianos para melhor assimilação dos servidores, por meio do programa de capacitação dos servidores já existente na instituição.

Palavras-chaves: consignação em folha, educação financeira, endividamento, margem de consignação, administração financeira.

ABSTRACT

The use of consignment margin is indicative factor of the employee public debt, because it jeopardizes part of your future income decreased their purchasing power. From the year 2003 the Brazilian government encouraged the payroll loan offer more attractive interest rates, leading and an increase in the balance of contracted operations 1340.20% from 2004 to 2011. Because the employment characteristics of the employee public became the main payroll borrowers. However, not understanding the margin of assignment and the lack of financial education can cause the employee public please state of financial difficulty, especially as over-indebtedness, which is the inability to pay their credit debts, may be reflected in the development of work. In order to achieve the objective of identifying the role of the institution about the implications of using the margin of consignment by civil employee, was conducted of survey with quantitative and qualitative approach through a questionnaire, yielding a return of 210 valid responses. Data were tabulated and analyzed using statistical techniques such as descriptive analysis and contingency tables watching the values of the chi-square test and Cramer's V. The findings indicate that the financial guidance employee public can help to use the consignment margin more consciously avoiding financial problems and improving their performance at work and the institution studied could act more actively on consignment margin implications. Finally, it was recommended as the institution's intervention plan formulating courses on financial education and the margin of consignment presented concepts and everyday cases for better assimilation of the employee, through the training program for existing servers in the institution.

Keywords: consignment sheet, financial education, debt, margin Consignment, financial management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Relacionamento dos envolvidos no sistema CONSIST eSCA	51
---	----

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 01 – Grau de instrução dos servidores da UFES.....	68
Gráfico 02 – Relação entre classe social e consignação em folha.....	70
Gráfico 03 – Evolução do quantitativo de servidores na UFES	71
Gráfico 04 – Tendência do volume de consignação em folha na UFES	72
Gráfico 05 – Servidores que tiveram conhecimento ou participaram de algum evento sobre consignação em folha.....	90
Gráfico 06 – Participação de servidores em algum evento sobre educação financeira _	90
Gráfico 07 – Importância dos assuntos planejamento, orçamento e fluxo de caixa em um curso sobre educação financeira.....	92
Gráfico 08 – Importância dos assuntos produtos bancários e modalidades de empréstimos em um curso sobre educação financeira	93
Gráfico 09 – Importância da matemática financeira em um curso sobre educação financeira.....	94
Gráfico 10 – Importância das taxas de juros nominal e efetiva em um curso sobre educação financeira	95
Gráfico 11 – Importância do funcionamento da margem de consignação e termo de ocorrência de denuncia em um evento de educação financeira.....	96
Gráfico 12 – Concordância do servidor em participar de um evento (curso, palestra, etc.) de educação financeira	97

LISTA DE QUADRO

Quadro 01 – Detalhamento das variáveis para estudo dos fatores associadas a o papel da instituição nas implicações do uso da margem de consignação	66
Quadro 02 – Agrupamento de respostas do questionário	73
Quadro 03 – Proposta de ementa para cursos sobre educação financeira	108

LISTA DE TABELA

Tabela 01 – Saldos de operações contratadas com pessoas físicas	17
Tabela 02 – Distribuição da quantidade de servidores por faixa de margem de consignação livre e nível de escolaridade	69
Tabela 03 – Volume de consignação em folha de pagamento da UFES	70
Tabela 04 – Grau de associação de V de Cramer	73
Tabela 05 – Percentual de servidores por categoria de possui consignação e faixa etária	75
Tabela 06 – Teste de qui-quadrado de Pearson para Possui consignação e variáveis não significantes para perfil dos pesquisados	76
Tabela 07 – Quantidade de consignações de empréstimo ou financiamento que o servidor possui	76
Tabela 08 – Motivo para adquirir a consignação de empréstimo	77
Tabela 09 – Valor que o servidor tomou emprestado.....	78
Tabela 10 – Prazo para quitação do empréstimo.....	78
Tabela 11 – Percentual de utilização da margem de consignação	79
Tabela 12 – Conhecimento da taxa de juros praticada na consignação	80
Tabela 13 – frequência de ocorrência de problema de consignação por tipo	81
Tabela 14 – Local de procura para resolução do problema de consignação	81
Tabela 15 – Tempo de resolução do problema de consignação	82
Tabela 16 – Satisfação com a solução do problema com a consignação	82
Tabela 17 – Percentual de servidores por categoria de possui consignação e frequência com que empréstimos consignados são oferecidos	83
Tabela 18 – Percentual de servidores por categoria de foi contatado a adquirir novo empréstimo ou vender a dívida e quantidade de consignações de empréstimo ou financiamento possui.....	85
Tabela 19 – Percentual de servidores por categoria de possui consignação e conhecimentos em planejamento de finanças pessoais	86
Tabela 20 – Percentual de servidores por categoria de possui consignação e conhecimentos em orçamento de finanças pessoais	86
Tabela 21 – Percentual de servidores por categoria de possui consignação e conhecimentos em fluxo de caixa	87

Tabela 22 – Percentual de servidores por categoria de possui consignação e conhecimentos em funcionamento da margem de consignação.....	88
Tabela 23 – Percentual de servidores por categoria de possui consignação e conhecimentos em termo de ocorrência de denuncia	88
Tabela 24 – Teste de qui-quadrado de Pearson para Possui consignação e variáveis não significantes para educação financeira dos servidores	89
Tabela 25 – Percentual de servidores por categoria de possui consignação, orientação de problemas e obtenção de informações.....	91

LISTA DE SIGLAS

ANAFEC	Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade.
BCB	Banco Central do Brasil
CBLC	Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia
CDB	Certificado de Depósito Bancário
CDC	Crédito Direto ao Consumidor
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNC	Confederação Nacional do Comércio
DGP	Departamento de Gestão de Pessoas
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
FGC	Fundo Garantidor de Crédito
IGP-M	Índice Geral de Preço do Mercado
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IOF	Imposto Sobre Operações Financeiras
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OEC	Observatório do Endividamento dos Consumidores
PEIC	Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PIB	Produto Interno Bruto
PROCON	Instituto Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor
PROGEP	Pró-reitoria de Gestão de Pessoas
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SIAPÉ	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIGEPE	Sistema de Gestão de Pessoas
SIGMAC	Sistema de Gestão de Margens Consignadas
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
SRH	Secretaria de Recursos Humanos
TAC	Taxa de Abertura de Crédito
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	21
2.1 ENDIVIDAMENTO PESSOAL.....	21
2.1.1 Sair do endividamento.....	25
2.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA	27
2.2.1 Planejamento e orçamento pessoal	30
2.2.2 Taxa de juros.....	34
2.2.3 Fluxo de caixa	36
2.2.4 Produtos e serviços bancários	38
2.3 CRÉDITO CONSIGNADO.....	41
2.3.1 A Lei 1046 de 02 de janeiro de 1950.....	43
2.3.2 Decreto nº 6.386 de 29 de fevereiro de 2008.....	45
2.3.3 Portaria Normativa SRH nº 01 de 25 de fevereiro de 2010	48
2.3.4 Gerenciamento da consignação em folha e margem de consignação	50
2.3.5 Problemas com consignação em folha.....	51
2.4 A IMPORTANCIA DA ATUAÇÃO DA ENTIDADE.....	53
2.5 ESTUDOS SOBRE A CONSIGNAÇÃO EM FOLHA	58
3. METODOLOGIA	61
3.1 ESCOPO DO TRABALHO	63
3.2 OBTENÇÃO DE DADOS	63
3.3 A ENTIDADE ESTUDADA	67
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	72
4.1 PERFIL DOS PESQUISADOS	74
4.2 EMPRESTIMO CONSIGNADO	76
4.3 PROBLEMAS COM CONSIGNAÇÃO	80

4.4 ASSÉDIO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	83
4.5 EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO SERVIDOR	85
4.6 PAPEL ORIENTATIVO DA INSTITUIÇÃO	89
4.7 DISCUSSÃO	97
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
6. PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO INSTITUCIONAL	107
7. REFERÊNCIAS.....	110
Apêndice A	116
Apêndice B	121
Anexo A	125

1. INTRODUÇÃO

O endividamento da população brasileira atingiu em agosto de 2014 o patamar de 63,3% da população, de acordo com a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, sendo que 19,2% estão com dívida ou contas atrasadas (SAMPAIO, 2014).

Em países ditos desenvolvidos há uma grande preocupação com a educação financeira por causa do aumento da expectativa de vida, que se aproxima dos 100 anos, e da cultura consumista que as crianças estão crescendo. Já no Brasil, pesquisas revelam que de 10 paulistas apenas 2 conseguem administrar corretamente seus recursos financeiros e que 50% dos casais brasileiros se separam por causa de conflitos provocadas pelo dinheiro (PAIVA, 2013)

Tal situação pode ser reflexo de uma política de expansão de crédito à população introduzida pelo governo para tentar impulsionar a economia e propiciar o crescimento econômico, visto que a lógica vigente é baseada no consumo. Essa expansão ganhou força a partir do momento em que o crédito consignado tornou-se atrativo para as instituições financeiras, após a estabilização da moeda e da economia. Houve ainda incentivo a esta modalidade crédito com a edição das Leis 10.820/03 e 10.953/04 as quais permitiram a consignação em folha de pagamento para aposentados e pensionistas do INSS e funcionários regidos pela CLT.

No crédito consignado a instituição empresta o dinheiro para o indivíduo e recebe o pagamento das parcelas diretamente dos empregadores, que efetuam o desconto do valor da parcela em folha de pagamento do funcionário, direto na fonte. Dessa forma minimiza o risco da inadimplência, proporcionando uma taxa de juros mais atrativa do que em outras modalidades de empréstimo.

Em junho de 2013 o total de concessão de crédito no Brasil atingiu o patamar de 2,5 trilhões, representando um aumento de 563,8% do volume operado em relação ao mesmo mês do ano de 2003, na qual o volume operado foi de 381,3 bilhões. Em relação ao PIB a taxa passou de 24,7% para 55,2%, conforme estudo feito pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

(Anefac). A concessão para pessoas físicas teve um aumento de 766,7% passando de R\$ 82,5 bilhões para R\$ 715,2 bilhões (FOLHA PAULISTANA, 2013).

Relatório do Banco Central do Brasil (BCB) de abril de 2011 assinala que, em janeiro de 2011, as operações de crédito consignado se concentravam nos segmentos de servidores públicos (ativos e inativos) e aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), representando 85,6% do total de empréstimos consignados (BCB, 2011). Em relatório¹ mais recente divulgado em setembro de 2013, pelo BCB, a razão operação de crédito e PIB já estava em 55,5% em agosto do mesmo ano.

Tabela 1- Saldos de operações contratadas com pessoas físicas

Modalidades selecionadas - R\$ bilhões						
Período (ano)	Crédito pessoal	Crédito consignado	Aquisição de bens	<i>Leasing</i>	Cartão de crédito	Cheque especial
2004	30,8	9,7	36,0	1,7	6,7	9,4
2005	44,8	18,6	46,2	4,7	8,7	10,6
2006	65,0	33,1	62,2	8,9	11,9	12,2
2007	81,4	49,6	75,3	14,6	14,1	13,3
2008	103,2	65,9	95,5	31,1	17,7	14,1
2009	134,2	80,0	92,7	57,3	23,0	17,1
2010	167,1	109,8	105,0	63,1	26,8	16,6
2011	208,7	139,7	152,9	46,2	30,4	18,2

Nota: Refere-se ao saldo em janeiro do correspondente ano. (Grifo nosso)

Fonte: Banco Central do Brasil, 2011.

Conforme se pode verificar na tabela 1, o crédito consignado é uma das modalidades de crédito que mais cresceram de 2004 a 2011, representando um aumento de 1.340,20% em oito anos, perdendo somente para o *leasing* que cresceu 2.617,64%. Porém o crédito consignado representa um volume de operações 3,02 vezes maior do que o *leasing*, que é um contrato de concessão onde uma empresa cede a outra o direito de usar e obter rendimentos com bens de sua propriedade, por um determinado período, podendo ou não ter opção de compra ao final do contrato (NEWLANDS, 2011).

¹ BCB. Relatório de Inflação: setembro 2013. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2013/09/ri201309P.pdf>>, acesso em 18 out.2013.

No que se referem aos servidores públicos, aposentados e pensionistas do INSS, as instituições financeiras possuem maior segurança de que receberão o valor emprestado visto que para os pensionistas e aposentados a renda é contínua e os servidores públicos possuem a estabilidade no emprego, assim dificilmente ficará desempregado e não honrará com a dívida.

Devido a essas características, as entidades financeiras aumentaram significativamente o assédio, através de marketing agressivo, a esse grupo de pessoas para realizarem empréstimos consignados ou para transferirem as dívidas com consignado em outras instituições, inclusive oferecendo taxas de juros “diferenciadas”. Esse assédio pode fazer com que o servidor se endivide cada vez mais.

Assim, para muitos servidores a margem de consignação virou um desconto permanente no contracheque. Alguns chegam a esperar a liberação de qualquer valor da margem para realizar nova consignação, outros ainda solicitam ao setor de recursos humanos liberação de mais margem de consignação. Isso pode estar relacionado com a falta de educação financeira, que faz com que os servidores façam mau uso da margem de consignação implicando em problemas e afetando a instituição em que trabalha.

Dentro desse contexto, com o propósito de entender melhor a situação e contribuir para auxiliar a atuação da entidade acerca do tema, emerge a seguinte indagação a ser pesquisada: Qual o papel da instituição sobre as implicações do uso da margem de consignação pelos servidores públicos?

O mau uso da margem de consignação pelos servidores pode implicar no surgimento de problemas financeiros ou que os problemas financeiros existentes sejam agravados, afetando o desenvolvimento do trabalho. Sendo assim, as instituições públicas podem atuar junto aos servidores públicos tendo um papel de orientação e informação aos servidores a cerca da margem de consignação e educação financeira.

Para delinear a pesquisa foi estabelecido como objetivo geral deste trabalho o de identificar a atuação da instituição sobre as implicações do uso da margem de consignação pelos servidores públicos. Assim, para subsidiar o atendimento do objetivo geral do trabalho foram adotados os seguintes objetivos específicos:

- Comparar o perfil dos servidores que utilizam e os que não utilizam a margem de consignação;
- Relacionar utilização da margem de consignação e endividamento pessoal;
- Identificar os motivos que levam os servidores a utilizarem a margem de consignação (possuírem consignação);
- Estudar a associação entre a utilização da margem de consignação e perfil do servidor e conhecimento em educação financeira;
- Verificar a atuação da instituição junto aos servidores para orientação sobre margem de consignação e educação financeira.

O aumento do estoque de crédito e do volume de operações de créditos consignados pode contribuir no aumento de problemas financeiros pessoais por falta de planejamento financeiro, podendo culminar na interferência da atividade laboral do indivíduo com ausências ao trabalho e presenteísmo². Também leva a aumentar problemas operacionais, o que interfere na instituição pública, a qual é responsável para solucionar tais problemas.

Para 2015 há uma perspectiva de um ano economicamente complicado já se falam em diversos aumentos previstos para serviços básicos (energia elétrica, água), aumento da taxa de juros e crescimento do endividamento das famílias. Aponta-se que o momento é de organizar as finanças e deixar uma margem de segurança no orçamento pessoal (SAMPAIO, 2014).

Dessa forma a pesquisa se torna relevante para identificar a atuação da instituição em face as implicações que a relação entre o uso incorreto da margem de

² Presenteísmo: Presença física e ausência mental. Se refere a estar presente fisicamente, mas sem ação e comprometimento

consignação e o endividamento pessoal pode gerar para a instituição em que o servidor está lotado, no caso em referência a Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Também, foi importante na verificação dos problemas gerados pela consignação em folha de pagamento a fim de que se possa mitigar os problemas e melhorar os serviços prestados aos servidores públicos.

Entre as recomendações do plano de intervenção destacam a criação de cursos, divididos em módulos, sobre educação financeira e funcionamento da margem de consignação, utilizando a estrutura da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas que já ministra cursos para os servidores da instituição.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo estão reunidas informações conseguidas na literatura e arcabouço legal acerca do endividamento pessoal, da educação financeira, da consignação em folha de pagamento e margem de consignação, sobre a importância da atuação das instituições junto aos funcionários acerca do endividamento, além de estudos anteriores sobre a consignação em folha de pagamento e margem de consignação.

Na primeira seção estão contidas as informações acerca do endividamento pessoal, posteriormente foi abordado a questão da educação financeira levantando elementos que a compõe e explicando e exemplificando as questões como a taxa de juros, o planejamento e orçamento financeiro e o fluxo de caixa, além da explanação sobre produtos e serviços bancários.

Na terceira seção são abordados a consignação em folha de pagamento e margem de consignação, bem como apontados problemas gerados na operacionalização da consignação em folha. Na seção seguinte é levantada a importância da atuação da entidade na educação financeira dos servidores.

Por fim, são apresentados estudos já realizados sobre consignação, seja em relação ao crédito consignado, a consignação em folha de pagamento, a margem de consignação, a lei de consignação ou perfil dos tomadores de crédito consignado, para que possa ser demonstrado o que está sendo pesquisado sobre o assunto pela comunidade acadêmica.

2.1. ENDIVIDAMENTO PESSOAL

A seção apresenta informações acerca do endividamento pessoal, pois pode levar a pessoa a uma situação financeira crítica. Está muito relacionado com a margem de consignação, devido a utilização da margem de consignação significar comprometimento de parte da renda para saldar uma dívida, assim os indivíduos devem atentar para o seu nível de endividamento.

A ampliação do crédito disponível no mercado para as famílias e a redução da taxa básica de juros³ possibilita a movimentação da economia através do consumo de bens e serviços. Entretanto pode gerar outro efeito, que é o crescimento do endividamento das famílias, principalmente com a utilização do crédito para aquisição de bens e serviços com parcelas em longo prazo, como no caso de imóveis e veículos, pois dessa maneira a renda fica comprometida por uma grande quantidade de tempo causando um “travamento” do orçamento familiar.

Marques (*apud* MALUCELLI, 2008, p.65) salienta que com a expansão do crédito oferecendo diversas facilidades às pessoas com uma publicidade agressiva, pode leva-las ao superendividamento:

A massificação de acesso ao crédito, que se observa nos últimos 5 anos – basta citar os novos 50 milhões de clientes bancários! -, a forte privatização dos serviços essenciais e públicos, agora acessíveis a todos, com qualquer orçamento, mas dentro das duras regras do mercado, a nova publicidade agressiva sobre o crédito popular, a nova força dos meios de comunicação de massa e a tendência de abuso impensado do crédito facilitado e ilimitado no tempo e nos valores, inclusive com descontos em folha e de aposentados, pode levar o consumidor e sua família a um estado de superendividamento.

Para Tolotti (2007) uma das principais causas do endividamento financeiro é o consumo desenfreado e a criação de uma “urgência” em satisfazer os desejos, somando-se a isso a falta de educação financeira e o baixo rendimento. Assim, alerta que várias decisões financeiras não são tomadas apenas com a razão, sendo muitas vezes são tomados por avaliações erradas, impulso, compulsão e/ou pelo significado que o produto tem para a pessoa, chamado endividamento afetivo.

Somado a isso, o modelo de economia no Brasil depende do consumo, assim além do *marketing* agressivo das empresas com propagandas massivas, o governo também estimula o consumo para movimentar a economia na tentativa de fazer o PIB crescer (SAMPAIO, 2014).

³ Também conhecida como taxa SELIC, é uma taxa média ajustada dos financiamentos diários, possui lastro em títulos públicos, sendo apurada no sistema especial de liquidação e custódia (Selic). É definida pelo Banco Central do Brasil e serve de base para as demais taxas de juros (CAVALCANTI, 2009).

De acordo com levantamento realizado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC) através da Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor⁴ (PEIC), em agosto de 2013, do total de famílias brasileiras, 61,4% encontravam-se endividadas, 20,6% tinham dívidas ou contas em atraso e 7,0% não teriam condições de pagar as dívidas (CNC, 2013).

Em relatório apresentado pelo Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra através do programa Observatório do Endividamento dos Consumidores (OEC, 2002) entende-se por endividamento “o saldo devedor de um agregado familiar. Pode resultar de apenas uma dívida ou de mais do que uma em simultâneo, utilizando-se, nesse caso, a expressão *multiendividamento*”. É geralmente ligado a dívidas de crédito, principalmente de consumo e habitação.

Dessa forma, “[...] uma pessoa pode ser considerada endividada quando não consegue cumprir seus compromissos financeiros e possui um atraso que oscila entre 1 mês e 3 meses.” (TOLOTTI, 2007, p.31). Pode ser ativo quando há uma atuação do indivíduo na formação da dívida e passivo quando dívida é alheia à vontade do indivíduo. O endividado ativo possui nenhuma ou muito pouca margem para imprevistos, a renda está sempre comprometida com prestações futuras e acredita que tudo é imprevisto (TOLOTTI, 2007).

A OEC (2002) aborda ainda o conceito de sobreendividamento apontando que tal fenômeno é caracterizado pela impossibilidade do indivíduo de pagar suas dívidas de créditos, porém sem colocar em risco a subsistência da família. Também são consideradas as situações de insolvência das famílias com causas diversas. Dessa forma o sobreendividamento pode acarretar na falência da família se nada for feito.

O sobreendividamento ainda é dividido em ativo e passivo. No primeiro caso o indivíduo contribui ativamente para se chegar a uma situação de não conseguir efetuar os pagamentos das dívidas, como, por exemplo, a aquisição de um veículo

⁴ A Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic Nacional) é apurada mensalmente pela CNC a partir de janeiro de 2010. Os dados são coletados em todas as capitais dos Estados e no Distrito Federal, com cerca de 18.000 consumidores.

ou parcelamento de uma viagem sem o devido planejamento ou condições remuneratórias. Já no segundo caso o sobreendividamento ocorre por fatores imprevisíveis, mas que afeta de forma grave a capacidade de absorver os dispêndios, acabando em uma situação de impossibilidade de cumprir com as suas obrigações, como por exemplo, o desemprego, uma doença custosa ou morte do principal provedor familiar. (OEC, 2002).

Paiva (2013, p.24) diz que é preciso alertar para a “bola de neve” por que:

Perder o controle da situação e tornar a dívida uma bola de neve é muito fácil, principalmente quando não houve uma programação adequada, acarretando o atraso da prestação devida, já que o seu não pagamento ou dos juros devidos gera a incidência de novos juros e aí está criada a terrível, preocupante e famosa bola de neve.

Uma pesquisa realizada em 2011 pelo Instituto Kantar Worldpanel aponta que a classe C é a única das classes sociais que gasta mais do que ganha, em média 2% a mais na relação entre renda e gasto, sendo que a classe C representava 41% da população brasileira.

Halfeld (2001, p.105) aponta quando é interessante adquirir dívida, ou seja, tomar crédito, fazer empréstimo ou financiamento.

- ✓ Para comprar uma mercadoria necessária, cujo preço irá sofrer um substancial aumento nos próximos dias.
- ✓ Para investir em um negócio, cuja rentabilidade seja bem maior que os juros a serem pagos.
- ✓ Para pagar outra dívida com taxa de juros superior ao novo empréstimo. Por exemplo, se você deve no cheque especial há muitos dias, pense em obter empréstimos, com juros inferiores, no próprio banco ou em uma financeira.
- ✓ No cartão de crédito, desde que você quite o saldo devedor no vencimento.
- ✓ Em uma emergência. Por isso é saudável que mantenha o cadastro atualizado em seu banco.

Portanto, antes de adquirir uma dívida, na maioria dos casos, é necessário um bom planejamento para que não haja incapacidade de quitação dela ou desperdício de

recurso. Apesar de crédito ser um instrumento que propicia o desenvolvimento social, é preciso estar atento às taxas de juros (custo do capital) para não se ter um efeito indesejado. (HALFELD, 2001).

2.1.1. Sair do endividamento

Sair da situação de endividamento pode não ser fácil, tendo em vista que na maioria dos casos significa mudar de estilo de vida, o que pode interferir no fator psicológico das pessoas. Primeiramente a pessoa deve assimilar a situação em que se encontra e que precisa tomar as decisões necessárias para sair dela.

Frankenberg (1999, p.41) diz que ao longo da vida as pessoas podem enfrentar situações financeiras difíceis, pois imprevistos, desastres, doenças e outros fatores acontecem e são inevitáveis e para quem não possui nenhuma reserva financeira, a situação financeira pode ficar complicada. Então, quem se encontra em uma situação delicada, o autor aponta que não restará alternativa, se não, uma das três sugestões de soluções:

1. Apertar o cinto, eliminar todas as despesas possíveis, sem contemplação, e cortar drasticamente todos os gastos imagináveis.
 2. Incrementar as receitas de alguma forma, trabalhando mais horas ou assumindo novos compromissos ou responsabilidades remuneradas.
 3. Adotar uma combinação das duas sugestões anteriores.
- (FRANKENBERG, 1999, p.41)

Para haver a mudança da situação de endividamento complicada há a necessidade de profundas mudanças de hábitos e as vezes de grandes sacrifícios na forma de realizar despesas e no controle das finanças, impactando diretamente no estilo de vida familiar (FRANKENBERG, 1999, p.41).

Nesse sentido, Vieira (2001, *apud* STRATE, 2010, p.28) aponta que:

Cada pessoa deve assentar com toda família e estabelecer prioridades e colocar a casa em ordem com relação às finanças pessoais, pois a boa administração das finanças pessoais trará, com certeza, uma melhor qualidade de vida. Todos nós temos um limite de gastos que é a nossa renda. Qualquer gasto que esteja acima deste limite deve ser cortado. Não

podemos levar uma qualidade de vida material acima das nossas reais possibilidades financeiras.

O diálogo com os familiares, o estabelecimento de objetivos e o comprometimento com esses objetivos são essenciais para que se comece a sair de uma situação financeira ruim, ou superendividamento.

Saber o destino do dinheiro é o primeiro passo para eliminar as dívidas, é preciso enxergar os gastos exagerados para adequar o padrão de vida à realidade financeira. Precisa focar nas dívidas mais urgentes, nas que possuem maiores taxas de juros, como os cartões de crédito e cheque especial (DOMINGOS, 2013).

Com o controle de todos os gastos da família é possível equilibrar as finanças em um primeiro momento e posteriormente conseguir que haja sobra de recursos para então formar o patrimônio e realizar os sonhos da família (ARES, 2009, *apud* STRATE, 2010). Daí a necessidade de se elaborar um orçamento familiar (ou doméstico) para se ter conhecimento das receitas e de todos os gastos para começar a eliminar os gastos desnecessários.

Cerbasi (2004, *apud* STRATE, 2010, p.30) orienta que não é fácil controlar os gastos e que exige disciplina. Então, ele sugere que durante um mês a pessoa anote todos os gastos e que se necessário ande com uma folha de papel para anotar tudo, mesmo que seja uma pequena quantia como a compra de uma bala ou até mesmo a perda de alguma moeda. Assim, ao final do período deve-se montar uma planilha de gastos mensais, a partir das anotações feitas, daí será possível perceber a soma dos valores que não seriam relacionados no orçamento.

Para os que estão em uma situação muito crítica com o nome incluso em lista de devedores em empresas de proteção ao crédito (SPC e SERASA), Domingos (2013, p. digital) aconselha:

- Faça um diagnóstico da sua vida financeira;
- Registre o que você ganha e as despesas que são prioritárias, durante 30 dias, para saber o destino do seu dinheiro;
- Estruture o seu orçamento financeiro, para, só depois, procurar o seu credor e propor uma negociação ou até mesmo a quitação da dívida;

- Resolva o problema sem intermediários: vá, pessoalmente, até a loja onde comprou o produto ou tente negociar com o setor administrativo ou jurídico da empresa.

Para não se endividar de forma crítica, Domingos (2013, p. digital) orienta que a pessoa deve ter atitudes como:

1. Fazer o diagnóstico financeiro anualmente;
2. Ter no mínimo três sonhos (curto, médio e longo prazo);
3. Elaborar um Orçamento Financeiro DSOP mensal;
4. Poupar mensalmente parte do que ganha para os sonhos;
5. Gastar menos do que ganha;
6. Ter limites de cartão de crédito inferiores a seus rendimentos;
7. Não usar cheque especial, se possível, não ter;
8. Manter reservas para situações emergenciais;
9. Distinguir o que é essencial do supérfluo;
10. Comprar sempre à vista e com desconto.

Já Silvestre (2010) aponta três posturas que um devedor crônico nunca deve assumir a de indiferença, desespero e derrotismo, pois elas são perigosas podendo levar o indivíduo a imobilidade tornando a situação financeira cada dia pior com o aumento das dívidas. E o que leva o indivíduo a essas posturas são a falta de conhecimento do funcionamento das dívidas e sua real situação de devedor.

Corroborando, Paiva (2013) afirma que se deve evitar tomar decisões precipitadas e eliminar dívidas e decidir nunca dever ninguém. Também aponta que se deve criar e trabalhar o hábito de planejar, fazer economia, buscar sempre aprender, definir objetivos e buscar apoios se necessário.

Assim, a pessoa deve buscar uma educação financeira para sair da situação de endividamento, que lhe proporcionará diagnosticar a situação real, planejar o futuro financeiro com base em orçamento e junto com a disciplina, possuir uma vida financeira mais saudável e até mais qualidade de vida.

2.2. EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Em uma era consumista, a educação financeira é muito importante para que as pessoas evitem uma situação de endividamento exagerado. Proporciona conhecer

ferramentas e mecanismos para o controle financeiro. Dessa forma apresenta-se nesta seção a importância da educação financeira e seus mecanismos para auxiliar as pessoas a terem uma boa saúde financeira.

As finanças podem ser entendidas como a arte e a ciência de gerir o dinheiro, pois todas as pessoas e empresas recebem, levantam, gastam ou investem o dinheiro. Assim a preocupação da área de finanças é com os instrumentos de transferência de dinheiro entre pessoas, empresas e órgãos do governo. A compreensão da área de finanças pode beneficiar a pessoa visto que permitirá que ela tome melhores decisões de suas finanças pessoais. (GITMAN, 2006).

A administração financeira enquanto ciência fornece mecanismos e ferramentas para que se possam gerir as finanças de maneira mais eficiente. Ross (*et. al*, 2000) lembra que deve-se estudar finanças porque está relacionada com diversas áreas, como marketing, contabilidade, administração, e inclusive com as finanças pessoais, pois as pessoas tem que tomar decisões extremamente importante em termos pessoais, como por exemplo em qual fundo de previdência privada investir ou comprar ou alugar um imóvel para morar.

Em um ambiente altamente consumista, onde os indivíduos são bombardeados constantemente, principalmente através dos meios de comunicações, com um marketing extremamente agressivo, se torna muito importante que as pessoas tenham informação, conhecimento e orientação sobre finanças pessoais e mecanismos do mercado de concessão de crédito e o custo dele para que melhore a qualidade de seus gastos e não caiam no endividamento descontrolado ou no sobreendividamento.

Nesse sentido Savoia, Saito e Santana (2007, p.1122 *apud* STRATE, 2010, p.28) apontam que:

Na sociedade contemporânea, os indivíduos precisam dominar um conjunto amplo de propriedades formais que proporcione uma compreensão lógica e sem falhas das forças que influenciam o ambiente e suas relações com os demais. O domínio de parte dessas propriedades é adquirido por meio da educação financeira, entendida como um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos

indivíduos, para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais. (Grifo nosso)

Portanto, a educação financeira é importante e necessária para que as pessoas possam ter um bom gerenciamento dos seus recursos e evitem entrar em situação de dificuldade financeira. Assim, o quanto antes se ensinar aos indivíduos a se relacionarem de forma consciente e equilibrada com as finanças pessoais, melhor seria para se ter uma sociedade de consumo consistente.

Malburg (2010) salienta, em seus estudos sobre uso do crédito e gestão do orçamento familiar da população de baixa renda, da necessidade de conscientização e esclarecimento em relação à utilização do crédito, pois apesar do aumento do crédito à população, acaba criando problemas devido as pessoas não saberem utilizar de forma adequada.

Nesse sentido, Guimarães (2013) aponta que é desejável que em casa e nas escolas as crianças fossem treinadas a administrar as finanças pessoais, o que não acontece no Brasil, em algumas famílias o assunto não é levantado por falta de conhecimento dos membros ou por gerar conflitos e nas escolas, nem todas estão preparadas para ministrar o assunto e não possuem a matéria em suas grades. O autor acrescenta ainda que o Governo Federal firmou acordo com o Banco Mundial para capacitar professores a ministrarem aulas sobre educação financeira, criando a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) em 2010 a qual previa a inclusão do assunto no ensino médio das escolas da rede pública em 2012, inicialmente em alguns estados, o que ainda não ocorreu.

Diariamente as pessoas se deparam com situações que demandam algum tipo de decisão financeira, como, por exemplo, comprar um produto a vista ou a prazo, o que fazer com um dinheiro extra que recebeu ou que sobrou no mês e falta de dinheiro para pagar as contas, dentre muitas outras, pois todos os dias os indivíduos têm que comer, vestir e se deslocar.

Para muitos o recebimento da remuneração do trabalho ocorre uma vez ao mês e é valor fixo, porém os gastos são diários, consumo de energia elétrica, de água,

combustível, telefone, comida, etc. Portanto, é necessário que haja conhecimento sobre finanças a fim de que ocorra um equilíbrio entre os rendimentos e os gastos.

Ross (*et al*, 2000) aponta três questões que se deve preocupar, no que se refere as decisões de administração financeira: a primeira é sobre as questões de longo prazo devendo planejar os investimentos ou gastos que impactarão no caixa em longo prazo, o segundo se refere a fonte de recurso, o financiamento, que irá suportar o investimento e envolve também o custo do dinheiro, que é quanto que a pessoa terá de pagar para ter recurso disponível. E o terceiro diz respeito aos recursos disponíveis para os gastos de curto prazo.

De outra forma, uma pessoa que planeja, por exemplo, adquirir um imóvel para residir deve levar em consideração o recurso próprio disponível, a manutenção do imóvel ao longo do tempo, a forma de captação do recurso, considerando a taxa de juros, o prazo e valor da parcela, e possíveis imprevistos pessoais (doença, acidente, etc.).

Nas empresas a administração financeira já é bastante difundida e utilizada, já não se pode conceber uma empresa que não se preocupe com a administração financeira, pois, se não, tenderá a descontinuidade. Nesse sentido assim como uma empresa não progride se não possuir foco e objetivo, uma pessoa também precisa traçar as metas que se quer atingir. (FRANKENBERG, 1999)

No âmbito pessoal o tema finanças é ainda um pouco incipiente, pouco discutido. Assim, podem-se aproveitar nas finanças pessoais, conceitos de administração financeira que é amplamente utilizado nas empresas a algum tempo, como: fluxo de caixa, orçamento, planejamento financeiro, custo de capital, risco, retorno, dentre outros.

2.2.1. Planejamento e orçamento pessoal

O planejamento e orçamento financeiro pessoal são extremamente importantes para não cair no superendividamento e para formar e crescer o patrimônio. Normalmente

os baixos salários, a mentalidade consumista, a falta ou excesso de crédito, dentre outros, são fatores comumente relacionados à dificuldade financeira, contudo, a falta de planejamento financeiro é um fator relevante, que estar sob o controle das pessoas, é geralmente esquecido. (HALLES, HILGEMBERG e SOKOLOWSKI, 2010)

Em estudo realizado por Malburg (2010) sobre as implicações do uso do crédito pessoal para com a gestão do orçamento familiar da população de baixa renda mostrou que apesar da expansão do crédito para pessoas de baixa renda vir crescendo, ela causa transtornos para as pessoas por utilizarem o crédito sem planejamento rigoroso dos gastos.

O planejamento é um ponto chave no que se refere a finanças, que para Frankenberg (1999, p.31) o “planejamento financeiro pessoal significa estabelecer e seguir uma estratégia precisa, deliberada e dirigida para a acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e sua família”, podendo ser voltado para o curto, médio e longo prazo. Já Rassier (2011, p.15) diz que o Planejamento financeiro “[...] é o processo de gerenciar os recursos com objetivo de atingir satisfação pessoal, Obter independência financeira e conquistar sonhos”.

Dessa maneira o planejamento financeiro proporciona orientação para a direção, a coordenação e o controle das finanças para que se consiga atingir os objetivos. Está relacionado com a elaboração de um orçamento de caixa, devendo, no processo de planejamento, levar em consideração aspectos de curto, médio e longo prazo que podem afetar as finanças (GITMAN, 2006).

Segundo Gitman (1997, p.588 *apud* GIARETA, 2011, p.11) “[...] os planos financeiros de curto prazo, são ações planejadas para um período curto (de um a dois anos) acompanhado da previsão de seus reflexos financeiros.” Já o planejamento de longo prazo “[...] são ações financeiras projetadas para um futuro distante acompanhado da previsão de seus reflexos financeiros. Tais planos tendem a cobrir um período de dois a dez anos”.

Para fazer um planejamento financeiro, Domingos (2013) propõe a metodologia DSOP que se apoia em quatro pilares: Diagnosticar, Sonhar, Orçar e Poupar. Diagnosticar consiste em saber o destino do dinheiro, com o que se está gastando; Sonhar se refere a traçar os sonhos de curto (até 1 ano), médio (de 1 a 10 anos) e longo (acima de 10 anos) prazos, também pode ser entendido como traçar objetivos; Orçar é relacionar as receitas e despesas incluindo os sonhos, primeiro se separa o recurso referente ao sonho para depois adequar as despesas; e Poupar é o ato de guardar o dinheiro para os sonhos.

Frankenberg (1999, p.40) aponta quatro princípios fundamentais sobre um planejamento financeiro pessoal sadio:

- **Quem guarda tem:** Não há mágica para construir um patrimônio, independente da renda é preciso ter disciplina para não gastar tudo que ganha, reservando uma parte da receita para os investimentos.
- **Comece ontem:** Aproveitar sua plena capacidade de trabalho, vigor físico e intelectual para começar imediatamente a se ocupar de diversificar suas fontes de renda e assim não depender futuramente de filhos, amigos, familiares ou Previdência Social insuficiente.
- **Olhe para depois de amanhã:** Investimentos planejados de médio e longo prazo favorece o crescimento patrimonial proporcionando bons resultados, ao passo que investimentos desordenados e apenas de curto prazo obtém resultados piores.
- **Dê sentido à sua poupança:** Não buscar soluções imitando o estilo de vida de outras pessoas, planeje seus investimento e aplicações com base em seus sonhos, ambições e objetivos que deseja atingir na vida.

Com o planejamento financeiro é possível adequar o rendimento da família às necessidades dela, identificar gastos desnecessários eliminando-os, evitar o pagamento de juros altos, atingir os objetivos de vida traçados e enfrentar possíveis problemas com menos apavoramento (HALLES, HILGEMBERG e SOKOLOWSKI, 2010).

Então, a pessoa ou a família pode fazer o planejamento para uma vida inteira, entretanto não é um conceito rígido, as metas podem ser estabelecidas individualmente, pois os desejos e as necessidades de cada um são diferentes, mas também pode haver metas para família. O importante é que essas metas estejam sempre em mente e que as pessoas tenham determinação para alcançá-las. (FRANKENBERG, 1999, p.31).

Desse modo, Paiva (2013) aponta como ferramentas do planejamento financeiro a programação de orçamento, que é construir e usar planilhas de patrimônio, orçamento e fluxo de caixa, bem como analisar e controlar indicadores financeiros pessoais; Racionalização de gastos, que consiste em executar a visão gerencial com base no fluxo de caixa para efetuar gastos conscientes; e Otimização de investimentos.

Independentemente da situação financeira da pessoa, o orçamento financeiro bem estruturado e bem realizado é fundamental para fornecer a situação financeira real, pois possibilitará que levante o destino dado a todo o dinheiro que recebe, podendo fazer uma análise da compatibilidade do padrão de vida com as receitas recebidas e tomar decisões para melhorar a saúde financeira. (DOMINGOS, 2012)

Entretanto, pesquisas realizadas nos núcleos de superendividamento das defensorias públicas mostram que maioria das pessoas que vão às defensorias pedindo ajuda, foi porque aconteceu alguma coisa inesperada: a doença de alguém, a perda de um emprego, a necessidade de um gasto urgente com a casa (SAMPAIO, 2014). Para evitar essas situações, é preciso realizar o orçamento não tão no limite, é necessário deixar uma folga para os imprevistos.

“[...] Um bom planejamento financeiro e um devido controle orçamentário podem proporcionar ao indivíduo condições particulares de qualidade de vida, como poder aderir a um bom plano de saúde [...], ter casa própria, automóvel, [...]” (STRATE, 2010). Possibilitará a pessoa a ter um consumo consciente e eficiente, sem desperdícios de recursos e com objetividade.

2.2.2. Taxa de juros

Uma questão que todos devem se atentar é a taxa de juros, tanto na aplicação do capital próprio em qualquer tipo de investimento (produtos bancários, ações, imóveis, empreendimentos, etc.) quanto na tomada de capital junto a terceiros (empréstimo, financiamentos, leasing, etc.).

Rodrigues e Mendes (2007, p.13) conceitua juro como “[...] a remuneração ganha ou paga pela aplicação ou utilização de determinado capital durante certo prazo. Quanto maior o prazo de aplicação ou utilização de certo capital tanto maior deverá ser o valor total dos juros.” Já Gitman (2006) define como uma compensação que o demandante de fundos precisa pagar ao ofertante, sendo esse juro o custo de captação.

Há ainda outras definições como o juro sendo o aluguel do capital ou ainda a remuneração pela abstinência que o detentor do recurso faz em relação ao capital (Rossetti *et. al.*, 2008). Entretanto, se é aluguel, abstinência ou compensação, os sentidos são os mesmos, assim o juro é um valor pago, geralmente em percentual, pela utilização do capital de outro indivíduo ou entidade.

No mercado, o juro geralmente é negociado e aplicado em forma percentual, denominada taxa de juros. No campo das finanças pessoais há três tipos de taxas de juros que são importantes de se conhecer, que são as taxas de juros nominais, as reais e as efetivas.

A taxa de juros nominais é a taxa utilizada na contratação da operação financeira, definida pelo credor para remuneração do capital, é uma taxa de referência. A taxa de juros real se trata do ganho que o aplicador efetivamente obteve. Ela parte da taxa nominal acordada e desconta o valor do desgaste que é provocada pela inflação (RODRIGUES E MENDES, 2007).

Já a taxa de juros efetiva, como o próprio nome diz, é a que efetivamente será realizada na operação, ela parte da taxa de juros nominal, porém, como é capitalizada em período diferente a taxa nominal ela acaba sendo maior, por isso é

denominada efetiva, é a que efetivamente vai ocorrer. Ela é obtida pelo valor inicial e final da operação. (DI AGUSTIN E ZELMANOVITS, 2008)

De outro modo, se uma pessoa faz um investimento de R\$ 1.000,00, por um período de um ano, a uma taxa de juros nominal (taxa contratada no momento do investimento) de 12% ao ano e supondo uma inflação no mesmo período de 6%, então a taxa real de juros será de 6% ao ano, pois no final do período ela terá ganhado R\$ 120,00, mas a inflação consumirá (no sentido de perder o poder de compra) R\$ 60,00. (DI AGUSTIN e ZELMANOVITS, 2008)

Agora, se uma pessoa tomasse um empréstimo de R\$ 1.000,00, para pagar daqui a um ano, a uma taxa de juros nominal de 12% ao ano, capitalizados mensalmente, ela teria uma taxa mensal de 1%, que a taxa de juros proporcionais obtidos por: $12\% \text{ a.a.} / 12 \text{ meses} = 1\% \text{ a.m.}$

Quando se fala capitalizado mensalmente, quer dizer que os juros serão calculados e incorporados ao montante mensalmente (DI AGUSTIN E ZELMANOVITS, 2008). Assim se calcula o montante final a ser pago:

$$\text{Juros anuais efetivos } (i_e) = [(1 + i)^n - 1] \times 100$$

Onde:

i = taxa de juros

n = quantidade de período

Assim a taxa de juros efetiva será:

$$i_e = [(1 + 0,01)^{12} - 1] \times 100$$

$$i_e = 12,68\%$$

Portanto, ao pegar o montante de R\$ 1.000,00 emprestado a uma taxa de juros nominais de 12% a.a. capitalizado mensalmente, a pessoa pagará no final do período o valor de R\$ 1.126,82 e não R\$ 1.120,00, porque a taxa de juros efetiva é de 12,68%.

Em fim, a taxa de juros é um importante item a ser observado tanto na tomada de crédito (empréstimos, financiamentos, etc.) quanto nos investimentos a serem feitos. Na tomada de crédito ela pode consumir muito do orçamento doméstico chegando a pagar mais que o dobro que se tomou emprestado. Já nos investimentos a taxa de juros (ou rentabilidade) é muito atrelada ao risco do investimento, então, geralmente, quanto maior a rentabilidade maior o risco, assim é necessário que a pessoa antes de investir conheça seu perfil (conservador, moderado ou arrojado).

2.2.3. Fluxo de Caixa

O caixa é o ativo mais líquido disponível, sendo encontrado em espécie, no banco e no mercado financeiro de curtíssimo prazo (FREZATTI, 2007, p.13). É o dinheiro disponível para as pessoas, sendo necessário ter controle sobre ele para garantir os recursos suficientes para honrar compromissos e fazer investimentos.

As pessoas precisam de uma demonstração que as informe as receitas e despesas de um período, esse demonstrativo é o fluxo de caixa. Nele é possível ver a entrada e saída de recursos e o seu saldo em um determinado período (RASSIER, 2011). Entretanto esse demonstrativo é dinâmico e precisa ser acompanhado constantemente.

O fluxo de caixa é uma importante ferramenta da administração financeira, se refere à diferença entre a quantidade de dinheiro que recebeu e a quantidade de dinheiro que saiu (ROSS *et al*, 2000). Dessa forma vê-se se a quantidade de recurso é suficiente para honrar os compromissos e projetando para o futuro se é possível absorver investimentos e parcelas de financiamentos.

Para Paiva (2013, p.20) “[...] a única forma de atingir o objetivo de poupar é colocar as contas no papel e monitorar os gastos com base no fluxo de caixa gerencial”. De acordo com Assaf Neto (1997, p.35 *apud* GIARETA, 2011, p.12) “[...] o fluxo de caixa é um instrumento que relaciona os ingressos e saídas (desembolso) de recursos monetários.” Giareta (2011, p.12) complementa que a finalidade dele é “demonstrar

eventuais excedentes ou escassez de recursos e determinar a tomada de medidas saneadoras”.

Os ingressos de caixa são considerados todos os rendimentos recebidos pela pessoa e/ou família em um período de tempo que tenha impacto na execução do planejamento. Já as saídas são consideradas todos os gastos realizados pela pessoa e/ou familiares em um período de tempo (GIARETA, 2011).

Para assumir o controle do fluxo de caixa são necessários três elementos: descobrir a situação financeira, disciplina pessoal e um plano de ação (KIYOSAKI e LECHTER, 2004). Kaplan (2006) fala que para administrar o fluxo de caixa se deve tomar atitudes de saber as atuais contas a pagar e receber, se necessário, negociar com os credores, e elaborar um plano de contingência.

Uma forma de utilização do fluxo de caixa é para fazer projeções, que servem para ajudar no prognóstico de como estará às finanças mais para o futuro, em um mês, um semestre ou um ano, qualquer período que a pessoa desejar (KAPLAN, 2006). Dessa forma será possível saber se possuirá dinheiro suficiente para o mês, se em algum mês futuro o dinheiro não vai dar para cobrir os gastos possibilitando tomar medidas já no mês corrente, como o corte de algum gasto para cobrir o mês em que faltará recurso ou buscar novas receitas para não solicitar empréstimos. Outra utilização do fluxo de caixa é de poder utilizá-lo como base na hora de elaborar o orçamento de algum período.

No mercado existem diversos sites e software gratuitos de controle financeiro em que o fluxo de caixa já faz parte dos relatórios disponíveis para visualização, dentre eles o Meus Gastos, Hábil Pessoal e o *Finance Desktop Portable*, que possui relatórios de fluxo de caixa realizado e previsto.

O Controle do fluxo do caixa também pode ser feito por meio de planilha eletrônica elaborada pelo próprio indivíduo, de acordo com sua necessidade ou pode fazer *download* de alguma planilha dentre as várias disponíveis na internet. O anexo A apresenta um modelo de fluxo de caixa pessoal, elaborado pelo prof. Haroldo Vale Mota da Fundação Dom Cabral, em planilha eletrônica.

Portanto, há várias maneiras de o indivíduo organizar o seu fluxo de caixa para controlá-lo. Até mesmo quem tem dificuldades com equipamentos de informática pode fazê-lo em um caderno (só precisará dispendê-lo mais tempo por ser manual). Mas sua utilização é muito importante para o controle financeiro pessoal e planejamento dos gastos.

2.2.4. Produtos e Serviços Bancários

Com a evolução da sociedade e da quantidade e complexidade das relações financeiras entre empresas, governo e indivíduos, surgiram grande quantidade de produtos e serviços oferecidos pelas instituições financeiras e cada vez mais sofisticados, alguns precisando de conhecimentos mais aprofundados para utilizá-los.

Os bancos prestam serviços financeiros de crédito e de seguro, o preço dos serviços varia de banco para banco, então o consumidor pode pesquisar qual cobra menores tarifas pelos serviços que necessita (BORGES, 1999). No entanto, a principal função do banco é a intermediação financeira, ele capta recurso excedente no mercado e empresta a quem precisa (NEWLANDS JUNIOR, 2014). Então ele capta recursos oferecendo uma taxa de juros aos clientes e fornece recursos a uma taxa de juros superior ao da captação para seus clientes.

Muitos são os serviços e produtos oferecidos pelos bancos para as pessoas físicas. Os serviços mais comuns são os de conta corrente, conta poupança e conta de investimento, cartões, cheques e pagamentos. Os produtos mais comuns são o crédito direto ao consumidor (CDC), cheque especial, leasing, financiamento imobiliário e de veículos, depósito a vista e a prazo, consignação e Título do tesouro.

Um dos serviços mais comum oferecido pelos bancos é a conta corrente que é um serviço básico onde o banco fornece uma conta (número) para a pessoa movimentar seu dinheiro por meio de transações como depósito, saque, pagamento e transferências (SOUZA, 2013). Muitos bancos também já oferecem uma conta poupança atrelada a conta corrente.

Nos depósitos a vista o dinheiro fica a disposição do cliente, sendo uma delas a conta poupança que é uma forma segura de acumular reservas financeiras, não possui taxa de administração, só incide imposto de renda sobre a rentabilidade dos valores acima de 50 mil. A remuneração é dada pela alíquota de 0,5% ao mês mais TR (Taxa Referencial) quando a taxa Selic for superior a 8,5% ao ano e 70% da taxa Selic mais TR quando a taxa Selic for inferior a 8,5% ao ano. Ainda conta com a garantia do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) de valores de até R\$ 60.000,00 para caso a instituição entre em falência o investidor tem a garantia de receber parte do depósito na poupança (SOUZA, 2013).

O cheque é uma ordem de pagamento a vista que pode ser descontado imediatamente no caixa do banco ou depositado em conta para ser compensado e creditado na conta do correntista. Pode ser ao portador, em que quem possuir o cheque pode descontá-lo ou depositá-lo, nominal, quando é indicado no cheque o nome do beneficiado, cruzado, onde é posto dois traços em paralelo na diagonal na frente do cheque e este só poderão ser pago por meio de depósito (SOUZA, 2013).

Os cartões e pagamentos são ferramentas oferecidas aos clientes para facilitar a movimentação das contas. Com os cartões, por exemplo, é possível sacar dinheiro, pagar contas em lojas com débito em conta corrente e pagar contas sem precisar ir ao caixa do banco. Ainda há a facilidade de realizar operações financeiras por meio da internet (*homebanks*).

Cheque especial “é um crédito pré-aprovado que as instituições bancárias colocam à disposição dos clientes, levando em conta o seu cadastro e o relacionamento” (PAIVA, 2013, p.26). Tem por característica a disponibilidade automática, porém com pagamento de juros e IOF (imposto sobre operações financeiras) (PAIVA, 2013).

O crédito direto ao consumidor (CDC) “[...] é um financiamento destinado à aquisição de bens duráveis e serviços” (PAIVA, 2013, p.27). É caracterizado pelos juros pré-fixados com atualizações monetárias pelo TR (taxa referencial) ou IGP-M (Índice

Geral de Preço do Mercado). Ainda possui outros custos como o IOF, TAC (taxa de abertura de crédito), taxa de cadastro e seguro do bem (PAIVA, 2013).

O *Leasing* é um arrendamento mercantil, um contrato de cessão de uso de bens fungíveis ou de capital, por um determinado período. Pode-se caracterizar o *leasing* como uma combinação entre o aluguel e a compra financiada, pois a arrendatária paga um valor mensal pela utilização do bem por um determinado período e ao seu final ela tem a opção de devolver o bem ou ao final desse período ela pode optar pela compra do bem pelo valor estabelecido em contrato. Ao contrário do financiamento a arrendatária não possui a propriedade do bem (AUGUSTINI e LIMA, 2001).

Financiamentos é um empréstimo junto ao banco com uma taxa de juros pré-definida e período pré-determinado para a quitação, utilizado na aquisição bens móveis ou imóveis. No caso de imóveis e veículos, o recurso fica vinculado ao bem ou serviço.

Nos depósitos a prazo o dinheiro não pode ser sacado a qualquer momento, caso ocorra saque antes do prazo será sacado um valor menor que o investido, um tipo de depósito a prazo é o CDB (Certificado de Depósito Bancário) que são títulos emitidos pelos bancos para captarem recursos (GIARETA, 2011, p.20). Tem o objetivo de captar recurso do investidor e passar aos clientes sob a forma de empréstimos. A pessoa adquire o título e no final do período recebe o valor aplicado acrescido dos juros. A rentabilidade pode ser pré-fixados, onde o investidor já sabe o valor que vai receber em juros, pós-fixados, em que a remuneração é definida após o vencimento do título, ou flutuantes, na qual a remuneração é atrelada a variação de algum índice (CDI, TR, TJLP, Inflação) (SOUZA, 2013).

O empréstimo consignado é uma modalidade de crédito pessoal onde o valor do empréstimo é liberado para o para a pessoa e o pagamento desse empréstimo é feito por parcelas mensais descontadas diretamente no contracheque do indivíduo, é descontado na fonte. O limite do empréstimo e o prazo de pagamento variam de pessoa para pessoa, não necessita ser correntista na instituição financeira e não exige avalista (FULGENCIO, 2007).

O Tesouro Direto “é um programa implantado pelo Tesouro Nacional em parceria com a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC que permite o investidor comprar títulos da dívida pública pela internet por meio de uma corretora” (GIARETA, 2011, p.19).

Há ainda os fundos de investimento que é uma aplicação financeira, formada pela união de diversos investidores que se juntam para realizarem um investimento financeiro tendo em vista objetivo ou retorno esperado. A administração do fundo é feito por especialista que pode cobrar taxa de administração, taxa de desempenho e taxa de entrada ou de saída (SOUZA, 2013).

Como se pôde observar há grande numero de produtos e serviços bancários para as mais diversas necessidades das pessoas. Cada um deve ver seus objetivos e necessidades e escolher o pacote de produtos e serviços mais adequados a ela, para não desperdiçar recursos com produtos que não utiliza ou menos adequados as suas necessidades.

2.3. CRÉDITO CONSIGNADO

A utilização da consignação em folha vem crescendo a cada ano, é uma das principais fontes de crédito para pessoas físicas. Nesta seção é abordado o conceito e os tipos de consignação em folha, um breve relato de seu crescimento como importante instrumento de expansão de crédito para as pessoas físicas e as legislações pertinentes.

Consignação vem “[...] do latim *consignatio*, formado de *actione*, ação, do verbo *consignare*, sendo *cum*, com, e *signum*, sinal” (SILVA, 2012). Assim, a consignação em folha de pagamento trata-se de “[...] dívida com sinal dado no contrato em que o assalariado autorizou que tal quantia fosse subtraída de seus proventos” (SILVA, 2012).

Esse desconto em folha de pagamento, no que se refere a empréstimos, permite o servidor obter junto às instituições financeiras e cooperativas de crédito taxas de

juros mais atrativas em relação a outras modalidades de crédito pessoal (cheque especial, CDC, etc.), além do fato de que exime a necessidade da figura do fiador, uma vez que o empréstimo será amortizado diretamente em folha de pagamento (BRUNO e OLMO, 2006).

Apesar de essa modalidade já ser permitida para servidores públicos a algum tempo, assumiu grande importância a partir da regularização dessa modalidade, com a Lei 10.820/03, aos trabalhadores do setor privado e posteriormente com a edição da Lei 10.953/04 permitindo a consignação aos aposentados e pensionistas do INSS, que inclusive a carteira de consignação nos bancos recebe classificação⁵ “A”. A modalidade é caracterizada pelo desconto da parcela da dívida direto da conta dos tomadores, sendo principalmente destinado aos servidores públicos por terem maior estabilidade no emprego. (CAMARGO, 2009).

De acordo com Camargo (2009) os bancos têm grande atuação nesse segmento, considerando-o estratégico. Eles atuam tanto na concessão direta do crédito quanto na compra de carteira de outras instituições de menor porte, por serem mais eficientes na captação de clientes. Preferem direcionar para o servidor público porque no setor privado há alta rotatividade e possibilidade de crises nas empresas o que dificulta a operação e encarece o custo do crédito com o aumento da taxa de juros, devido a um risco maior visto que taxa de inadimplência também é maior do que no setor público.

As consignações em folha de pagamento podem ser divididas em dois grupos: as compulsórias e as facultativas. As consignações compulsórias são os descontos incidentes sobre a remuneração do servidor, efetuado por força de lei ou mandado judicial e estão listadas no art. 3º do decreto 6386/08, dentre eles a contribuição para o plano de seguridade social, o imposto sobre a renda (IR) e a pensão alimentícia. (BRASIL, 2008).

⁵ A resolução nº 2682 do BCB determina que as instituições autorizadas a funcionar pelo BCB devem classificar as operações de crédito em ordem crescente de risco, sendo o nível 1 “AA”, o nível 2 “A” e assim sucessivamente até o nível “H”. O Nível “AA” é o de menor risco e o “H” o de maior risco. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2682_v2_P.pdf>, acesso em 24.out2013.

As facultativas são os descontos que incidem sobre a remuneração, subsídio ou provento, mediante autorização prévia e formal do interessado e estão listadas no art. 4º do decreto 6386/08, dentre eles os empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras, as mensalidades de associações, sindicatos e seguros de vida, contribuições para a previdência privada e as contribuições para serviço de saúde e sua coparticipação. (BRASIL, 2008).

Inicialmente a consignação em folha de pagamento foi permitida aos servidores públicos, ativos e aposentados, civis e militares e aos pensionistas de ambos, através da Lei nº 1046 de 02 de janeiro de 1950. Posteriormente, com a edição das Leis 10.820/03 e 10.953/04, foram permitidas consignações aos aposentados e pensionistas do INSS e aos empregados regidos pela CLT.

Assim, a partir do plano real, que reduziu a inflação significativamente e estabilizou o mercado, a consignação em folha de pagamento tornou-se um bom negócio para as instituições financeiras principalmente com a abertura de mercado proporcionada com as leis 10.820/03 e 10.953/04, se transformando em um mercado disputadíssimo e amplamente utilizado pelos servidores, aposentados e pensionistas.

2.3.1. A Lei 1046 de 02 de janeiro de 1950

A Lei 1046/50 é o primeiro instrumento legal que aborda a consignação em folha de pagamento para os servidores públicos. Ela diz que a consignação em folha poderá servir de garantia para:

- I - Fiança para o exercício do próprio cargo, função ou emprego;
- II - Juros e amortização de empréstimo em dinheiro;
- III - Cota para aquisição de mercadorias e gêneros de primeira necessidade, destinados ao consignante e sua família, a cooperativas de consumo, com fins beneficentes e legalmente organizadas;
- IV - Cota para educação de filhos ou netos do consignante, a favor de estabelecimentos de ensino, oficiais ou reconhecidos pelo Governo;
- V - Aluguel de casa para residência do consignante e da família, comprovado com o contrato de locação;
- VI - Contribuição inicial para aquisição de imóvel destinado à residência própria, ou da família; ou, prestação mensal, após a aquisição, para pagamento de juros e amortização.

VII - prêmios de seguros privados, quando consignatária qualquer das entidades referidas no item III, do art. 5º, desta lei. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 820, de 1969) (BRASIL, 1950, §2º).

No caso dos empréstimos a Lei prevê que poderão ser feitos pelo prazo de até quarenta e oito meses, exceto para imóveis, que o prazo é de até trinta anos. Também diz que os juros dos empréstimos compensatórios não poderão exceder o 12% ao ano. Exclui da entidade a qual o servidor pertence de responder pela consignação em caso de perda do emprego ou insuficiência da remuneração (BRASIL, 1950).

Permite ao consignatário cobrar prova da situação funcional, idade e estado de saúde e recusar a operação antes da averbação do contrato, sendo que depois de averbado o valor contratado deve ser entregue no prazo de 10 dias. O consignatário é obrigado a fornecer o extrato de movimentação do empréstimo realizado sempre que solicitado pelo consignante ou repartição averbadora. O Consignante continua obrigado a pagar o empréstimo mesmo se exonerado, demitido ou dispensado, sendo-lhe permitido também a antecipação do pagamento do débito deduzindo os juros das parcelas vincendas. Ainda, caso ocorra falecimento do consignante a dívida do empréstimo consignado ficará extinta (BRASIL, 1950).

A Lei ainda garante ao servidor que nenhum desconto pode ser efetuado em folha sem prévia averbação, além de limitar o valor do total dos descontos de consignação a 30% da remuneração, podendo chegar a 70% para prestação alimentícia, educação, aluguel de casa ou aquisição de imóvel destinado à moradia própria (BRASIL, 1950)

Os descontos referentes as consignações são mantidas durante a vigência do contrato, sendo cancelados automaticamente pelo termino do débito ou por requerimento do consignante mediante prova de quitação do débito. Também o órgão averbador deverá promover imediata restituição ao consignante caso seja verificada improcedência de qualquer desconto (BRASIL, 1950).

Assim, observa-se que é permitida a consignação para os servidores públicos desde a década de 50 e apesar de a Lei ser antiga, ela ainda vigora. A consignação não

era muito utilizada devido a questões econômicas como a instabilidade, inflação, etc., acarretando no desinteresse do setor financeiro e mecanismos que favorecessem a operacionalização, como se tem a partir dos anos 90 com a difusão da informática.

2.3.2. Decreto nº 6.386 de 29 de fevereiro de 2008

O decreto nº 6.386/08 regulamenta o art. 45 da Lei nº 8112/90 que prevê que “salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento”. Sendo que em seu parágrafo único também prevê que “mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos, na forma definida em regulamento” (BRASIL, 1990, art.45).

O decreto lista em seu art. 3º as consignações compulsórias:

- I - contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público;
- II - contribuição para a Previdência Social;
- III - obrigações decorrentes de decisão judicial ou administrativa;
- IV - imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza;
- V - reposição e indenização ao erário;
- VI - custeio parcial de benefício e auxílios concedidos pela administração pública federal direta e indireta, cuja folha de pagamento seja processada pelo SIAPE;
- VII - contribuição em favor de sindicato ou associação de caráter sindical ao qual o servidor seja filiado ou associado, na forma do art. 8º, inciso IV, da Constituição, e do art. 240, alínea “c”, da Lei nº 8.112, de 1990;
- VIII - contribuição para entidade fechada de previdência complementar a que se refere o art. 40, § 15, da Constituição, durante o período pelo qual perdurar a adesão do servidor ao respectivo regime;
- IX - contribuição efetuada por empregados da administração pública federal indireta, cuja folha de pagamento seja processada pelo SIAPE, para entidade fechada de previdência complementar;
- X - taxa de ocupação de imóvel funcional em favor de órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- XI - taxa relativa a aluguel de imóvel residencial de que seja a União proprietária ou possuidora, nos termos do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946; e
- XII - outras obrigações decorrentes de imposição legal.

Ainda lista no art. 4º, em ordem de prioridade as consignações facultativas:

- I - contribuição para serviço de saúde prestado diretamente por órgão público federal, ou para plano de saúde prestado mediante celebração de convênio ou contrato com a União, por operadora ou entidade aberta ou fechada;
 - II - co-participação para plano de saúde de entidade aberta ou fechada ou de autogestão patrocinada;
 - III - mensalidade relativa a seguro de vida originária de empresa de seguro;
 - IV - pensão alimentícia voluntária, consignada em favor de dependente indicado no assentamento funcional do servidor;
 - V - contribuição em favor de fundação instituída com a finalidade de prestação de serviços a servidores públicos ou em favor de associação constituída exclusivamente por servidores públicos ativos, inativos ou pensionistas e que tenha por objeto social a representação ou prestação de serviços a seus membros; (Redação dada pelo Decreto nº 6.574, de 2008).
 - VI - contribuição ou integralização de quota-parte em favor de cooperativas constituídas por servidores públicos, na forma da lei, com a finalidade de prestar serviços a seus cooperados; (Redação dada pelo Decreto nº 6.574, de 2008).
 - VII - contribuição ou mensalidade para plano de previdência complementar, excetuados os casos previstos nos incisos VIII e IX do art. 3º;
 - VIII - prestação referente a empréstimo concedido por cooperativas de crédito constituídas, na forma da lei, com a finalidade de prestar serviços financeiros a seus cooperados; (Redação dada pelo Decreto nº 6.574, de 2008).
 - IX - prestação referente a empréstimo ou financiamento concedidos por entidades bancárias, caixas econômicas ou entidades integrantes do Sistema Financeiro da Habitação; (Redação dada pelo Decreto nº 6.967, de 2009).
 - X - prestação referente a empréstimo ou financiamento concedidos por entidade aberta ou fechada de previdência privada; e (Redação dada pelo Decreto nº 6.967, de 2009).
 - XI - prestação referente a financiamento imobiliário concedido por companhia imobiliária integrante da administração pública indireta da União, Estados e Distrito Federal e cuja criação tenha sido autorizada por lei. (Incluído pelo Decreto nº 6.967, de 2009).
- Parágrafo único. Para os efeitos do inciso V do **caput**, considerar-se-á associação constituída exclusivamente por servidores públicos as que também mantenham, em seus quadros, membros que sejam dependentes de servidores públicos ativos, inativos ou pensionistas e as que possuam sócios a título honorífico, ainda que sem vínculo com o serviço público. (Incluído pelo Decreto nº 6.574, de 2008).

O legislador aponta a ordem de prioridade das consignações facultativas, porque em caso de saldo insuficiente da remuneração as consignações que permanecem no contracheque são as de maiores prioridades as do inciso I para o inciso XI.

Conforme o decreto a Secretaria de Recursos Humanos (SRH) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) é responsável pelo cadastramento dos consignatários, devendo ser realizado anualmente (BRASIL, 2008).

Limita a consignação facultativa a trinta por cento da remuneração do servidor, sendo que incluem os vencimentos, adicionais de caráter individual e demais vantagens. Entretanto, em seu §1º exclui do cálculo da margem de consignação os recebimentos referentes a:

- I - diárias;
- II - ajuda-de-custo;
- III - indenização da despesa do transporte quando o servidor, em caráter permanente, for mandado servir em nova sede;
- IV - salário-família;
- V - gratificação natalina;
- VI - auxílio-natalidade;
- VII - auxílio-funeral;
- VIII - adicional de férias;
- IX - adicional pela prestação de serviço extraordinário;
- X - adicional noturno;
- XI - adicional de insalubridade, de periculosidade ou de atividades penosas;
- e
- XII - qualquer outro auxílio ou adicional estabelecido por lei e que tenha caráter indenizatório (BRASIL, 2008).

Dessa forma a margem de consignação não é calculada sobre o valor bruto, mas sobre a soma dos vencimentos, adicionais de caráter individual e outras vantagens, excluindo as preconizadas nos incisos de I a XII do §1º do Decreto 6386/08. Já as taxas de juros praticadas pelas consignatárias devem obedecer ao limite estabelecido pelo MPOG, podendo a entidade que não obedecer ser descredenciada (BRASIL, 2008).

O Decreto também prevê o procedimento caso haja algum desconto indevido de consignação no contracheque do servidor, que nesse caso deve formalizar um termo de ocorrência junto ao recursos humanos da entidade a qual está vinculado, a qual deve notificar a consignatária em até cinco dias para comprovar a regularidade do desconto no prazo de três dias. Não comprovando a irregularidade na consignação, esta deverá ser suspensa e instaurado o processo administrativo para apuração dos fatos e os valores descontados indevidos deverão ser ressarcidos integralmente no prazo de trinta dias (BRASIL, 2008).

Dessa forma, o Decreto 6.386/08 veio regulamentar as operações de consignações em folhas dos servidores públicos, impondo regras para o cadastramento das

consignatárias, atribuindo limites para as consignações e estabelecendo mecanismos de denúncias e controle de irregularidades.

2.3.3. Portaria Normativa SRH nº 01 de 25 de fevereiro de 2010

A portaria normativa nº 01 de 2010, expedida pela SRH, orienta a respeito do processamento das consignações em folha de pagamento do SIAPE, fixa condições para o cadastro das consignatárias no âmbito da administração pública federal e dá outras providências (BRASIL, 2010).

Ela define a consignação em folha de pagamento como: “[...] descontos mensais processados nos contracheques dos servidores ativos, aposentados e beneficiários de pensão do Poder Executivo Federal” (BRASIL, 2010). Busca as definições dadas pelo decreto nº 6386/08, como a classificação das consignações em compulsória e facultativa, consignatário, consignante e consignado, bem como a listagem de consignações compulsórias e facultativas.

A portaria acrescenta informação ao contido nos incisos IV, VII e X conforme transcrito abaixo:

[...]IV - pensão alimentícia voluntária, consignada em favor de dependente indicado no assentamento funcional do servidor; contendo a indicação do valor ou percentual de desconto sobre a remuneração, ou proventos e o valor do benefício de pensão; [...]

VII - contribuição ou mensalidade para plano de previdência complementar, excetuados os casos de contribuição para entidade fechada de previdência complementar a que se refere o art. 40, § 15, da Constituição, durante o período pelo qual perdurar a adesão do servidor ao respectivo regime, e contribuição efetuada por empregados da administração pública federal indireta, cuja folha de pagamento seja processada pelo SIAPE, para entidade fechada de previdência complementar, previstos nos incisos VIII e IX do art. 4º; [...]

X - prestação referente a empréstimo ou financiamento concedidos por entidade aberta ou fechada de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a instituir planos de previdência complementar aberta, em conformidade com o disposto no parágrafo único do art.36 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. [...] (BRASIL, 2010).

A portaria dispõe também sobre o cadastramento das consignatárias junto a SRH e a inclusão da consignatária no sistema SIAPE.

Com exceção da pensão alimentícia voluntária e serviços de saúde prestados por órgãos públicos, os comandos de consignação são efetivados pelos próprios consignatários, mediante devida autorização do consignado, através do SIAPEnet. Entretanto, sempre que solicitados devem fornecer documentos comprobatórios de autorização do servidor para desconto em folha (BRASIL, 2010).

As consignatárias também devem lançar no SIAPEnet, entre os dias 25 e 31 de cada mês, a taxa de juros máxima que serão praticadas no mês subsequente para concessão de empréstimos pessoais. A portaria ainda estabelece um valor mínimo para inclusão de consignação no contracheque, valor esse que não pode ser inferior a um por cento do menor vencimento básico da tabela e a soma mensal das consignações não pode ultrapassar a trinta por cento da remuneração do servidor (BRASIL, 2010).

Quanto às denúncias e reclamações de irregularidades, a portaria dá a mesma orientação que a o Decreto 6.386/08, já elucidado em seções anteriores. Já acerca das restrições, penalidades a serem aplicadas as consignatárias, a portaria acrescenta além da possibilidade de suspensão e exclusão da consignação, a possibilidade de desativação temporária, o descredenciamento e a inabilitação permanente do consignatário.

Na desativação temporária o consignatário pode ficar inabilitado de operar no sistema, incluir novas consignações ou alterar as existentes, por um período de até 12 meses. No descredenciamento há a rescisão do convenio com a SRH, desativação da rubrica e perda da condição de cadastrada no SIAPE, pelo período de sessenta meses. Já na inabilitação permanente, o consignatário fica impedido de cadastrar consignatário e celebrar novo convênio com a SRH, permanentemente (BRASIL, 2010).

Portanto, a portaria SRH nº 01/2010 teve o intuito de orientar as consignatárias e consignantes, elucidando o decreto 6.386/08 com acréscimo de informações, estabelecimento de prazos e valor mínimo de inclusão de consignação, além da reafirmação das penalidades as quais as consignatárias estão sujeitas.

2.3.4. Gerenciamento da consignação em folha e margem de consignação

O governo federal criou uma sistemática para gerenciar as operações de cadastro das consignatárias, margem de consignação e de inclusão de descontos no contracheque dos servidores por meio dos sistemas Sigepe (Sistema de Gestão de Pessoas) e Consiste eSCA que faz parte do SIGMAC (Sistema de Gestão de Margens Consignadas).

O SIGMAC tem por objetivo a:

Disponibilização via internet de serviços e sistema informatizado de gestão de margem consignável, denominado Consiste SCA, para controle e gestão de margens consignáveis e transmissão centralizada de dados consignados para a folha de pagamentos dos servidores públicos federais (CSTSCA, 2014).

O sistema proporciona um controle e gerenciamento da margem consignável dos servidores públicos federais de forma mais ampla com maior segurança, pois trabalha com certificação digital e transparência (CSTSCA, 2014).

O SIGEPE é o sistema pelo qual as instituições que pretendem realizar operações de consignação em folha de pagamento com os servidores públicos federais efetuam o seu pleito para operação junto ao governo (CONSIST, 2014). A portaria nº 52, de 14 de fevereiro de 2014, estabelece as regras e procedimentos para o cadastramento e recadastramento das entidades consignatárias no sistema (BRASIL, 2014).

Já o Consiste eSCA é um sistema para gestão de margem consignável que controla em tempo real as consignações em folha, permitindo acesso pela internet, às informações de interesse dos funcionários, da gestão de pagamento de pessoal e das consignatárias conveniadas (CONSIST, 2014).

Figura 01: Relacionamento dos envolvidos no sistema CONSIST eSCA



Extraído de: Consist, 2014.

Conforme a figura 01 o sistema Consiste eSCA centraliza as informações intermediando as operações entre as consignatárias, entidades pagadoras e os servidores públicos.

Dessa forma o sistema permite facilidades como a de enviar e receber dados com agilidade e eficiência devido à comunicação dinâmica e segura e sem intervenção humana. Permite as consignatárias a incluírem dados, atualizando de forma online a margem disponível, e consultar os descontos já incluídos, os funcionários podem consultar a margem disponível, o extrato e simular operações e a administração de gestão de pessoal podem consultar os descontos e extratos e aprovar descontos. Ainda possibilita a integração entre sistemas. (CONSISTE, 2014).

Assim, os contratos realizados com as consignatárias são validadas e registradas no Consist eSCA em tempo real que passa a controlar os descontos e a margem disponível deixando livre o sistema de folha de pagamento do governo. O sistema contempla todas as operações financeiras feitas pelo servidor o que garante que os descontos possuam margem suficiente. Já as instituições conveniadas possuem acesso às suas operações com seus clientes (CONSIST, 2014).

2.3.5. Problemas com consignação em folha

Juntamente com o aumento desse mercado veio o aumento dos problemas referente à consignação em folha de pagamento. Um levantamento realizado pelo INSS em 2011 mostrou que a principal queixa da sua ouvidoria se refere ao empréstimo

consignado, somando 15.821 reclamações e liderando o ranking de reclamações do órgão. Os problemas mais comuns são a negativa do banco em liberar o crédito solicitado e descontos maiores do que o contratado. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2012).

Um problema levantado pelo Instituto Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON é o assédio dos agentes das financeiras junto aos aposentados em que eles induzem os aposentados a pegarem empréstimos pessoais com valores, juros e prazos maiores para quitarem o empréstimo consignado, sendo esta a principal causa de reclamação em relação às instituições financeiras no mês de janeiro de 2014 no órgão (ATRIBUNA, 2014).

Rios (2008) aponta que facilidade do crédito consignado poder ser causa de superendividamento e dor de cabeça para o contratante, ainda há o risco de fraude, trabalhador que tem a parcela da consignação superior a 30% do salário, cobranças indevidas pelos bancos.

Já para Almeida (2012) o problema do crédito consignado reside em três questões. A primeira é justamente pela sua característica, a facilidade de pegar o empréstimo é a entrada para dívidas impagáveis, pois o tomador geralmente já estar em dificuldade financeira e vê a saída no crédito. Outra questão são os juros que em relação aos outros créditos são baixos, então as pessoas acham que não irá onerar muito o orçamento e não se preparam corretamente para pagar as parcelas. A última questão é que possui os que não respeitam o limite de 30% estipulado pelo governo fazendo com que a pessoa comprometa mais do que 30% do salário.

Outro problema é que muitas vezes o servidor não entende o funcionamento da margem de consignação e muitos acham que apenas o empréstimo consignado consome a margem, entretanto as consignações de sindicatos, associações, seguros, previdência complementar (privada) e de saúde suplementar, também são consignações facultativas e “consomem” a margem.

Portanto, há problemas gerados na própria operação da consignação como o desconto indevido no contracheque do servidor, desconto com valor divergente ao

acordado, cobranças em duplicidade, fraudes, dentre outros. Também há problemas por falta de informação por parte do servidor de como funciona a consignação em folha de pagamento e a sistemática da margem de consignação, o que acaba gerando uma demanda da instituição, em especial do setor de recursos humanos.

2.4. A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DA ENTIDADE

Nesta seção são apresentados os reflexos que um funcionário com problemas financeiros pode ter em uma empresa, bem como a atuação de algumas corporações juntos a seus empregados com programas de educação financeira e os resultados obtidos, como redução de afastamentos e melhora no engajamento nas atividades.

Uma questão importante a ser levantada é qual a importância de inserir um programa de educação financeira nas empresas e quais benefícios esse programa trará para a empresa. Segundo Domingos (2013, p. digital) “[...] se a situação financeira de um colaborador não está equilibrada, a sua motivação não será a mesma no trabalho, o que acaba perturbando o bem-estar do indivíduo e interferindo em sua produtividade”, assim um programa de educação financeira é a ferramenta para resolver a questão.

A pessoa que se encontra endividada não consegue executar bem suas atividades laborais devido as suas preocupações com as contas que possui para pagar. Assim, um problema pessoal passa a ser também organizacional a partir do momento em que o colaborador não consegue separar seus problemas pessoais das suas atividades e relacionamentos no trabalho, podendo ocasionar a perda de foco no trabalho, dispersão nas atividades, diminuição da produtividade e aumento dos erros na execução das atividades, além da possibilidade de o funcionário se ausentar do trabalho para resolver os problemas ligados a essas dívidas. (SANTOS, 2013)

Dessa forma, “[...] os impactos do descontrole financeiro atingem não somente a pessoa endividada, mas todos ao seu redor: família, amigos, empresa, etc.” (DOMINGOS, 2013, p. digital). O autor ainda aponta que se forma um ciclo vicioso

de endividamento acarretando na diminuição do rendimento no trabalho, além de problemas físicos e emocionais, como o estresse, ansiedade e depressão, sendo necessário uma reeducação financeira para reverter a situação (DOMINGOS, 2013).

Por outro lado muitas pessoas não tiveram a oportunidade de aprender sobre educação financeira em casa e nem nas escolas em que estudaram, conforme abordam diversos autores. Então para saírem da situação de endividamento necessitam de algum auxílio que muitas das vezes não encontram na família ou no ciclo de amizade, ou então, sentem vergonha em expor sua situação a eles.

Dessa forma, para evitar o impacto negativo da situação financeira dos colaboradores na empresa, ela deve investir em educação financeira, pois faltas constantes, pedidos de adiantamento, empréstimos e até mesmo furtos, são sinais de desequilíbrio financeiro, podendo afetar as atividades e a rentabilidade da empresa se transformando em um ciclo sem fim (DOMINGOS, 2013).

Na iniciativa privada algumas empresas já perceberam os benefícios de se investir em programas de educação financeira. A HP Brasil implantou em 2010 um programa de orientação financeira e de saúde oferecendo uma linha 0800 na qual o empregado poderia ter de forma sigilosa ajuda de um consultor financeiro ou marcar uma visita a sua residência para reorganizar as finanças. Só de janeiro a outubro de 2013, 25% do quadro de pessoal procurou o programa. A empresa ainda ministra palestras de como planejar um casamento, começar a investir, programar a aposentadoria e ingressar na bolsa de valores. Os resultados apareceram, de acordo com a diretora de remuneração e benefícios, houve uma redução do número de funcionários afastados por problemas diversos de 178 em 2009 para 98 em 2013, os dias perdidos por abstenção dos empregados teve uma redução de 67% passando de 287 para 97 no mesmo período, além do aumento do índice de engajamento que subiu 12% (LAPORTA, 2013).

A empresa Prolim em Taubaté - SP decidiu implantar um programa de educação financeira em 2013 devido ao alto índice de atendimentos a funcionários em situação crítica de endividamento, que chegavam a pedir para serem mandados embora para

receberem as verbas rescisórias fazendo com que a empresa tivesse altos custos com verbas não previstas e com recrutamento. A empresa percebeu que o funcionário que não tinha saúde financeira não conseguia ser produtivo ou trabalhar motivado. O programa envolveu todos os funcionários, que contavam com aulas teóricas para prevenção e reversão de situações críticas (LAPORTA, 2013).

Já a empresa Siemens optou por implantar um programa de educação financeira voltado para o pós-carreira com o objetivo de sensibilizar os funcionários da necessidade de planejar e de ter um projeto de vida na nova fase. Também teve uma iniciativa para os operários de chão de fábrica por meio de workshops com duração de 5 horas. Para a empresa, o programa contribuiu para o clima organizacional, fortalecimento da imagem da empresa, valorização do programa de previdência privada e diminuição do presenteísmo (LAPORTA, 2013).

Muitas empresas passam por problemas semelhantes como a reclamação de funcionários por ganharem pouco, muitos pedidos de empréstimo consignado, muitos acidentes de trabalho, faltas e atrasos. Muitas delas estão relacionadas a falta de educação financeira dos empregados que acabam levando para dentro da empresa seus problemas financeiros. Com isso, o empréstimo consignado pode virar um problema para a empresa devido ao grande número de solicitações aos recursos humanos e muitas das vezes o mesmo empregado quer contrair mais de um empréstimo com desconto em folha (BRASIL, 2014).

Domingos (2013) alerta que apenas dar aumento de salário, benefícios e auxílios não resolve o problema, é preciso orientar os empregados de como administrar os seus ganhos. Os funcionários necessitam ajustar o seu padrão de vida a sua realidade financeira, aprender a poupar para realizar seus objetivos para que as finanças seja um problema a menos na cabeça deles.

Estudo realizado pela *Price Waterhouse Coopers (PwC)* denominado *Financial Wellness Survey* realizado com 1600 pessoas nos Estados Unidos em 2013 mostrou que 52% dos funcionários enfrentam pelo menos uma situação financeira estressante e 23% admitiram se distraem durante o expediente por pensar nos problemas financeiros, além de 19% que gastam 5 horas semanais ou mais do

período de trabalho com essas questões. Também, a principal preocupação foi de não se ter uma reserva financeira para as emergências e outros 45% temiam não se aposentar na data desejada (TAMOTO, 2014).

William Eid, professor de finanças da Fundação Getúlio Vargas (FGV), fez uma pesquisa sobre o impacto do estresse financeiro na produtividade da empresa com os funcionários da FGV e concluiu que funcionário estressado falta mais, pede para abonar faltas e faz retiradas no fundo de pensão. O estresse financeiro faz com que o empregado produza menos do que os que possuem as contas em dia (TAMOTO, 2014).

Segundo o consultor Massaro (LAPORTE, 2013, p. digital):

O principal objetivo que leva uma empresa a investir em educação financeira é aumentar ou recuperar a produtividade [...]. Entretanto o atendimento deve ser diferenciado para cada perfil de empregado. “Um profissional de nível executivo costuma ter grau de conhecimento de finanças e necessidades muito diferentes de outro de nível operacional. O mesmo acontece com faixas etárias muito distintas”. (LAPORTE, 2013, p. digital).

Corroborando com Massaro, Eid diz que “[...] uma boa forma de tratar isso dentro da empresa é por meio de um diagnóstico de cada colaborador, com o objetivo de descobrir quem tem estresse financeiro e quem está confortável” (TAMOTO, 2014, p. digital). Ainda complementa que um bom programa de educação financeira direciona os funcionários com problemas para resolvê-los e os que possuem boa situação financeira ensinam a investir (TAMOTO, 2014).

Nesse sentido, Brasil (2014, p. digital) diz que “[...] agora mais do que nunca, os empresários devem se preocupar com a saúde financeira de seus funcionários. Pois funcionário feliz e organizado produz muito mais.” O autor ainda complementa que os empresários que procuram minimizar custos e aumentar os ganhos estão concluindo que não bastam apenas palestras e cursos motivacionais para produzir mais e melhor, estão percebendo que ajudar os funcionários a organizarem suas finanças com palestras e cursos sobre educação financeira está sendo cada vez mais necessário (BRASIL, 2014).

Domingos (2013) aponta que o setor de recursos humanos deve fazer o trabalho de desmistificar o programa de educação financeira, explicando aos funcionários de que é preciso mudar os hábitos e costumes em relação ao uso do dinheiro. O consultor ainda propõe orientações para as instituições iniciarem um programa de educação financeira, sendo elas:

1. Não entenda Programa de Educação Financeira para Empresas como palestras de finanças pessoais ou cursos de investimentos;
2. Trate Educação Financeira como responsabilidade social na empresa, beneficiando funcionários, familiares, comunidade e a própria empresa;
3. Adote critérios e oriente o funcionário antes de disponibilizar crédito consignado, É importante que o empréstimo seja consciente, para que realmente o ajude a solucionar o problema. Muitas vezes, é um alívio imediato, mas que, em poucos meses, se torna um problema ainda maior, principalmente porque seus ganhos líquidos mensais serão reduzidos em, aproximadamente, 30%;
4. Procure um programa estruturado de educação financeira, que possa se adequar facilmente aos diferentes perfis de necessidade da empresa e dos funcionários;
5. Crie campanhas de conscientização e de mudança de hábitos e costumes em relação à utilização ao dinheiro;
6. Antes de decidir por um programa de educação financeira, analise toda a sua estrutura, como tempo, método, material de apoio e disponibilidade dos funcionários;
7. A educação financeira independe do salário do colaborador. Os problemas podem ocorrer, até mesmo, nos maiores salários da empresa;
8. O problema da falta de educação financeira já estar intrínseco em nossa sociedade. Sendo assim, não é culpa do trabalhador;
9. A empresa que investe em um programa de educação financeira também ganha, visto que seus colaboradores trabalham com mais prazer, mais tranquilidade e buscando crescimento, pois retomam a consciência de ter objetivos;
10. Oriente os funcionários a combaterem a causa do problema financeiro e não apenas os efeitos. (DOMINGOS, 2013).

Como vantagem de um programa de educação financeira tem-se a recuperação de produtividade dos funcionários e otimização dos benefícios oferecidos, além de ser uma importante ferramenta para quem quer gerar lealdade e engajamento dos empregados, podendo até reduzir custos como por turnover⁶. Quanto ao custo de implantação, varia de acordo com o projeto que a empresa pretende implementar. Ela pode contratar um consultor que cobrará de acordo com as etapas propostas, ou para ter um custo reduzido a empresa pode utilizar profissionais internos (TAMOTO, 2014).

⁶ Turnover – é uma taxa que mede a rotatividade de funcionários numa operação, sendo que se entende por rotatividade o número de saídas (desligamentos) de funcionários que devem ser repostos.

Portanto, “[...] quando o empresário proporciona conhecimento em educação financeira para seus colaboradores ele está gerando maior produtividade para sua empresa, gerando bem social e contribuindo para a sociedade como um todo [...]” (BRASIL, 2014). No serviço público não é diferente, a instituição que oferece aos servidores educação financeira poderá proporcionar um aumento da produtividade dele e melhoria no atendimento à sociedade.

2.5. ESTUDOS SOBRE A CONSIGNAÇÃO EM FOLHA

Esta seção trata das pesquisas realizadas no Brasil na área de consignação em folha de pagamento. Percebe-se que existem poucas pesquisas relacionadas ao assunto, em especial envolvendo servidores públicos.

Não foram encontrados no Brasil estudos realizados, especificamente, sobre a margem de consignação. Entretanto há alguns estudos sobre crédito consignado que engloba o assunto pesquisado. Em sua maioria as pesquisas relacionam o crédito consignado ao endividamento ou superendividamento e/ou fazem alusão ao crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS, ficando os servidores públicos um pouco “esquecidos” em estudos. Assim, serão apresentados nesta seção estudos realizados no Brasil.

Em relação a pesquisas já realizadas, Souza Junior (2013) buscou descrever o comportamento financeiro dos servidores do TRT4 (Tribunal Regional do Trabalho, 4ª região) frente a oferta de crédito consignado e o risco de superendividamento. Verificou que mais da metade dos servidores possuíam contrato de crédito consignado ativo e apesar de os servidores se dizerem, medianamente, conhecedores dos fatores que compõem o crédito consignado (taxa de juros, encargos, etc.), 31,1% se dizem muito endividados não conseguindo fazer poupança, sendo assim fortes candidatos a superendividados, principalmente se ocorrer algum imprevisto.

Carvalho e Moreira (2013) fizeram um estudo sobre finanças pessoais dos professores de uma escola da rede municipal de ensino de Campo Formoso-BA o qual apontou um crescente endividamento e descontrole das finanças pessoais dos professores pesquisados. 43% dos entrevistados gastam mais do que recebem e 14% não traçam limite de gasto, quando o salário não dá recorrem ao crédito. Metade disse estar com entre 40% e 50% da renda comprometida e 17% não sabiam o quanto da renda estava comprometida. 57% costumam pagar contas em atraso e 39% utilizam o crédito consignado como opção de crédito. Ainda aponta que 43% dos professores dizem saber como fazer um orçamento familiar, mas não fazem e outros 14% elaboram apenas em alguns meses.

Ferreira (2008) pesquisou o crédito consignado e o superendividamento sob a ótica jurídica defendendo em seu artigo a renegociação da dívida para combater os efeitos do superendividamento e também a exigência do cumprimento dos deveres de informação e aconselhamento, a consulta aos bancos de dados por parte do fornecedor e a implementação do prazo de reflexão como medidas preventivas, pois aponta que o crédito consignado se tornou um catalisador de endividamento do consumidor.

Gomes (2011) pesquisou as medidas tomadas pelas autoridades competentes para minimizar os problemas advindos da abertura da consignação em folha a partir de 2004 para aposentados e pensionistas. Identificou riscos com a falta de cuidado e informação no fornecimento de dados e documentos a agentes falsos que se apresentam as residências, a falsificação de documentos de aposentados para pegar empréstimos em instituições financeiras. Também havia descontos em folha sem o devido repasse as instituições financeiras por prefeituras, ocasionando a negativação do nome de servidores públicos o que gerou até ação do Ministério Público contra prefeituras por improbidade.

Dentre as ações tomadas pelo governo, Gomes (2011) cita a disponibilização do Prevfone (0800-780191) pela ouvidoria da Previdência Social para registrar denúncias, além do site e e-mail. Também foi disponibilizado pelo Sistema Nacional de Defesa do Consumidor o disque denúncia (0800 7070477). Também foram tomadas medidas para evitar abusos das instituições financeiras como a proibição

de negar empréstimos em função da idade, de realizar venda casada e oferecer serviços por telefone, proibição de cláusula de exclusividade, possibilidade de portabilidade, proposta de vedação de contratação sem a presença física da pessoa, devolução em dobro em contratações fraudulentas ou que contenha erro na identificação do consumidor, sanções às instituições que não derem informações claras e objetivas aos consumidores, dentre outras medidas a fim de equilibrar e tornar mais justa a relação entre a instituição financeira e o consumidor, no caso do INSS os aposentados.

Sob a ótica econômica, Neves (2012) estudou o impacto da expansão do crédito consignado ao setor privado no consumo dos domicílios brasileiros. A pesquisa indicou que os domicílios que possuem aposentados e pensionistas aparentemente reduziram os gastos com alimentação e aumentaram os gastos com serviços de utilidade pública, bens duráveis, insumos produtivos e pequenas reformas. Aponta também um aumento na utilização do sistema financeiro.

Carvalho e Figueiredo (2012) analisou a expansão do crédito consignado no Brasil entre os anos de 2004 e 2011 e verificou que o mercado de crédito teve grande expansão no período e a modalidade de crédito consignado teve resultados expressivos em relação a operações contratadas, com predominância de servidores públicos.

Fassarella (2010) analisou o impacto da lei 10.820, a lei de crédito consignado, nos empréstimos livres a pessoas físicas. Ele constatou que houve um aumento considerável no saldo de empréstimos livres a pessoas físicas além de migração de crédito das demais carteiras para a de consignados. Também observou aumento da inadimplência no crédito direto ao consumidor (CDC), se justificando pela saída de bons tomadores para o crédito consignado.

Verifica-se que as pesquisas na área de consignação geralmente são voltadas para expansão de crédito principalmente com a edição da Lei permitindo os aposentados e pensionistas do INSS a realizarem consignação e também o impacto da lei no mercado de crédito.

3. METODOLOGIA

Neste capítulo trata-se da metodologia utilizada para a elaboração do trabalho, a ferramenta utilizada para a pesquisa de campo, o escopo do trabalho, a forma de obtenção dos dados e um relato e estudo prévio da entidade estudada.

De acordo com Rampazzo (2005, p.49) “[...] a pesquisa é um procedimento reflexivo, sistemático, controlado e crítico que permite descobrir novos fatos ou dados, soluções ou leis, em qualquer área do conhecimento”. É voltada para resolver problemas através do método científico e se caracteriza por três elementos: levantamento de algum problema; solução à qual se chega; e os meios escolhidos para se chegar a solução.

Já Gil (2009, p.17) define pesquisa como “[...] o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Acrescenta que é demandada quando as informações dispostas não são suficientes para responder ao problema ou se encontra em desordem não sendo possível relacioná-la ao problema.

Assim, visando gerar conhecimento para utilização prática, para nortear o trabalho foi adotada a abordagem quanti-qualitativa (mista). Essa abordagem se faz necessário devido a descrição dos fatos e utilização de números e estatística para explicar o problema de pesquisa. Creswell (2007) diz que na técnica do método misto a coleta de dados envolve tanto informações numéricas quanto de texto, de modo que o banco de dados final possua informações quantitativas e qualitativas.

O estudo também apresenta características descritivas e exploratórias, no que se refere aos fins (objetivos). A pesquisa descritiva demonstra as características de determinada população ou de determinado fenômeno, podendo correlacionar variáveis e determinar sua natureza, entretanto, apesar de servir de base para explicação, não tem a obrigação de explicar os fenômenos que descreve. (VERGARA, 2011)

Gil (2009) acrescenta que a pesquisa descritiva tem como objetivo estudar as características de um grupo e tem como uma de suas características mais importante à utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados como questionários e a observação sistemática. Também há pesquisas que se definem como descritivas com base nos objetivos, mas que acabam servindo para proporcionar uma nova visão do problema, se aproximando das pesquisas exploratórias.

No que se refere aos procedimentos técnicos (quanto aos meios), a pesquisa também possui propriedades da pesquisa bibliográfica e de levantamento. Vergara (2011) inclui na classificação quanto aos meios a pesquisa bibliográfica, que se trata de “[...] estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”. É fornecedora de instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa.

Para Koche (1997, p.122) a pesquisa bibliográfica é “[...] a que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livro ou obras congêneres”, onde se fará um levantamento do conhecimento disponível do assunto tendo como objetivo conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado problema. A principal vantagem desse tipo de pesquisa é o “[...] fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2009, p.45). Isso é extremamente importante quando o problema requerer dados muitos dispersos.

A pesquisa de levantamento é a interrogação direta das pessoas a qual o comportamento se almeja conhecer. São solicitadas informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados (GIL, 2009). Os levantamentos *on-line* (rede) permitem maior flexibilidade na formatação do questionário e opções de respostas, tornando-o mais atrativo e fácil de incluir perguntas com filtro ou com salto de perguntas (FLICK, 2012, p.167).

O estudo foi realizado junto aos servidores ativos da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, que é uma instituição federal de ensino superior fundada em 1954 pelo então governador do Estado do Espírito Santo Jones dos Santos Neves e federalizada em 1961 pelo Presidente da República Juscelino Kubistchek. Possui quatro *campi* universitários, o de Goiabeiras e Maruípe em Vitória, o Centro de Ciências Agrárias - CCA no município de Alegre, ao sul do estado, e Centro Universitário Norte do Espírito Santo – CEUNES, ao norte do estado.

3.1. ESCOPO DO TRABALHO

O trabalho teve como foco identificar e entender o papel da instituição sobre as implicações do uso da margem de consignação pelos servidores públicos por meio de um estudo o uso da margem de consignação pelos servidores, identificando as implicações geradas e suas principais causas pelo seu uso. Também pela verificação do conhecimento dos servidores acerca dos itens que envolvem a consignação em folha de pagamento.

Assim, não foi utilizado no estudo os servidores aposentados e os pensionistas devido à dificuldade de acesso a eles para a aplicação do questionário e a escassez de tempo e recursos financeiros para localizá-los.

Essa delimitação se justifica pelo fato de os servidores ativos, além da acessibilidade, são a maioria no quadro de servidores, com mais de 4.100 servidores, e que a ingerência da margem de consignação provoca maior impacto para a instituição devido a interferência no trabalho desses servidores, podendo acarretar em uma má prestação de serviço a sociedade e em problemas para a instituição.

3.2. OBTENÇÃO DE DADOS

A obtenção dos dados necessários para o estudo foi realizada de duas formas, uma foi a coleta em fontes secundárias, por meio da obtenção de dados no banco de

dados do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE utilizando o programa DW-SIAPE (data warehouse) e a outra forma foi por meio de fonte primária que foi obtida através de aplicação de um questionário fechado aos servidores ativos da instituição estudada.

Diehl e Tatim (2004) apontam que as fontes primárias são os dados arranjados por meio de pessoas em primeira mão pelo próprio pesquisador, tendo como principais técnicas de coleta o questionário, entrevistas e formulários. E que são denominadas as fontes secundárias os dados não fabricados pelo pesquisador, pois já existem na forma de arquivos, bancos de dados, relatórios e fontes bibliográficas.

Gil (2009, p.114) diz que se entende por questionário “[...] um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado” e menciona que esse instrumento é o meio mais rápido e barato para levantar informações e também não necessita de treinamento de pessoal e garante o anonimato.

Por sua vez Vergara (2011, p.52) caracteriza o questionário “[...] por uma série de questões apresentadas ao respondente, por escrito, de forma impressa ou digital”. Ele pode ser aberto, pouco ou não estruturado, ou fechado, estruturado, sendo que no fechado escolhe a alternativa dentre as apresentadas. Precisa ter quantidade de questões que respondam ao problema, porém não muito extenso.

As técnicas de questionário, formulário e entrevistas são muito úteis para adquirir informações sobre o que a pessoa “[...] sabe, crê ou espera, sente ou deseja, pretende fazer, faz ou fez, bem como a respeito de suas explicações ou razões para quaisquer das coisas precedentes” (SELLTRIZ, 1967, p.273 apud GIL, 2009).

Para tanto foi definido como população da pesquisa todos os servidores ativos da UFES. Através de informações extraídas do sistema DW-SIAPE, em setembro de 2013 a universidade apresentava um total de 4.114 vínculos ativos, sendo esta a população estudada na pesquisa.

O questionário é composto de 32 perguntas divididos em 5 grupos: A – dados do servidor, B – empréstimo consignado, C – problemas com consignação, D –

orientação da instituição e E – educação financeira. As questões são fechadas e de múltipla escolha, com exceção das questões 2, 6, 7 e 32. Também nas questões 29, 30 e 31 optou-se por utilizar a escala Likert⁷, que se trata de uma escala de respostas psicométrica comumente utilizado em questionários de pesquisas onde o respondente especifica o nível de concordância com uma afirmação.

A aplicação do questionário se deu por meio do envio de um link de acesso ao questionário para o e-mail dos servidores cadastrados no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, por intermédio da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas e Assistência Estudantil. Assim todos os servidores tiveram a mesma chance de responderem ao questionário.

Foram obtidos 210 retornos, ou seja, dos 4114 servidores 210 responderam o questionário. Com base nas respostas recebidas foi utilizado a fórmula abaixo para o cálculo do erro amostral e do nível de confiança. Dessa forma, o erro amostral da pesquisa foi de 6,6% para um nível de confiança de 95%.

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Onde:

n - amostra calculada

N - população

Z - variável normal padronizada associada ao nível de confiança

p - verdadeira probabilidade do evento

e - erro amostral

As variáveis que foram utilizadas na aplicação do questionário para estudo do papel da instituição em relação aos fatores associados às implicações da ingerência da margem de consignação dos servidores, foram detalhadas no quadro 1.

⁷ Conceito disponível em <http://www.professores.uff.br/luciane/images/stories/Arquivos/doc_turismo/quest_escalas_cap1.pdf>

Quadro 01 – Detalhamento das variáveis para estudo dos fatores associadas ao papel da instituição nas implicações do uso da margem de consignação

(Continua)

Grupo de Variáveis	Variável
Características Pessoais e funcionais	Sexo
	Idade
	Estado Civil
	Quant. Dependentes
	Tempo de serviço na instituição
	Tempo de serviço no serviço público
	Carreira
	Escolaridade
Características financeiras	Rendimento Bruto Mensal
	Possui Consignação
	Utilização da margem de consignação
	Tipos de consignação
	Quantidade de consignação de empréstimos
Empréstimo consignado	Motivo para aquisição
	Valor da consignação
	Prazo para pagamento
	Conhecimento taxa de juros
Assédio de instituições financeiras	Contatado para novo empréstimo
	Frequência de abordagem
Problemas com consignação	Já teve problema
	Classificação do problema
	Procurou primeiro para resolver
	Classificação do tempo de resolução
	Satisfação com a resolução
Orientação da Instituição	Curso margem consignação
	Curso educação financeira
	Orientação sobre problemas com consignação
	Facilidade de obter informação
	Participaria de curso
	Planejamento de Finanças Pessoais
	Orçamento de Finanças Pessoais
	Fluxo de caixa
	Produtos bancários
	Modalidades de empréstimos/ financiamento
	Matemática financeira
	Taxa de juros nominal
	Taxa de juros efetivas
	Funcionamento da margem de consignação
	Termo de Ocorrência de Denúncia

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Quadro 01 – Detalhamento das variáveis para estudo dos fatores associadas ao papel da instituição nas implicações do uso da margem de consignação

(Conclusão)

Grupo de Variáveis	Variável
Educação financeira do servidor	Planejamento de Finanças Pessoais
	Orçamento de Finanças Pessoais
	Fluxo de caixa
	Produtos bancários
	Modalidades de empréstimos/ financiamento
	Matemática financeira
	Taxa de juros nominal
	Taxa de juros efetivas
	Funcionamento da margem de consignação
	Termo de Ocorrência de Denúncia

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Após a aplicação do questionário as questões foram tabuladas e receberam tratamento estatístico por meio do programa estatístico SPSS Statistics, versão 21. Foram utilizados nas análises para testar a relação e associação entre as variáveis os testes de qui-quadrado de Pearson e o V de Cramer, além da tabela cruzada observando as médias esperadas e frequência das ocorrências. Então, em seguida foram feitas as inferências e apresentado os resultados.

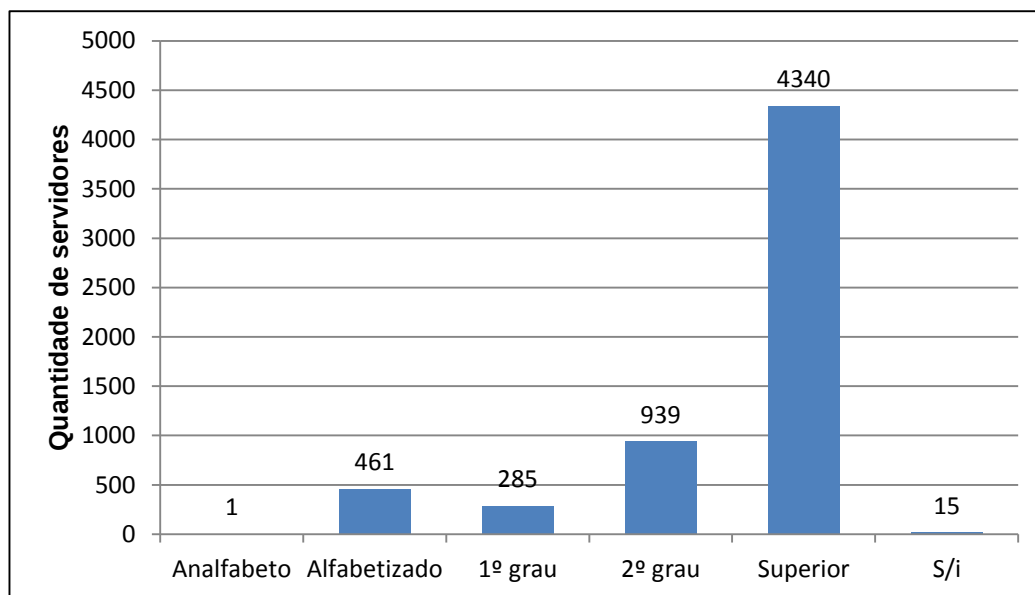
3.3. A ENTIDADE ESTUDADA

Com base em dados extraídos do SIAPE, tendo como referência o mês de setembro de 2013, foi possível realizar algumas conclusões preliminares sobre os servidores. a UFES contava com 6.062 vínculos de emprego, sendo 4.114 referentes a servidores ativos e 1.948 referentes a servidores aposentados, além de 502 pensionistas.

Conforme se pode observar no gráfico 1, 72% dos servidores possuem curso superior, sendo que dentro desse grupo estão somados os que possuem graduação e pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*). Ainda constata-se que 87% possui um grau de instrução de, pelo menos, o 2º grau. Isso se deve ao fato de que 55,66% dos servidores são professores ou técnicos administrativos de nível E, cujo cargo exige o ensino superior ou mais, além da política de cargos e salários que conta com

um incentivo a qualificação, onde o servidor recebe um percentual sobre o vencimento básico de acordo com o nível de graduação, assim quanto maior a instrução maior o percentual do incentivo.

Gráfico 1: Grau de instrução dos servidores da UFES



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014. (DW-SIAPENET)

Nota: S/i - Sem informação no sistema

A tabela 2 mostra a faixa de margem de consignação livre que o servidor possui para realizar consignação em folha. Faixa de consignação é a faixa de valor em que o servidor possui disponível para contratar consignações. Assim, observa-se que a maior parte dos alfabetizados, 1º grau e 2º grau, cerca de 48,60%, estão na faixa de R\$ 0,00 a R\$ 200,00 de margem de consignação livre e o total de servidores que estão nessa faixa representam 21,3%.

Tabela 2 – Distribuição da quantidade de servidores por faixa de margem de consignação livre e nível de escolaridade

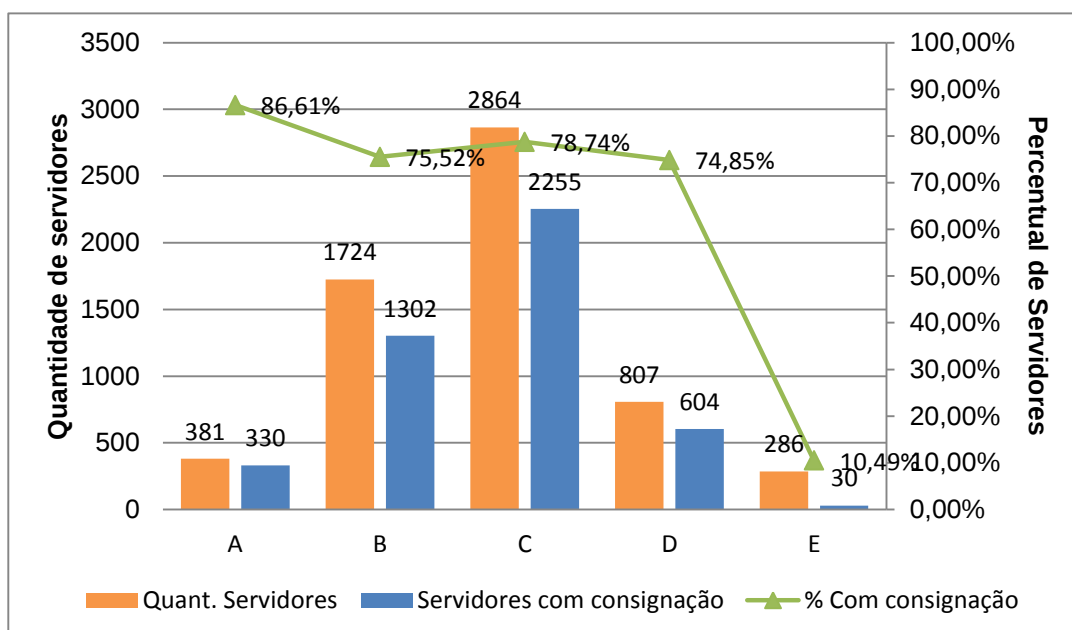
Faixa de Consignação (em reais)	Total de Servidores	Analfabeto	Alfabetizado	1º grau	2º grau	Superior	S/i
0 a 200	1300	0	229	171	419	472	9
201 a 400	323	0	53	24	86	160	0
401 a 600	331	0	53	19	110	145	4
601 a 800	485	0	61	20	117	286	1
801 a 1000	593	1	38	24	69	461	0
1001 a 2000	1392	0	27	25	134	1205	1
2001 a 3000	1053	0	0	2	4	1047	0
3001 a 4000	323	0	0	0	0	323	0
4001 a 5000	242	0	0	0	0	242	0
5001 a 6000	14	0	0	0	0	14	0
6001 a 7000	6	0	0	0	0	6	0
Total	6062	1	461	285	939	4361	15

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Nota: S/i - Sem informação no sistema

No gráfico 2 vê-se a quantidade de servidores da UFES e a quantidade de servidores que possuem consignação em folha de pagamento, distribuídos por classe social⁸. Nota-se, em termos proporcionais, que a classe E é a que menos possui consignação em folha, 10,49% dos servidores na classe, e a classe A é a que mais possui consignação em folha, 86,61% dos servidores na classe. Assim os dados levam a concluir que quanto maior a remuneração (classe social) maior a tendência de o servidor fazer consignação em folha. Entretanto, não quer dizer que essa consignação seja de empréstimos.

⁸ Classificação da classe social de acordo com o IBGE: Classe E, até 2 salários mínimos (SM); classe D, de 2 a 4 SM; classe C, de 4 a 10 SM; classe B, de 10 a 20 SM; e classe A, acima de 20 SM, sendo utilizado o salário mínimo vigente em 2013, R\$ 678,00. Disponível em <<http://blog.thiagorodrigo.com.br/index.php/faixas-salariais-classe-social-abep-ibge?blog=5>>, acesso em 30.nov2013.

Gráfico 02: Relação entre classe social e consignação em folha

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Tabela 03 – Volume de consignação em folha de pagamento da UFES

Ano	Consignação (em reais)					Total (R\$)	% ² Geral	% ² Empréstimo
	Empréstimo	Mensalidade ¹	Seguro	Previdência	P. Saúde			
2004	9.963.939,54	1.398.223,33	688.018,28	121.545,09	98.430,08	12.470.156,32	100,00%	100,00%
2005	9.397.759,08	1.468.530,19	700.346,13	177.079,15	45.046,84	11.988.761,39	96,14%	94,32%
2006	9.821.980,13	1.639.366,24	597.448,75	181.258,21	47.777,29	12.487.830,62	100,14%	98,58%
2007	11.792.916,67	2.088.773,83	526.081,65	183.804,82	46.949,32	14.838.526,29	118,99%	118,36%
2008	11.668.017,34	2.096.824,25	333.468,92	202.923,73	89.898,12	14.491.132,36	116,21%	117,10%
2009	12.002.507,16	2.382.015,72	364.282,94	172.808,45	65.634,60	14.987.248,87	120,18%	120,46%
2010	15.175.183,43	2.704.196,11	419.252,15	166.267,83	46.824,59	18.711.724,11	150,05%	152,30%
2011	17.884.743,69	3.090.600,34	448.253,40	183.736,96	12.276,77	22.219.611,16	178,18%	179,49%
2012	19.857.057,71	3.210.195,41	444.436,61	179.922,05	39.243,56	24.330.855,34	195,11%	199,29%

¹ Refere-se a mensalidade de associações, sindicatos e cooperativas.

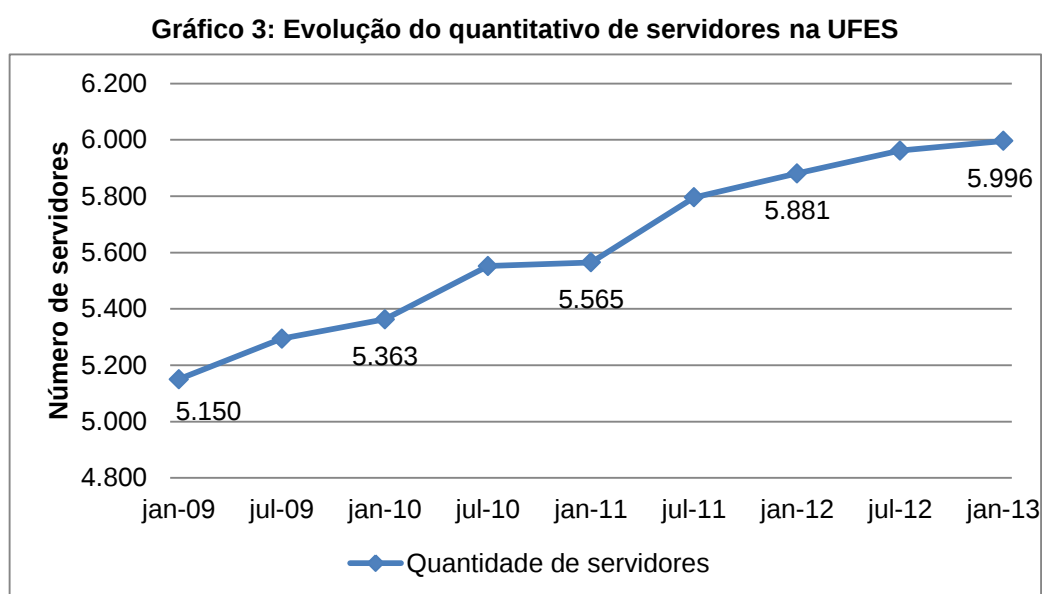
² Ano base 2004 = 100%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

A tabela 3 demonstra a evolução do volume de recurso descontado dos em folha dos servidores do ano de 2004 a 2012, separados pelos segmentos de empréstimo, estando incluídos tanto os empréstimos pessoais diretos ao consumidor quanto os financiamentos, de mensalidade, que são referentes a mensalidades de associações, sindicatos, etc., de seguro, sendo o mais representativo o seguro de vida, de previdência e de plano de saúde.

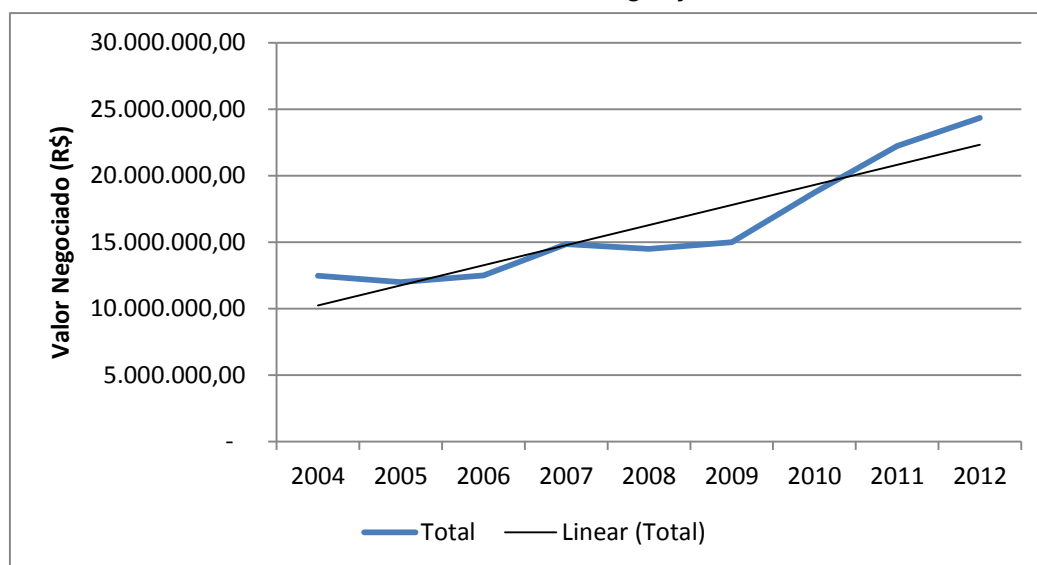
Verifica-se que do ano de 2004 a 2012 o volume de negociação praticamente dobrou, sendo os empréstimos o impulsionador do volume negociado, que em 2012 se aproximou dos 20 milhões de reais. Em 2008 houve uma estagnação no crescimento de volume negociado, até recuando um pouco, em relação a 2007. Em 2009 o crescimento também foi tímido em relação a 2008. Esse fato pode ter sido um reflexo da crise financeira que atingiu o mundo em 2008, quando estourou a bolha imobiliária nos Estados Unidos. Contudo em 2010 o volume de negociação passou a ter forte crescimento, superando os 24% em relação a 2009.

Entretanto, o aumento do volume de consignação não foi proporcional ao aumento do quantitativo de servidores, pois verifica-se que de janeiro de 2009 a dezembro de 2012 houve um crescimento no volume de consignação de 67,90%, enquanto , conforme consta no gráfico 3, a evolução do quantitativo de servidores foi de aproximadamente 16% para o mesmo período, passando de 5.150 servidores em janeiro de 2009 para 5.996 servidores em janeiro de 2013.



Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas da UFES, 2014.

O gráfico 4 mostra a tendência do volume de consignação em folha de pagamento na UFES, que é de crescimento do volume negociado, principalmente com a continuidade da política de expansão de crédito e se o governo voltar com a política de redução da taxa de juros básica (SELIC).

Gráfico 4: Tendência do volume de consignação em folha na UFES

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Observa-se que a tendência do volume de consignação em folha na UFES é de crescimento, assim, se os empréstimos consignados são usados pelos servidores sem um planejamento financeiro correto é provável que vários deles entrem em situação de superendividamento, podendo ter reflexos em sua atuação profissional, gerando problemas para a instituição, pois comparando o gráfico 04 com o gráfico 03 observa-se que os servidores estão aumentando o valor consignado em folha visto que o percentual de aumento da quantidade de servidores é de aproximadamente um quarto do percentual de aumento do volume de consignação, o aumento não foi proporcional. Dessa forma, os servidores comprometem uma parte maior da remuneração ou ficam endividados por mais tempo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pretende-se nesse capítulo analisar as informações colhidas por meio do questionário de pesquisa (anexo I) aplicado aos servidores ativos da UFES e discutir os resultados das análises. Desse modo, os dados foram tabulados e tratados por meio do programa IBM SPSS *Statistics* 21 e com o auxílio da planilha eletrônica Excel, realizando as análises por meio da tabela cruzada, do teste qui-quadrado de Pearson e V de Cramer.

O teste qui-quadrado de Pearson é utilizado para saber se existe alguma relação entre duas variáveis categóricas através da comparação entre as frequências observadas (FIELD, 2009).

Utilizando o V de Cramer é possível medir o grau de associação entre duas variáveis categóricas, sendo mais adequado quando uma das variáveis possui mais do que duas categorias (FIELD, 2009). Como parâmetro para analisar o grau de associação entre as variáveis, medida pelo teste de V de Cramer foi adotada a referência dada no AcaStat⁹, conforme apresentada na tabela 04.:

Tabela 04 – Grau de associação de V de Cramer

Referência	Grau de associação
> 0,5	Alta associação
0,3 – 0,5	Associação moderada
0,1 – 0,3	Baixa associação
0,0 – 0,1	Fraca ou nenhuma associação

Fonte: AcaStat⁹.

Conforme apresentado no quadro 02, para realizar as análises de forma consistente, na questão 31 do questionário que atribui grau de importância foi agrupado em suas extremidades, assim de 5 graus de importância foi reduzido 3 ficando em pouco importante, importante e muito importante. Da mesma forma ocorreu na questão 30 em que o grau de conhecimento foi agrupado nas extremidades ficando em pequeno, médio e grande.

Quadro 02 – Agrupamento de respostas do questionário

Grau de importância		Grau de conhecimento	
No questionário	Na Análise	No questionário	Na Análise
Sem importância	Pouco importante	Nenhum	Pequeno
Pouco importante		Pouco	
Importante	Importante	Razoável	Médio
Muito importante	Muito importante	Bom	Grande
Extremamente importante		Ótimo	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

⁹ AcaStat – É um software que foi criado pelo instrutor PhD Phil Crewson para ajudar os alunos a aplicar as técnicas analíticas básicas ensinadas em cursos de estatística e desenvolver as habilidades necessárias para usar os aplicativos de software mais caros (SAS, SPSS, Stata, etc.). disponível em <<http://www.acastat.com/Statbook/chisqassoc.htm>>.

Por fim, a significância adotada foi de 5%. Desse modo, foram considerados significantes os testes que apresentaram um $p\text{-valor} \leq 0,05$, para posteriormente avaliar os testes de qui-quadrado de Pearson e V de Cramer.

4.1. PERFIL DOS PESQUISADOS

Dos 210 servidores que responderam o questionário, 42,4% é do sexo masculino e 57,6% do feminino, 36,19% possui entre 26 e 35 anos, 26,67% possui entre 36 e 45 anos e 25,71% possui entre 46 e 55 anos. Os casados correspondem a 51,4% e os solteiros 30%, já os divorciados somam 11%. Quanto a dependentes economicamente, 41% disseram que não possuem dependentes, 23,3% afirmam ter apenas 1, 20% apenas 2 e 15,7% tem 3 ou mais dependentes.

Quanto ao tempo de serviço na instituição 35% tem até 3 anos de serviço, 34% de 4 a 10 anos de serviço, 13% tem de 11 a 20 anos e 18% mais de 20 anos de serviço na UFES. 69,5% dos respondentes é da carreira de técnicos administrativos e 30,5% da carreira de professor. No que se refere a classe social (remuneração) 22,4% pertencem a classe B (tem rendimento entre R\$ 7.250,00 e R\$ 14.499,99), 60,5% pertencem a classe C (tem rendimento entre R\$ 2.900,00 e R\$ 7.249,99) e 15,2% pertencem a classe D (tem rendimento entre R\$ 1.450,00 e R\$ 2.899,99).

Também 43,8% possuem pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e/ou doutorado), 32,9% tem título de pós-graduação *lato sensu* (especialização, MBA), outros 15,2% possuem apenas graduação e 8,1% possuem apenas o ensino médio. Os que afirmaram ter consignação em folha são 52,4% contra 47,6% que afirmam não possuir nenhuma consignação.

Analisando a faixa etária (idade) com a variável possui consignação, verifica-se que há associação significativa entre as variáveis ($p < 0,05$). Já a intensidade dessa associação pode ser descrita como baixa (V de Cramer = 0,213). Os resultados são apresentados na tabela 05.

Tabela 05 - Percentual de servidores por categoria de possui consignação e faixa etária

			Possui Consignação			Qui-quadrado (gl)	P - Valor	V de Cramer
			Sim	Não	Total			
Idade	até 25 anos	N	1	6	7	9,535 (4)	0,049	0,213
		%	14,3%	85,7%	100,0%			
	de 26 a 35 anos	N	35	41	76			
		%	46,1%	53,9%	100,0%			
	de 36 a 45 anos	N	33	23	56			
		%	58,9%	41,1%	100,0%			
	de 46 a 55 anos	N	34	20	54			
		%	63,0%	37,0%	100,0%			
	de 56 a 65 anos	N	7	10	17			
		%	41,2%	58,8%	100,0%			
	Total	N	110	100	210			
		%	52,4%	47,6%	100,0%			

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Nota: gl – graus de liberdade. N – número de observações. % - percentual linha.

Pode-se verificar que os servidores com menos idade tem menos possibilidade de possuir consignação, pois dos que possuem até 25 anos, apenas 14,3% disseram possuir consignação contra 85,7% que disseram não possuir, além dessa faixa etária ser a que mais se distancia da frequência esperada (52,4% para os que possuem consignação e 47,6% para os que não possuem). Os que mais têm consignação são os servidores da faixa etária de 46 a 55 anos (63%).

Os servidores que possuem mais tempo no serviço público são aos que mais disseram possuir consignação, pois 67,6% dos que tem mais de 25 anos no serviço público possuem consignação. Entretanto, quando computados apenas o tempo de serviço na instituição a faixa de tempo de serviço na instituição que possui o faixa que possui mais servidores com consignação é a que vai de 16 a 25 anos de serviço.

No que concerne ao perfil dos pesquisados, ainda foram testadas as variáveis *sexo, estado civil, dependentes, carreira, rendimento bruto mensal, escolaridade, tempo no serviço público e tempo de serviço na instituição*, entretanto, conforme indicado na tabela 06, não existe associação significativa entre *possui consignação* e as variáveis testadas ($p\text{-valor} > 0.05$). As tabelas de contingencia completas constam do apêndice A.

Tabela 06 – Teste de Qui-quadrado de Pearson para Possui consignação e variáveis não significantes para perfil dos pesquisados

Variáveis	Qui-quadrado (gl)	p-valor
Sexo	0,536 (1)	0,464
Estado civil	5,338 (3)	0,149
Dependentes	5,256 (3)	0,154
Carreira	0,574 (1)	0,449
Rendimento bruto mensal	1,001 (2)	0,606
Escolaridade	5,056 (4)	0,282
Tempo no serviço público	6,271 (3)	0,099
Tempo de serviço na instituição	6,622 (3)	0,085

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Nota: gl – graus de liberdade

4.2. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

Nesta seção são apresentados dados referentes apenas a consignação do tipo empréstimo ou financiamento. Assim, dos 210 servidores pesquisados, 107 (50,95%) responderam que possuem consignações referentes a empréstimos ou financiamentos.

A quantidade de consignações de empréstimos pode ser um indicador de des controle financeiro, pois o servidor precisa recorrer com frequência a essa modalidade de empréstimo para cobrir suas despesas. A tabela 07 demonstra que 75,7% dos servidores que possuem consignação de empréstimo tem até 3 consignações. 11,2% possuem mais de 5 consignações de empréstimos.

Tabela 07 – Quantidade de consignações de empréstimo ou financiamento que o servidor possui

	Frequência	Frequência Relativa (%)	Frequência Relativa Acumulada (%)
Apenas 1	39	36,4	36,4
De 2 a 3	42	39,3	75,7
De 4 a 5	14	13,1	88,8
Mais de 5	12	11,2	100,0
Total	107	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

A quantidade de consignação combinado com o percentual de utilização da margem de consignação pode indicar que o servidor se encontra em dificuldade financeira.

24,3% possuem 4 ou mais consignações de empréstimo consignado, isso quer dizer que são reincidentes em pegar empréstimos e se houver algum imprevisto podem entrar em situação de superendividamento.

Na tabela 08 estão apresentados os principais motivos que levaram os servidores a adquirirem empréstimo consignado. Verifica-se que 35,5% contraíram empréstimo para pagar outras dívidas, 21,5% para comprar ou reformar o imóvel e 16,8% para comprar veículo. Há ainda 8,4% que tomaram empréstimo para outra pessoa, “emprestaram o nome”.

Tabela 08 – Motivo para adquirir a consignação de empréstimo

	Frequência	Frequência Relativa (%)	Frequência Relativa Acumulada (%)
Outras dívidas	38	35,5	35,5
Imóvel	23	21,5	57,0
Veículo	18	16,8	73,8
Outros	10	9,3	83,2
Para terceiros	9	8,4	91,6
Problemas saúde	5	4,7	96,3
Lazer	4	3,7	100,0
Total	107	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Tomar empréstimo a um custo menor para quitar outras dívidas com taxa de juros maior e em caso de problema de saúde (emergência) vai de encontro às ideias de Halfeld (2001) que considera legítimo adquirir dívida para estes motivos, caso não tenha realizado reserva financeira para imprevistos.

O valor tomado emprestado é um fator importante, pois dirá qual o endividamento do servidor. Dessa forma, na tabela 09 estão apresentados o resultado referente ao valor tomado emprestado pelos servidores e verifica-se que 27,1% tomaram emprestado mais de R\$ 30.000,00 e 25,2% entre R\$ 10.000,00 e R\$ 20.000,00.

Tabela 09 – Valor que o servidor tomou emprestado

	Frequência	Frequência Relativa (%)	Frequência Relativa Acumulada (%)
até 5.000,00	13	12,1	12,1
de 5.000,01 a 10.000,00	18	16,8	29,0
de 10.000,01 a 20.000,00	27	25,2	54,2
de 20.000,01 a 30.000,00	20	18,7	72,9
Acima de 30.000,00	29	27,1	100,0
Total	107	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Nota-se que apenas 12,1% pegaram emprestado até R\$ 5.000,00, ou seja, para pagamento de pequenas dívidas, ao passo que 71% tomaram emprestado mais de R\$ 10.000,00, ou seja, valores que requer do servidor prazos maiores para quitá-lo.

O prazo para pagamento da dívida determina por quanto tempo parte da renda do servidor ficará comprometida para quitar o empréstimo, diminuindo assim sua capacidade de consumo nos meses (ou anos) posteriores. Conforme a tabela 10, 58,9% dos servidores fizeram empréstimos com prazo superior a 48 meses e apenas 7,5% com prazo de até 12 meses.

Tabela 10 – Prazo para quitação do empréstimo

	Frequência	Frequência Relativa (%)	Frequência Relativa Acumulada (%)
Até 12 meses	8	7,5	7,5
De 13 a 24 meses	6	5,6	13,1
De 25 a 36 meses	14	13,1	26,2
De 37 a 48 meses	16	15,0	41,1
Acima de 48 meses	63	58,9	100,0
Total	107	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

A aquisição de dívida por um prazo estendido exige um bom planejamento financeiro para evitar situação de superendividamento, principalmente para contração de dívidas que geram despesas, como a aquisição de veículo que gera as despesas

com manutenção. Longo prazo diminui a capacidade de consumo e de contrair dívida.

Outro indicador de que as finanças pessoais dos servidores podem estar com problemas ou prestes a entrar em uma situação difícil é o percentual de utilização da margem de consignação. Observa-se na tabela 11 que 29% dos servidores utilizam de 10% a 50% de sua margem de consignação, outros 25,2% utilizam entre 50% e 99,99% da margem e apenas 7,5% utilizam até 10% da margem de consignação. Entretanto, 23,4% utilizam a totalidade da margem de consignação, já não podem mais fazer consignações.

Tabela 11 – Percentual de utilização da margem de consignação

	Frequência	Frequência Relativa (%)	Frequência Relativa Acumulada (%)
Utilizo entre 10,01% e 50,00%	31	29,0	29,0
Utiliza entre 50,01% e 99,99%	27	25,2	54,2
Utiliza 100%	25	23,4	77,6
Utilizo, mas não sabe o percentual	16	15,0	92,5
Utiliza até 10%	8	7,5	100,0
Total	107	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Utilizar toda a margem de consignação pode ser um sinal de sérios problemas financeiros que o servidor está passando e outros 25,2% que já consomem mais de 50% da margem podem estar criando um problema se a utilização não foi devidamente planejada.

A taxa de juros é o custo do dinheiro tomado emprestado e de acordo com a tabela 12, 86% dos servidores disseram ter conhecimento da taxa de juros utilizada no empréstimo. Entretanto, 14% dizem não ter conhecimento.

Tabela 12 – Conhecimento da taxa de juros praticada na consignação

	Frequência	Frequência Relativa (%)	Frequência Relativa Acumulada (%)
Sim	92	86,0	86,0
Não	15	14,0	100,0
Total	107	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Conhecer a taxa de juros é o básico para se tomar empréstimos, pois ela determina o custo do recurso emprestado. Também é necessário fazer pesquisas em várias instituições financeiras por que a taxa de juros pode variar muito de uma para outra.

4.3. PROBLEMAS COM CONSIGNAÇÃO

Foram analisados nesta seção, apenas os casos de problemas com consignação. Dessa forma, dos 210 servidores pesquisados, 18 (8,57%) responderam que já tiveram problemas relacionados a consignação em folha. Entretanto, de acordo com informações do Departamento de Gestão de Pessoas – DGP, em 2012 foram abertos 98 termos de ocorrência de denúncia, em 2013 foram 8 e em 2014, até o dia 01 de julho, já somam 173.

Conforme se observa na tabela 13, o problema que mais ocorre é o desconto indevido em folha, de acordo com relato de 30,4% dos servidores que tiveram problemas e em segundo lugar vem a permanência do desconto no contracheque após a quitação ou exclusão.

Tabela 13 - frequência de ocorrência de problema de consignação por tipo

	Frequência	Frequência Relativa (%)	Frequência Relativa Acumulada (%)
Desconto indevido	7	30,4	30,4
Permanência do desconto	6	26,1	56,5
Outros	4	17,4	73,9
Serviço diferente	2	8,7	82,6
Duplicidade de desconto	2	8,7	91,3
Não Recebeu	1	4,3	95,7
Desconto Maior	1	4,3	100,0
Total	23	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Uma situação que pode justificar o desconto indevido ser o problema que mais ocorre é que entidades podem lançar descontos sem a senha de consignação, que é emitida pelo Siapenet, a pedido do servidor, e encaminhado para seu e-mail cadastrado, como é o caso das associações e sindicatos. As entidades devem possuir um documento de filiação em que o servidor autorize o desconto, mas não há forma de verificação do documento de autorização no ato da inclusão.

Quando ocorreu o problema, 66,7% dos servidores disseram que primeiro procuraram a consignatária para tentar resolver, conforme demonstra a tabela 14. Os demais procuraram a UFES, órgão de defesa do consumidor ou deixaram de lado.

Tabela 14 – Local de procura para resolução do problema de consignação

	Frequência	Frequência Relativa (%)	Frequência Relativa Acumulada (%)
Consignatária	12	66,7	66,7
UFES	2	11,1	77,8
Órgão de defesa	2	11,1	88,9
Deixei de lado	2	11,1	100,0
Total	18	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Esperava-se que procurassem a UFES primeiro, em especial o DGP, devido a proximidade e acesso. Mas os dados mostram que a maioria está correta em

procurar a consignatária, pois é incumbência dela resolver o problema. Caso não haja solução, então a UFES entra na intermediação para tentar resolver. Esta intermediação ocorre por meio do termo de ocorrência de denuncia, em que o próprio servidor solicita, no sitio do Siapenet, a apuração do caso.

A tabela 15 mostra que 22,2% dos servidores que tiveram problema não conseguiram resolver e outros 11,1% disseram que demorou muito tempo para resolver o problema.

Tabela 15 – Tempo de resolução do problema de consignação

	Frequência	Frequência Relativa (%)	Frequência Relativa Acumulada (%)
Não resolveu	4	22,2	22,2
Demorou muito	2	11,1	33,3
Demorou	3	16,7	50,0
Demorou pouco	6	33,3	83,3
Não demorou	3	16,7	100,0
Total	18	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

A demora ou não resolução do problema pode ser pelo fato de que quando o servidor procura diretamente a consignatária, muitas vezes ele faz o requerimento apenas verbal, até mesmo os que fazem requerimento por escrito fica a mercê do da boa vontade da consignatária em responder rapidamente.

Quanto a satisfação com a solução dada ao problema com consignação, 44,4% ficaram insatisfeitos ou pouco satisfeito, de acordo com a tabela 16.

Tabela 16 – Satisfação com a solução do problema com a consignação

	Frequência	Frequência Relativa (%)	Frequência Relativa Acumulada (%)
Insatisfeito	4	22,2	22,2
Pouco satisfeito	4	22,2	44,4
Satisfeito	8	44,4	88,9
Bastante satisfeito	2	11,1	100,0
Extremamente satisfeito	0	0,0	100,0
Total	18	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

A questão da satisfação ou não com a solução apresentada para o problema é muito subjetiva a avaliação do servidor, dependendo de diversos fatores como o seu grau de exigência e experiências anteriores, do atendimento prestado pela consignatária e fatos ocorridos durante a resolução do problema.

4.4. ASSÉDIO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Outra questão avaliada na pesquisa diz respeito ao assédio que as instituições financeiras fazem ao servidor para contraírem novos empréstimos, sendo muitas vezes de forma perspicaz, induzindo o servidor a contrair novos empréstimos fazendo com que este esteja sempre utilizando sua margem de consignação.

Na tabela 17 está apresentada a relação entre a oferta de consignação para os servidores e se ele possui consignação. Observa-se que os servidores que disseram que os empréstimos são sempre oferecidos são os que mais disseram possuir consignação, 78,6% deles. Na medida em que aumenta a frequência de oferta de empréstimo, aumenta também o percentual de servidores que possuem consignação.

Tabela 17 - Percentual de servidores por categoria de possui consignação e frequência com que empréstimos consignados são oferecidos

		<u>Possui Consignação</u>			Qui-quadrado (gl)	P - Valor	V de Cramer	
		Sim	Não	Total				
Frequência com que empréstimos consignados são oferecidos a você	Nunca	N	4	10	14	24,260 (4)	0,000	0,340
		%	28,6%	71,4%	100,0%			
	Raramente	N	8	26	34			
		%	23,5%	76,5%	100,0%			
	Às vezes	N	30	28	58			
		%	51,7%	48,3%	100,0%			
	Frequentemente	N	46	30	76			
		%	60,5%	39,5%	100,0%			
	Sempre	N	22	6	28			
		%	78,6%	21,4%	100,0%			
Total	N	110	100	210				
	%	52,4%	47,6%	100,0%				

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Nota: gl – graus de liberdade. N – número de observações. % - percentual linha.

O teste realizado também indicou que há associação significativa ($p\text{-valor} < 0,01$) e com intensidade de associação podendo ser considerada moderada (V de Cramer = 0,340). O marketing agressivo das instituições financeiras e as facilidades oferecidas podem contribuir para incentivar o servidor a contrair empréstimos.

A utilização da margem de consignação pode fazer com que o assédio das instituições financeiras aumente devido a estas terem acesso a informações dos servidores que utilizam sua margem por meio do sistema Sigmac¹⁰. Pôde-se observar que na medida em que aumenta a utilização da margem de consignação, mais servidores dizem ser contatados por instituições financeiras para fazer novo empréstimo e vender a dívida. 76% dos servidores que utilizam 100% da margem disseram que foram contatados por instituições, contra 25% dos que utilizam até 10% da margem de consignação. No entanto, a variável *Percentual da margem de consignação que utiliza* não apresentou significância no teste de Qui-quadrado ($p\text{-valor} > 0,05$). A tabela de contingencia está apresentada no apêndice B.

Verifica-se, conforme a tabela 18, que a quantidade de consignação de empréstimo ou financiamento que o servidor possui está relacionada ao fato de ser contatado para fazer novo empréstimo ou fazer a portabilidade, sendo o grupo dos servidores com mais de 5 empréstimos o que mais se afasta da média esperada.

¹⁰ SIGMAC – Sistema de Gestão de Margens Consignadas, apresentada na seção 2.3.4 - Gerenciamento da consignação em folha e margem de consignação

Tabela 18 - Percentual de servidores por categoria de foi contatado a adquirir novo empréstimo ou vender a dívida e quantidade de consignações de empréstimo ou financiamento possui

		Foi contatado a adquirir novo empréstimo ou vender a dívida				Qui-quadrado (gl)	P - Valor	V de Cramer
		Sim	Não	Total				
Quant. de Consignações de empréstimo ou financiamento possui.	Apenas 1	N	15	24	39	19,893 (3)	0,000	0,431
		%	38,5%	61,5%	100,0%			
	de 2 a 3	N	27	15	42			
		%	64,3%	35,7%	100,0%			
	de 4 a 5	N	12	2	14			
		%	85,7%	14,3%	100,0%			
	mais de 5	N	12	0	12			
		%	100,0%	0,0%	100,0%			
Total	N	66	41	107				
	%	61,7%	38,3%	100,0%				

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Nota: gl – graus de liberdade. N – número de observações. % - percentual linha.

O teste de qui-quadrado realizado indica que existe associação significativa entre as variáveis ($p < 0,01$) e também que há uma intensidade moderada entre elas (V de Cramer = 0,431)

4.5. EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO SERVIDOR

Nesta seção fez-se uma análise sobre o conhecimento que o servidor possui sobre educação financeira, por meio de assuntos pertinentes a finanças pessoais, por meio do teste de Qui-quadrado e V de Cramer.

O primeiro teste realizado foi para medir o conhecimento do servidor sobre planejamento de finanças pessoais e se esse fator influencia em possuir consignação. Conforme tabela 19, quanto menor o conhecimento em planejamento de finanças pessoais, maior a quantidade de servidores com consignação. No caso, 72% dos que disseram possuir pequeno conhecimento em planejamento possuem consignação em folha e estes são os que mais se distanciam da frequência esperada, como consta no total da tabela.

Tabela 19 - Percentual de servidores por categoria de possui consignação e conhecimentos em planejamento de finanças pessoais

		Possui Consignação			Qui-quadrado (gl)	P - Valor	V de Cramer	
		Sim	Não	Total				
Conhecimentos em planejamento de Finanças Pessoais	Pequeno	N	36	14	50	16,530 (2)	0,000	0,281
		%	72,0%	28,0%	100,0%			
	Médio	N	35	24	59			
		%	59,3%	40,7%	100,0%			
	Grande	N	39	62	101			
		%	38,6%	61,4%	100,0%			
Total	N	110	100	210				
	%	52,4%	47,6%	100,0%				

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Nota: gl – graus de liberdade. N – número de observações. % - percentual linha.

Os resultados do teste de qui-quadrado indicam uma associação significativa (p-valor < 0,01), porém com a intensidade de associação podendo ser considerada baixa (V de Cramer = 0,281) entre as variáveis.

Posteriormente foram analisados os conhecimentos em orçamento de finanças pessoais. Mais uma vez pode-se verifica que quanto menor o conhecimento, mais servidores com consignação em folha. Dos que disseram possuir pequeno conhecimento 67,3% possuem consignação em folha, de acordo com a tabela 20.

Os resultados obtidos no teste de qui-quadrado indicam que há associação significativa ente as variáveis (p-valor < 0,01), entretanto com intensidade considerada baixa (V de Cramer = 0,259).

Tabela 20 - Percentual de servidores por categoria de possui consignação e conhecimentos em orçamento de finanças pessoais

		Possui Consignação			Qui-quadrado (gl)	P - Valor	V de Cramer	
		Sim	Não	Total				
Conhecimentos em Orçamento de Finanças Pessoais	Pequeno	N	37	18	55	14,087 (2)	0,001	0,259
		%	67,3%	32,7%	100,0%			
	Médio	N	32	19	51			
		%	62,7%	37,3%	100,0%			
	Grande	N	41	63	104			
		%	39,4%	60,6%	100,0%			
Total	N	110	100	210				
	%	52,4%	47,6%	100,0%				

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Nota: gl – graus de liberdade. N – número de observações. % - percentual linha.

Seguindo com as análises, se avaliou os conhecimentos em fluxo de caixa, uma ferramenta importante em finanças. Conforme a tabela 21 verifica-se que dentre os servidores que afirmaram ter pequeno conhecimento em fluxo de caixa 62,4% possuem consignação e na medida em que aumenta a categoria de conhecimentos (para médio e grande) a quantidade de servidores que possuem consignação diminui (para 58,1% e 36,5%).

Nota-se que não conhecer o fluxo de caixa pode ser um fator que faça com que os servidores procurem consignação em folha. Isto pode ser confirmado com o resultado dos testes de qui-quadrado que aponta que existe uma associação significativa entre as variáveis ($p\text{-valor} < 0,01$), entretanto a intensidade da associação pode ser descrita como baixa ($V \text{ de Cramer} = 0,237$).

Tabela 21 - Percentual de servidores por categoria de possui consignação e conhecimentos em fluxo de caixa

		Possui Consignação			Qui-quadrado (gl)	P - Valor	V de Cramer	
		Sim	Não	Total				
Conhecimentos em Fluxo de caixa	Pequeno	N	58	35	93	11,784 (2)	0,003	0,237
		%	62,4%	37,6%	100,0%			
	Médio	N	25	18	43			
		%	58,1%	41,9%	100,0%			
	Grande	N	27	47	74			
		%	36,5%	63,5%	100,0%			
Total	N	110	100	210				
	%	52,4%	47,6%	100,0%				

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Nota: gl – graus de liberdade. N – número de observações. % - percentual linha.

Conhecer o funcionamento da margem de consignação é importante, principalmente para os servidores que possuem vários descontos de consignação e que constantemente precisam pegar empréstimos. Dos que dizem ter grande conhecimento o funcionamento da margem de consignação 66% possuem consignação, o que pode ser explicado pelo fato de que os que fazem consignação estão procurando conhecer o seu funcionamento. Os resultados dos testes de qui-quadrado de Pearson apontou a existência de associação significativa entre as variáveis ($p\text{-valor} < 0,05$), no entanto a intensidade da associação foi baixa ($V \text{ de Cramer} = 0,178$). Os resultados estão demonstrados na tabela 22.

Tabela 22 - Percentual de servidores por categoria de possui consignação e conhecimentos em funcionamento da margem de consignação

			Possui Consignação			Qui-quadrado (gl)	P - Valor	V de Cramer
			Sim	Não	Total			
Conhecimentos em Funcionamento da margem de consignação	Pequeno	N	53	65	118	6,635 (2)	0,036	0,178
		%	44,9%	55,1%	100,0%			
	Médio	N	26	19	45			
		%	57,8%	42,2%	100,0%			
	Grande	N	31	16	47			
		%	66,0%	34,0%	100,0%			
Total	N	110	100	210				
	%	52,4%	47,6%	100,0%				

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Nota: gl – graus de liberdade. N – número de observações. % - percentual linha.

O termo de ocorrência de denúncia geralmente é mais conhecido pelos servidores que já tiveram algum problema com a consignação em folha. Observa-se na tabela 23 que dos servidores que disseram ter grande conhecimento em termo de ocorrência de denuncia, 73,7% deles possuem consignação. Também é interessante observar que dos 210 entrevistados, 158 dizem ter pequeno conhecimento em termos de ocorrência de denuncia, ou seja, 75,24% dos servidores entrevistados.

Tabela 23 - Percentual de servidores por categoria de possui consignação e conhecimentos em termo de ocorrência de denuncia

			Possui Consignação			Qui-quadrado (gl)	P - Valor	V de Cramer
			Sim	Não	Total			
Conhecimentos em Termo de Ocorrência de Denuncia	Pequeno	N	84	74	158	6,890 (2)	0,032	0,181
		%	53,2%	46,8%	100,0%			
	Médio	N	12	21	33			
		%	36,4%	63,6%	100,0%			
	Grande	N	14	5	19			
		%	73,7%	26,3%	100,0%			
Total	N	110	100	210				
	%	52,4%	47,6%	100,0%				

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Nota: gl – graus de liberdade. N – número de observações. % - percentual linha.

Os resultados dos testes de qui-quadrado indica que existe associação significativa entre as variáveis (p-valor < 0,05), contudo a intensidade da associação é considerada baixa (V de Cramer = 0,181).

Sobre a educação financeira dos servidores também foram testadas as variáveis *conhecimentos em taxa de juros efetivas, conhecimentos em modalidades de empréstimos e financiamento, conhecimentos em matemática financeira, conhecimentos em taxa de juros nominal e conhecimentos em taxa de juros efetivas*, sendo que os resultados dos testes indicam que não há associação significativa entre *possuir consignação* e as variáveis testadas, conforme constam na tabela 24. As tabelas de contingencia completas constam no apêndice B.

Tabela 24 - Teste de Qui-quadrado de Pearson para Possui consignação e variáveis não significantes para educação financeira dos servidores

Variáveis	Qui-quadrado (gl)	p-valor
Conhecimentos em Produtos bancários	3,944 (2)	0,139
Conhecimentos em Modalidades de empréstimos e financiamento	1,163 (2)	0,559
Conhecimentos em Matemática financeira	3,007 (2)	0,222
Conhecimentos em Taxa de juros nominal	3,949 (2)	0,139
Conhecimentos em Taxa de juros efetivas	1,852 (2)	0,396

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

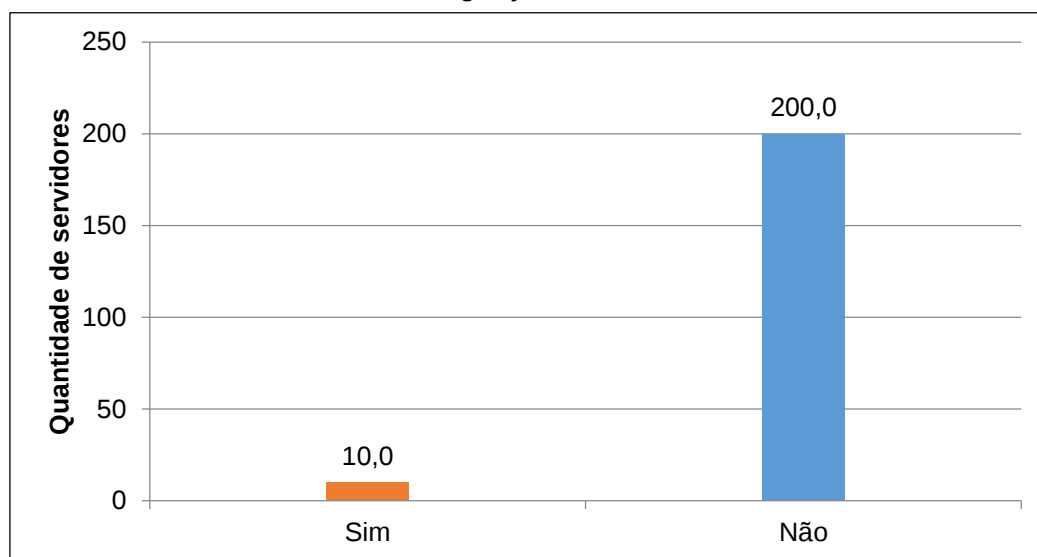
Nota: gl – graus de liberdade.

4.6. PAPEL ORIENTATIVO DA INSTITUIÇÃO

A orientação é uma importante forma de fazer com que os servidores entendam a dinâmica do funcionamento da margem de consignação e do processo de consignação em folha, além de ensiná-los a melhorar sua atitude em relação às finanças. Nesta seção são apresentados os resultados a respeito da orientação prestada pela instituição.

No gráfico 05 estão apresentados dados acerca da participação do servidor ou se ele teve conhecimento de algum evento (curso, palestra, etc.) sobre consignação em folha que tenha sido ofertado pela instituição em que trabalha (UFES). Verifica-se que 95,24% afirmam não tiveram conhecimento ou não participaram de eventos ministrados pela UFES sobre educação financeira ou consignação em folha.

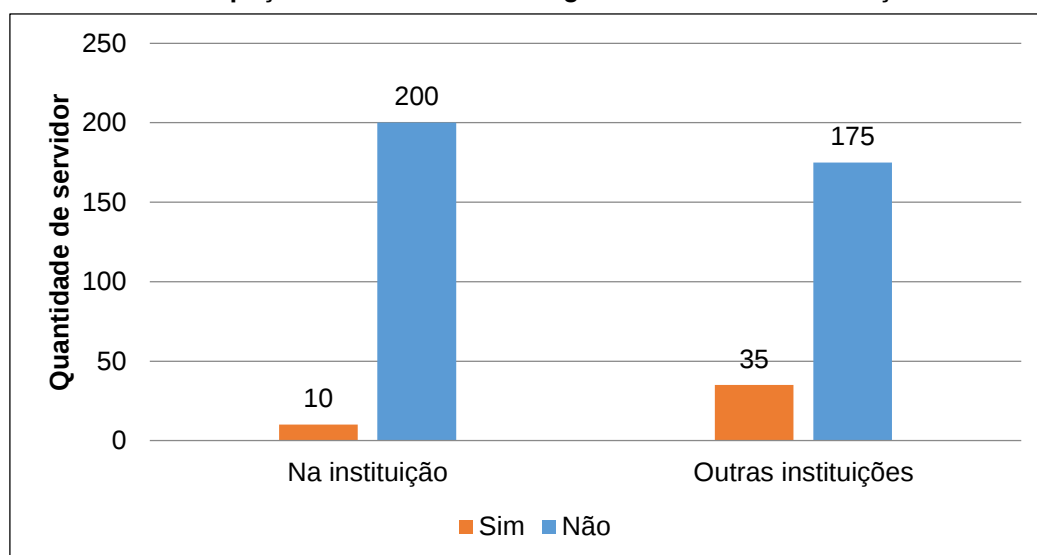
Gráfico 05 – Servidores que tiveram conhecimento ou participaram de algum evento sobre consignação em folha



Fonte: dados da pesquisa: 2014.

Os dados acerca da participação dos servidores em algum evento (curso, palestra, etc.) sobre educação financeira estão apresentados no gráfico 06. Pode-se verificar que há servidores buscando conhecimento sobre educação financeira em outras instituições. Pode ser que os servidores estão buscando cursos em outras instituições por este não ser ofertado pela universidade.

Gráfico 06: Participação de servidores em algum evento sobre educação financeira



Fonte: dados da pesquisa: 2014.

A tabela 25 apresenta os resultados sobre o recebimento de informações em caso de problema com a consignação e a concordância do servidor em receber

informações sobre consignação. Observa-se que há associação significativa (p -valor $< 0,05$) entre as variáveis possui consignação e recebeu orientação de como proceder em caso de problemas com consignação, entretanto há uma intensidade de associação muito baixa (V de Cramer = 0,166).

Dos que receberam orientação de como proceder em caso de problema com consignação 84,6% dos servidores possuem consignação em folha. Isso pode ser explicado pelo fato de que quem procura esse tipo de informação é justamente os servidores que possuem consignação e que tiveram algum problema.

Tabela 25 - Percentual de servidores por categoria de possui consignação, orientação de problemas e obtenção de informações

			Possui Consignação			Qui-quadrado (gl)	P - Valor	V de Cramer
			Sim	Não	Total			
Recebeu orientação de como proceder em caso de problemas com consignação	Sim	N	11	2	13	5,733 (1)	0,016	0,166
		%	84,6%	15,4%	100,0%			
	Não	N	99	98	197			
		%	50,3%	49,7%	100,0%			
Total		N	110	100	210			
		%	52,4%	47,6%	100,0%			
Concordância que Tem facilidade em obter informações sobre consignação na instituição	Discorda Plenamente	N	16	20	36	17,142 (4)	0,002	0,286
		%	44,4%	55,6%	100,0%			
	Discorda em parte	N	11	11	22			
		%	50,0%	50,0%	100,0%			
	Não concorda nem discorda	N	23	41	64			
		%	35,9%	64,1%	100,0%			
	Concorda em parte	N	36	19	55			
		%	65,5%	34,5%	100,0%			
Concorda plenamente	N	24	9	33				
	%	72,7%	27,3%	100,0%				
Total		N	110	100	210			
		%	52,4%	47,6%	100,0%			

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

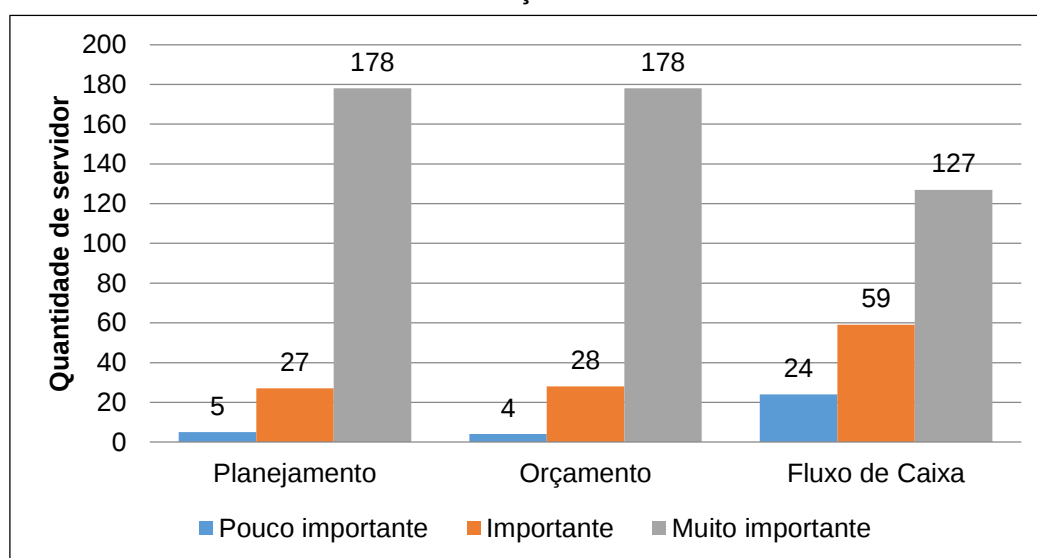
Nota: gl – graus de liberdade. N – número de observações. % - percentual linha.

Também existe associação significativa (p -valor $< 0,01$) entre as variáveis possui consignação e Concordância que Tem facilidade em obter informações sobre consignação, mas com intensidade de associação baixa (V de Cramer = 0,286).

72,7% dos servidores da categoria concorda plenamente possuem consignação. Verifica-se que na medida em que aumenta o grau de concordância em ter facilidade de obter informações, aumenta o percentual de servidores com consignação. Isso pode ser explicado pelo fato de que o servidor para fazer consignação procura informações de como fazê-la, contudo não é possível avaliar a qualidade da informação recebida pelo servidor.

Solicitou-se aos servidores para atribuírem um grau de importância aos assuntos que julgavam importantes de serem tratados em um evento (curso, palestra, fórum, etc.) sobre educação financeira. No gráfico 07 relata-se o grau de importância julgados pelos servidores a respeito do planejamento e orçamento das finanças pessoais e do fluxo de caixa.

Gráfico 07 – Importância dos assuntos planejamento, orçamento e fluxo de caixa em um curso sobre educação financeira

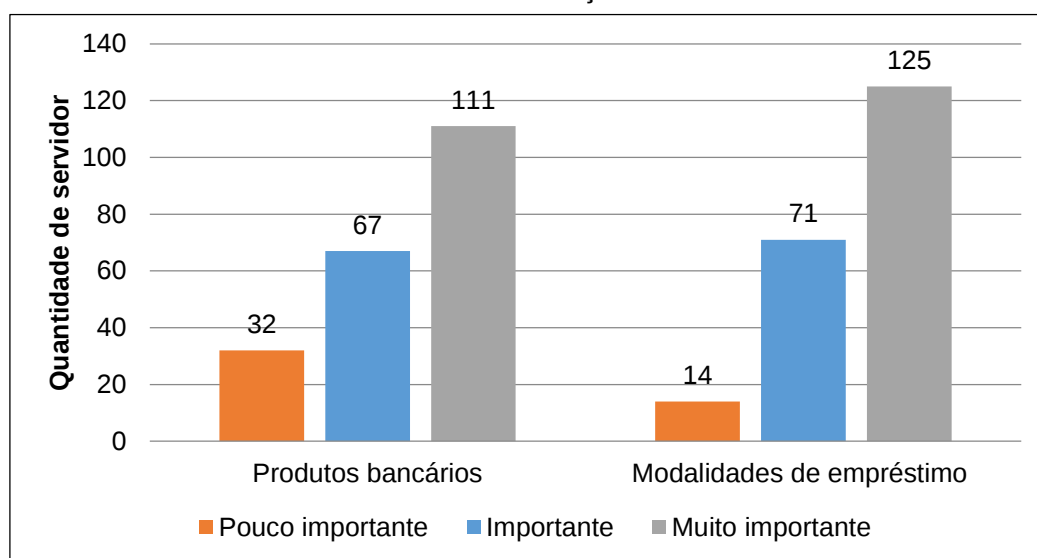


Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Verifica-se que a maior parte dos servidores acham os três assuntos muito importantes de serem tratados em um evento de educação financeira. 178 servidores dos 210 pesquisados (84,76%) acham muito importante abordar sobre planejamento e orçamento e 127 servidores dos 210 pesquisados (60,47%) consideram o fluxo de caixa muito importante. Essa redução em relação ao fluxo de caixa pode ser explicado devido ao fato de menos servidor terem respondido ter bom ou ótimo conhecimento em fluxo de caixa do que em planejamento e orçamento de finanças pessoais.

No gráfico 08 está demonstrado o grau de importância, atribuída pelos servidores, dos assuntos produtos bancários e modalidades de empréstimos em um evento (curso, palestra, fórum, etc.) sobre educação financeira. Observa-se que maioria dos servidores julga importante ou muito importante tratar desses dois assuntos em um evento. 125 servidores (59,52%) consideram muito importante e 71 (33,80%) acham importante abordar sobre modalidades de empréstimos. Já os produtos bancários 111 servidores (52,86%) julgam muito importante e 67 (31,90%) consideram importante abordar esse assunto.

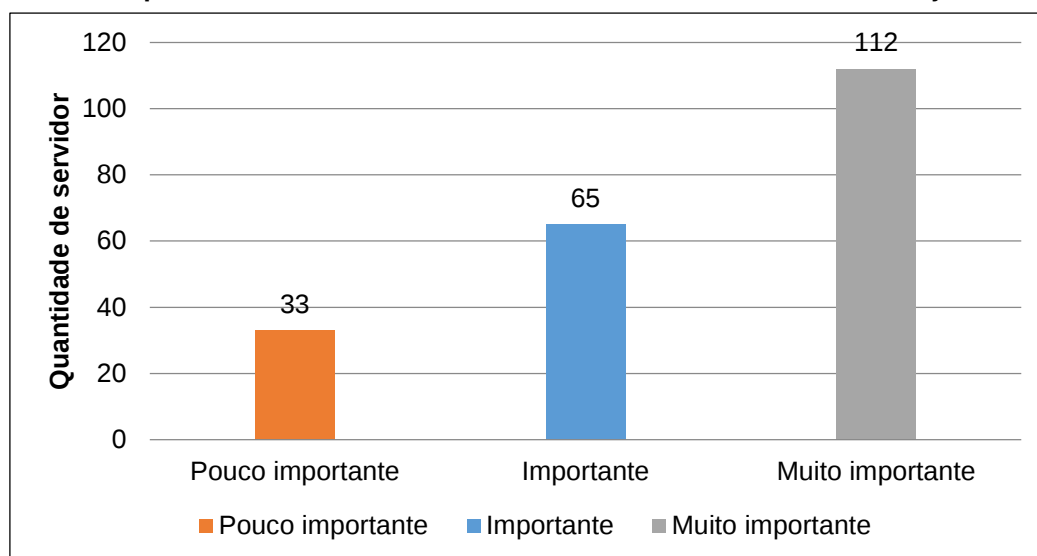
Gráfico 08 - Importância dos assuntos produtos bancários e modalidades de empréstimos em um curso sobre educação financeira



Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Conhecer os produtos bancários e as modalidades de empréstimos e financiamentos é importante para saber qual o melhor produto que se enquadra na necessidade do servidor, evitando desperdiçar recursos com produtos mais dispendiosos ou entrar em uma situação de endividamento alto.

Quanto a importância de abordar em um curso de educação financeira o assunto matemática financeira, 53% dos servidores consideram muito importante, 31% acham importante e apenas 16% dizem ser pouco importante, conforme demonstra o gráfico 09.

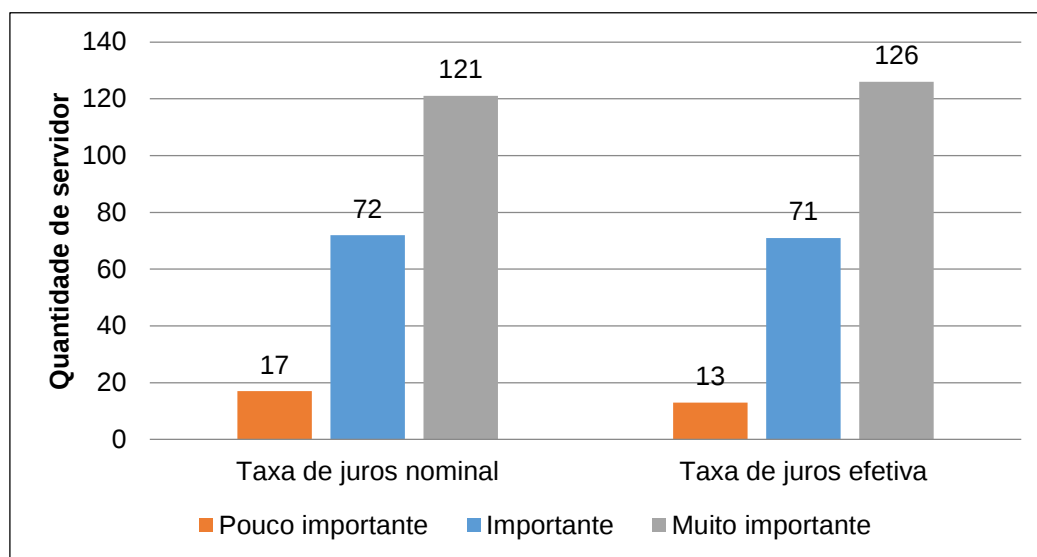
Gráfico 09 – Importância da matemática financeira em um curso sobre educação financeira

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

A matemática financeira é a base para a compreensão de vários assuntos na educação financeira como os cálculos financeiros (taxas de juros, valor da prestação, prazo de pagamento, retorno de investimento, etc.), além do fato que muitas pessoas possuem dificuldades em matemática. Isso pode explicar o fato de que a maioria dos servidores (84%) terem respondido que consideram importante ou muito importante incluir esse assunto em um curso de educação financeira.

Outro assunto abordado na pesquisa foi a importância da taxa de juros nominal e efetiva em um evento (curso, palestra, fórum, etc.) de educação financeira. O gráfico 10 mostra que ambas as taxas de juros são consideradas, por mais da metade dos pesquisados, muito importante de serem abordadas em um curso sobre educação financeira.

Gráfico 10 - Importância das taxas de juros nominal e efetiva em um curso sobre educação financeira

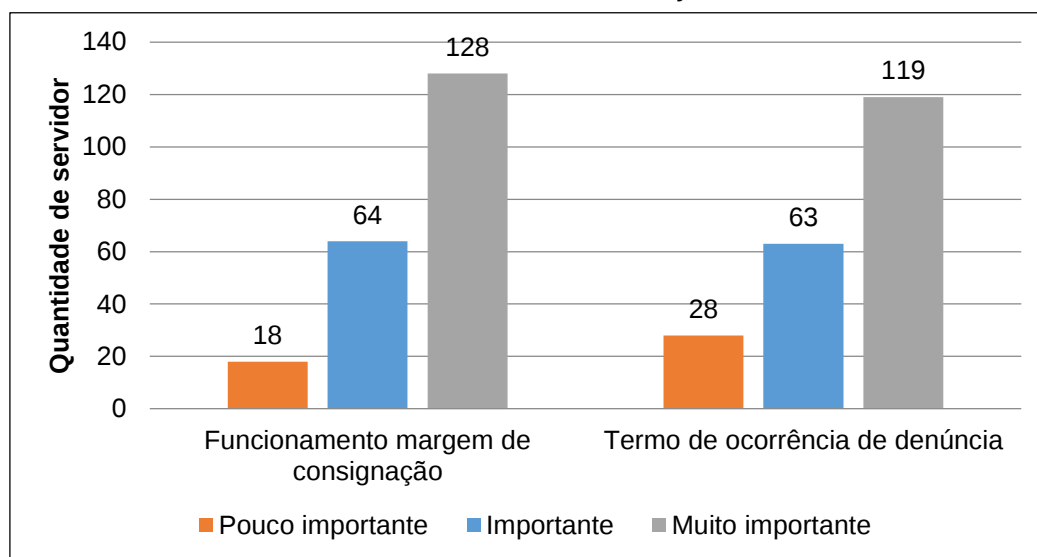


Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Compreender as taxas de juros é muito importante, pois elas estão presentes em qualquer transação financeira de empréstimo, financiamento e investimento. Nota-se que há uma maior importância dada a taxa de juros efetivas para ser abordado em um curso. Isso pode ser reflexo de um menor entendimento dos servidores sobre taxa de juros efetivas.

No gráfico 11 apresenta-se a importância que os servidores atribuem aos assuntos funcionamento da margem de consignação e termo de ocorrência de denuncia em um curso de educação financeira. Verifica-se que mais da metade dos servidores consideram muito importante abordar os dois assuntos em um curso.

Gráfico 11 – Importância do funcionamento da margem de consignação e termo de ocorrência de denúncia em um evento de educação financeira

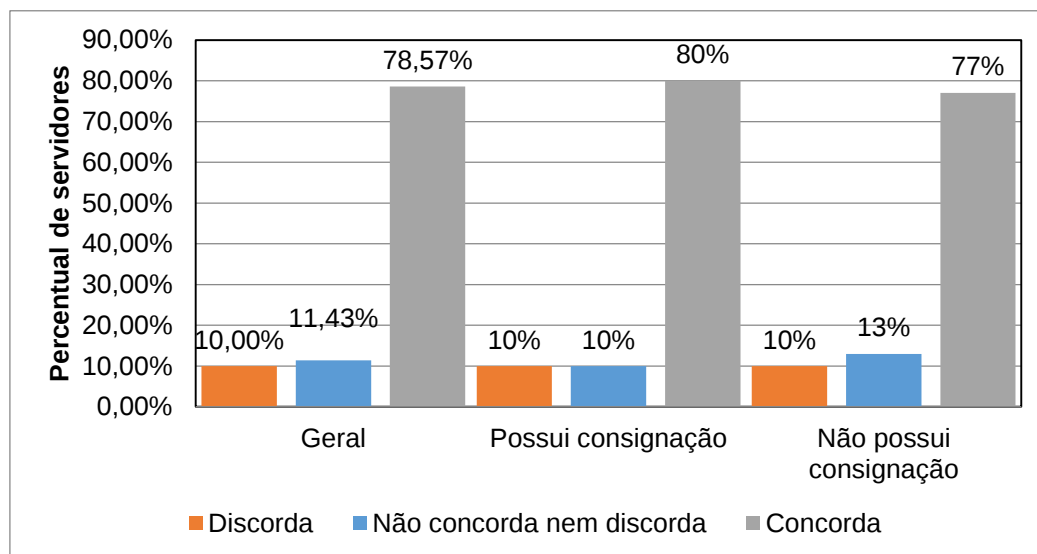


Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Observa-se que há mais interesse em entender sobre o funcionamento da margem de consignação do que do termo de ocorrência de denúncia. Isso pode ser explicado pelo fato de entendendo o funcionamento da margem de consignação se evita problemas com a consignação e o termo de ocorrência de denúncia já é utilizado após a ocorrência do problema da consignação.

A abertura e a busca por novos conhecimentos é um fator importante para que o servidor evite ou saia de situação financeira ruim, além de a entidade saber se há interesse por parte do servidor que ela atue em seu auxílio. Assim, foram questionados se eles concordariam em participar de algum evento (curso, palestra, etc.) de educação financeira ministrado pela instituição em que trabalha. Conforme o gráfico 12, 78,57% dos servidores concordaria em participar de um evento de educação financeira.

Gráfico 12 – Concordância do servidor em participar de um evento (curso, palestra, etc.) de educação financeira



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Observa-se que há interesse por partes dos servidores em participar de cursos sobre educação financeira tanto dos que possuem consignação (80%) quanto dos que não possuem consignação (77%). Apenas 10% deles não participariam de um evento. Portanto, há espaço para a atuação da entidade junto aos servidores.

4.7. DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa foram divididos em seis grupos para facilitar as análises e com o objetivo de testar possíveis associações entre algumas variáveis explicativas e a variável *possuir consignação*, na tentativa de identificar possíveis fatores que influenciam os servidores a realizarem consignação em folha de pagamento, as implicações do uso da margem de consignação e o papel da instituição em face destas implicações. Tais análises permitiram evidenciar algumas indicações que foram obtidas no processo de revisão bibliográfica.

Entretanto, não foram observados alto índice de associação entre as variáveis explicativa e a variável dependente (V de Cramer maior do que 0,5). Sinalizando a importância da influência que a oferta de consignado tem na decisão do servidor de realizar consignação, a variável *frequência com que empréstimos consignados são*

oferecidos a você apresentou intensidade de associação moderada (V de Cramer entre 0,3 e 0,5). Também, a presença da variável *quantidade de consignações de empréstimo ou financiamento possui* no nível de intensidade de associação moderado, indica a importância que o número de consignação em folha de pagamento do servidor, influencia ele ser contatado para realizar novos consignados e/ou transferência de dívidas.

No nível de baixa associação (V de Cramer entre 0,1 e 0,3) que influencia o servidor a realizar consignação, ficaram as variáveis *idade, conhecimentos em planejamento de finanças pessoais, conhecimentos em orçamento de finanças pessoais, conhecimentos em fluxo de caixa, conhecimentos em funcionamento da margem de consignação, conhecimentos em termo de ocorrência de denúncia, recebeu orientação em como proceder em caso de problemas com consignação e concordância que tem facilidade em obter informações sobre consignação na instituição*.

O assédio das instituições financeiras junto aos servidores com uma publicidade agressiva oferecendo diversas facilidades, ofertando constantemente empréstimo consignado, podendo leva-los ao superendividamento referido por Marques (2006), foi confirmada neste estudo através das variáveis *Frequência com que empréstimos consignados são oferecidos a você* e *Quantidade de consignações de empréstimo ou financiamento possui*, as quais indicaram que quanto mais consignado o servidor possui mais eles são assediados pelas instituições financeiras, concomitante a quanto mais assediado o servidor por estas instituições, maior a propensão de ele adquirir consignado.

Em resposta a uma pergunta do questionário sobre sugestão de temas para cursos, um servidor sugeriu a aproveitou para desabafar “como e de qual maneira conseguir a proibição de agentes financeiros entrarem sem nossa autorização na margem consignada. Em sua maioria eles ficam perturbando via celular para oferecerem empréstimos antes de o servidor saber que tem margem no contra cheque”.

Isso acontece porque as empresas cadastradas no sistema de consignação tem acesso a margem real do servidor, ou seja, uma dívida que foi quitada em um

determinado mês, no contracheque do servidor vai constar a ultima parcela e que a margem está sendo utilizada e ele só visualizará a margem liberada no próximo contracheque, porém no sistema de consignação a margem de consignação será liberada no momento em que a entidade informar a quitação, mais ou menos 5 dias após o pagamento do salário dos servidores (por volta do dia 7) e o próximo contracheque do servidor, com a margem liberada, só deve ser liberado para consulta dele por volta do dia 20. Como as instituições financeiras tem acesso em tempo real a margem do servidor, ela sabe da liberação da margem de consignação antes dele.

A falta de educação financeira como uma das principais causas de endividamento financeiro, citado por Tolotti (2007), foi confirmada pelo estudo das variáveis *Conhecimentos em planejamento de finanças pessoais*, *Conhecimentos em orçamento de finanças pessoais*, *Conhecimentos em fluxo de caixa* que apresentou significância de associação com a variável *Possui consignação*. Assim quanto mais aprofundado o conhecimento do servidor nestas questões, menor a chance de ele possuir consignação.

As características pessoais dos servidores (perfil do servidor), como sexo, estado civil, rendimento, escolaridade, dentre outros, não apresentaram significância suficiente para dizer que influencia o servidor na realização de consignação. Apenas a variável *Idade* apresentou baixa intensidade de associação. No entanto, verificou-se que as pessoas com renda entre R\$ 2.900,00 e R\$ 7.249,99 (classe C) possui mais consignações que de outras faixas salariais. Também os servidores com até 25 anos têm menos inclinação a pegar consignação.

Analisando as variáveis do empréstimo consignado observou-se que 24,3% possuem 4 ou mais empréstimos consignado, 27,1% tomou emprestado mais de R\$ 30.000,00, 58,9% dividiu o prazo de pagamento em mais de 48 vezes e 23,4% utilizam 100% da margem de consignação e outros 25,2% utilizam mais de 50%. Estes dados vão de encontro ao informado por Tolotti (2007) em que o endividado ativo possui nenhuma ou pouca margem para imprevistos e a renda está sempre comprometida com prestações futuras.

O conhecimento da taxa de juros, analisada pela variável *conhecimento da taxa de juros do empréstimo*, em que 86% disseram ter conhecimento da taxa confirma o dito por Halfeld (2001) que é necessário atentar para a taxa de juros para não se ter um efeito indesejado. Uma razão aceitável para contrair dívida, segundo Halfeld (2001), é para quitar outra dívida com custo maior, dessa forma 35,5% dos servidores com empréstimos disseram que o motivo foi para quitar outras dívidas.

Apenas 8,57% dos servidores afirmaram que tiveram problemas com consignação. Acontece que em 2012 e 2014 o sindicato dos servidores técnicos administrativos lançou indevidamente no contracheque de todos os servidores da categoria, sindicalizados e não sindicalizados, a contribuição de fundo de greve de 1% da remuneração. Isso acarretou na abertura de vários processos com o termo de ocorrência de denuncia gerando um enorme trabalho para a UFES e demonstrou a vulnerabilidade dos servidores ante as diversas entidades que operam no sistema de consignação. Uma das principais causas de problemas, ao contrário do que foi relatado no referencial teórico por Rios (2008), Folha de São Paulo (2012) e A Tribuna (2014), são os descontos indevidos em folha, conforme 30,4% dos servidores.

A educação financeira como meio de melhora das tomadas de decisões sobre as finanças pessoais, referida por Gitman (2006), Ross (2000) e Savoia, Saito e Santana (2007) foi confirmada por meio das variáveis de educação financeira, em orçamento e em fluxo de caixa de finanças pessoais, em produtos bancários, em matemática financeira, em taxa de juros em que a pesquisa aponta que quanto menor o conhecimento nesses assuntos, mais servidores com consignação de empréstimo possui.

Na iniciativa privada as empresas vêm inserindo como apoio a seus funcionários a educação financeira conforme relatos de Laporta (2013). Na UFES, 95,24% disseram que não tiveram conhecimento de eventos sobre educação financeira ou consignação ofertado pela instituição. Também se percebe a procura de cursos em outras instituições.

Verificou-se que não há um sistema de comunicação eficiente sobre consignação, visto que mais da metade dos servidores não concordam que tem facilidade de conseguir informações sobre consignação. Existe demanda por eventos (cursos, palestras, etc.) sobre educação financeira e consignação em folha, tendo em vista que 78,57% dos servidores responderam que participariam de um evento sobre estes assuntos.

As pessoas com as finanças pessoais desequilibradas podem ter diminuição da produtividade, a motivação não será a mesma, não executa bem as atividades, tem perda de foco, aumento de erros e problemas de saúde emocionais e físicos, de acordo com Domingos (2013) e Santos (2013), afetando assim a entidade. Daí o papel da instituição em ajudar seus colaboradores com suas finanças pessoais, orientando-os para que eles evitem o alto endividamento ou sobreendividamento.

O orçamento pessoal e fluxo de caixa são ferramentas que auxiliam a realizar um bom planejamento de finanças pessoais e a ajudar as pessoas em situação de sobreendividamento a saírem dessa situação, conforme relatado por Hales, Hilgemberg e Sokolowski (2010), Malburg (2010), Gitman (2006) e Paiva (2013). Verifica-se que os servidores corroboram com esse pensamento, pois 84,76% deles consideram muito importante abordar sobre planejamento e orçamento de finanças pessoais e 60,48% acham muito importante abordar o fluxo de caixa.

No questionário de entrevista foi posta uma pergunta aberta para o servidor sugerir temas que gostariam que fossem tratados em um curso sobre educação financeira muitos disseram que seria interessante abordar sobre planejamento e orçamento familiar abordando o longo prazo. Um dos entrevistados escreveu “Acredito que Orçamento Familiar,/Pessoal, pois, frequentemente, deparamo-nos com muitos servidores endividados e muitas vezes por não conseguirem administrar sua remuneração. E não raramente gastando bem mais do que ganha, tendo, assim, que contrair diversos empréstimos consignados, ficando, assim, "refém" de uma verdadeira cascata de empréstimos, cujos valores e taxas nem sequer tem noção direito”.

Outros assuntos bastante relatados são para falar sobre investimentos e aplicações, preparação para aposentadoria, sair do endividamento, fontes de financiamento, enganos das ofertas das instituições financeiras e os aspectos psicológicos frente o descontrole financeiro. Assim, observou-se que há interesse dos servidores em saber mais sobre educação financeira.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu identificar que a Instituição pode ter um papel fundamental na melhora da utilização da margem de consignação pelos servidores, por meio de orientação a eles sobre educação financeira combinada com a explicação do funcionamento da margem de consignação e os meios para a resolução de problemas relacionada e consignação, pois o mau uso da margem de consignação pode implicar no sobreendividamento do servidor e em consequência afetar a instituição. Como demonstrado no referencial teórico diversas empresas já se preocupam em oferecer suporte aos funcionários em suas finanças pessoais, o que acarretou em benefícios para os funcionários e para a empresa.

Inicialmente foram levantados o referencial teórico que envolve os assuntos da pesquisa, sobre o endividamento, educação financeira, consignação em folha de pagamento e margem de consignação, benefícios da atuação das empresas junto aos funcionários e outros trabalhos relacionados com o assunto em pesquisa. Também foi realizado um estudo prévio da instituição, constatando que o volume de negociação de consignação tem uma tendência de crescimento muito acima do crescimento do número de servidores.

Na fase da pesquisa, ao relacionar a utilização da margem de consignação com o endividamento pessoal, verificou-se que o percentual de utilização da margem pode ser um indicador de problemas financeiros, ela está altamente relacionada com o endividamento dos servidores e seus conhecimentos em finanças pessoais, ou seja, a sua educação financeira.

O mau uso da margem de consignação pode implicar em problemas para os servidores, que podem entrar em situação de dificuldade financeira e sobreendividamento, também pode gerar problemas para a instituição como maior demanda ao setor de recursos humanos e saídas do posto de trabalho para resolver problemas, além do presenteísmo.

Foi identificado que os principais fatores que levam o servidor a realizar empréstimo consignado são outras dívidas e aquisição de imóveis e veículos. 35,5% contraíram

empréstimo consignado para pagar outras dívidas, o que pode ser um sinal de sobreendividamento porque podem ter pegado empréstimo para pagar dívidas que o salário não comportou. Quanto aos imóveis e veículos, também é preciso ter cuidado quando pegar empréstimo para esses tipos de finalidade, pois além das prestações da dívida, será necessário dispor de recursos para a manutenção deles, se não for previamente planejado pode levar o servidor ao sobreendividamento.

No estudo da associação entre a utilização da margem de consignação (possuir consignado), perfil do servidor e seu conhecimento em educação financeira, foi possível averiguar que a única variável que possui associação significativa, no que se refere ao perfil, é a idade, porém com baixa intensidade, isso quer dizer que a variável idade tem baixo poder de explicação da variável possui consignação. As demais variáveis do perfil não apresentam relação com o fato de o servidor possuir, ou não, consignação em folha de pagamento.

Na associação com a educação financeira, apesar das variáveis conhecimento em planejamento de finanças pessoais, conhecimento em orçamento de finanças pessoais e conhecimentos em fluxo de caixa apontarem para associação significativa com a variável possui consignação, porém com baixa intensidade de associação, ou seja, baixo poder explicativo, foi possível verificar que os servidores que possuem menos conhecimentos em planejamento e orçamento de finanças pessoais e em fluxo de caixa, são os que mais possuem consignação em folha (utilizam a margem de consignação).

Também apontou que quem entende o funcionamento da margem de consignação e os que possuem conhecimento em termo de ocorrência de denúncia possui menos consignação. Essas duas variáveis também possui associação significativa com a variável possui consignação, mas com baixo poder explicativo. As demais variáveis não apresentaram associação significativa para se dizer que impacta no fato do servidor possuir consignação.

Então, verificou-se que a instituição não orienta os servidores de forma ativa, pois não promove eventos (cursos, palestras, etc) que abordem a educação financeira e margem de consignação. Apenas fornece informações ao servidor caso ele tenha

algum problema com consignado, ou seja, de forma passiva, quando o servidor procura a instituição. Contudo, As grandes corporações já entendem a necessidade do auxílio aos seus funcionários e os benefícios que essa ajuda traz para a empresa, sendo que oferecem a seus funcionários acompanhamento financeiro para que eles evitem ter problemas com suas finanças e assim proporcionar melhor produtividade, relacionamento no trabalho e evitar o presenteísmo.

Outro fato que se constatou por meio dessa pesquisa, foi que o assédio das instituições financeiras é constante e tem relação com o fato do servidor utilizar a margem de consignação. A variável *Frequência com que empréstimos consignados são oferecidos a você* apresenta associação significativa e moderada capacidade de explicação do servidor possuir consignação. Verificou-se que na medida em que aumenta a frequência de oferta de consignado ao servidor maior a chance dele realizar a operação de empréstimo consignado. Por isso as instituições financeiras insistem constantemente em oferecer empréstimo consignado aos servidores e quanto maior o percentual de utilização da margem de consignação ou quantidade de anotações de consignação de empréstimo no contracheque do servidor, mais assediado ele é (vide tabela 18).

Apesar de poucos servidores terem afirmado que tiveram problemas com, as maiores queixas de problemas é em relação a descontos indevidos e permanência do desconto após a quitação da dívida. Em dois movimentos de greve, o sindicato dos servidores técnicos administrativo incluiu fundo de greve, indevidamente, no contracheque de todos os servidores da categoria sem a devida autorização. Isso gerou transtornos para os recursos humanos e abertura de vários processos com termo de ocorrência de denúncia. Este fato gerou transtornos para os servidores e para a UFES, demonstrando fragilidade no sistema de consignação.

Portanto, a instituição pode atuar de forma mais ativa na orientação dos servidores acerca da margem de consignação, não fazê-la apenas de modo passivo esperando o servidor ter um problema para procurá-la. Já na educação financeira, a instituição não possui a obrigatoriedade legal de orientar, mas a entidade, principalmente por ser uma instituição de ensino pública e por possuir programa de capacitação dos servidores, pode ser pioneira na gestão de pessoas no serviço público e agregar

valor a sua função social e ao mesmo tempo ajudar os servidores a melhorarem seus entendimentos sobre finanças pessoais e sua qualidade de vida, aumentando a satisfação do servidor com a instituição e ao mesmo tempo trazer benefícios para a instituição, como muitas das empresas que possuem programas de educação financeira para os funcionários relataram que tiveram.

6. PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO INSTITUCIONAL

De acordo com a pesquisa realizada os fatores que possuem relevância na utilização da margem de consignação são os conhecimentos acerca do planejamento e do orçamento de finanças pessoais, do fluxo de caixa, do funcionamento da margem de consignação e de procedimentos em caso de problema com consignado.

Sobre o funcionamento da margem de consignação é possível confeccionar um material explicativo e disponibilizá-lo no sítio eletrônico da universidade, em um *link* na parte da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas para consultas a qualquer momento pelos servidores, além de incluir uma seção de perguntas mais frequentes sobre a consignação.

Como a UFES já possui um programa de capacitação para os servidores, uma forma mais fácil, rápido e menos dispendiosa para começar a orientar os servidores é através da oferta de cursos sobre educação financeira agregando o funcionamento da margem de consignação, para adequar à realidade dos servidores públicos, e como usá-la de forma adequada.

Os cursos podem ser divididos em módulos que tratem de assuntos como relação com o dinheiro, consumo consciente, valor do dinheiro no tempo, tomada de crédito, funcionamento da margem de consignação, planejamento financeiro, orçamento pessoal e fluxo de caixa orientando como realizar cada um, a importância da poupança, de planejar a aposentadoria e de fazer investimentos.

Devido à disponibilização de cursos serem uma forma que a instituição possui menos dispendiosa e que proporciona aos servidores o conhecimento sobre os assuntos de maneira mais dinâmica e prática, apresenta-se no quadro 02 uma proposta de ementa de cursos a serem oferecidos.

Quadro 03 – Proposta de ementa para cursos sobre educação financeira

Educação financeira para servidores públicos	Carga horária
Módulo I – Relação com o dinheiro	8h
1.1 O dinheiro hoje 1.2 Os sonhos e projetos 1.3 Necessidade e desejo 1.4 Razão e emoção no processo de escolhas 1.5 Priorização de objetivos 1.6 Mudança de hábitos	
Módulo II – Planejamento e orçamento Pessoal	16h
2.1 O que é planejamento pessoal? 2.2 Quem precisa planejar? quem deve se envolver no planejamento? 2.3 A importância do planejamento financeiro 2.4 O que é orçamento? 2.5 Como elaborar um orçamento 2.6 Fazendo a gestão orçamentária	
Módulo III – Fluxo de caixa e administração da dívida	16h
3.1 O uso do crédito. 3.2 Modalidades de crédito 3.3 Valor do dinheiro no tempo 3.4 Custo do crédito - taxas de juros, IOF e TAC 3.5 Controle da dívida 3.6 O que é fluxo de caixa? 3.7 Utilizando o fluxo de caixa	
Módulo IV – Consumo, poupança e investimento	8h
4.1 Consumo consciente 4.2 Fatores psicológicos no consumo 4.3 Por que poupar? 4.4 Por que e para quê investir? 4.5 Investimentos mais comuns	
Módulo V – Prevenção e preparação para o futuro	8h
5.1 Exposição a riscos 5.2 Proteção e prevenção de riscos 5.3 Planejando a aposentadoria 5.4 Opções financeiras para a aposentadoria	
Módulo VI – Consignação em folha de pagamento	8h
6.1 O que é consignação em folha de pagamento? 6.2 Como é realizada a consignação? 6.3 Como funciona a margem de consignação? 6.4 Como proceder em caso de problemas com a consignação? 6.5 Segurança na consignação - evitando a se expor ao risco de fraudes.	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

A divisão do curso em módulos permite que servidores que já possuam conhecimentos consolidados em algum assunto possam participar dos módulos em que possuam nenhum ou pouco conhecimento.

Posteriormente, se for identificando a necessidade, a universidade pode oferecer acompanhamento financeiro aos servidores por meio de programa ou projeto de extensão, podendo envolver os cursos de administração, ciências contábeis, economia e matemática. Podendo também envolver o curso de direito com orientação jurídica para renegociação da dívida.

Quanto aos problemas com consignação, para minimizar o problema que mais ocorre, o de desconto indevido no contracheque, uma possível solução seria exigir a inserção da senha de consignação para qualquer tipo de inclusão de consignação em folha do servidor. A senha é um mecanismo que pode inibir inclusões não autorizadas pelo servidor, como as inclusões do caso citado do sindicato, pois essa senha é solicitada pelo servidor por meio do site do Siapenet e o sistema a envia para o e-mail cadastrado do servidor, então ele fornece a senha para entidade que utiliza ela para incluir a consignação, assim teria certeza da autorização do servidor.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. **As facilidades do empréstimo consignado são enganadoras.** 2012, pequeno investidor. Disponível em <<http://www.opequenoinvestidor.com.br/2012/09/emprestimo-consignado/>>, acesso em 16 ago.2014.

ATRIBUNA. **Financeiras criam armadilhas para aposentados, diz Procon.** Publicado em 01 fev.2014. ano LXXV, nº 24.793.

AUGUSTINI, C. A. D; LIMA, A. S de. **Leasing operacional:** estratégias mercadológica e econômico-financeira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Evolução regional do crédito consignado.** Abr.2011 Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2011/04/br201104b2.p.pdf>>, acesso em 14.out2013.

BORGES, L. **Salve seu bolso:** o mais completo guia para antes, durante e depois da compra. São Paulo: Petrópolis, 1999.

BRASIL, C. **Educação financeira nas empresas.** 2014, Programa Cases. Disponível em < <http://www.programacases.com.br/coluna/educacao-financeira-nas-empresas>>, acesso em 15 ago.2014.

BRASIL, **Decreto nº 6.386 de 29 de fevereiro de 2008.** Publicado no Diário Oficial da União em 29 de fevereiro de 2008. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6386.htm#art28>, acesso em 30.out2013.

BRASIL, **Lei nº 1.046 de 02 de janeiro de 1950.** Publicada no Diário Oficial da União em 03 de janeiro de 1950. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l1046.htm>, acesso em 21.out2013.

BRASIL, **Lei nº 10.820 de 17 de dezembro de 2003.** Publicada no Diário Oficial da União em 18 de dezembro de 2003. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.820.htm>, acesso em 21.out2013.

BRASIL, **Lei nº 10.953 de 27 de setembro de 2004.** Publicada no Diário Oficial da União em 28 de setembro de 2004. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.953.htm>, acesso em 21.out.2013.

BRASIL, **Portaria Normativa nº 1 de 25 de fevereiro de 2010.** Publicada no Diário Oficial da União em 26 de fevereiro de 2010. Disponível em <http://www1.fazenda.gov.br/carta/docs/Anexo_1_Portaria_Normativa_n_1_de_25_de_fevereiro_de_2010_Consignacao.pdf>, acesso em 21 ago.2014.

BRASIL, **Portaria nº 52 de 14 de fevereiro de 2014.** Publicada no Diário Oficial da União em 17 de fevereiro de 2014. Disponível em <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=17/02/2014&jornal=1&pagina=83&totalArquivos=104>>, acesso em 21 ago.2014.

BRUNO, R.M. OLMO, M.D. **Servidor público: doutrina e jurisprudência**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006).

CAMARGO, P. O. **A evolução recente do setor bancário no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

CARNEIRO, R. *et al.* **A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula**. São Paulo: UNESP, 2006.

CARVALHO, H. L. F. S de; MOREIRA, R do C. **AS FINANÇAS PESSOAIS DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO FORMOSO-BA: Um estudo na Escola José de Anchieta**. Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, UNEB, Salvador, V. 3, n. 1, p.122-137 jan/ abr, 2013.

CARVALHO, J. N. F de; FIGUEREDO, A.T. **Expansão do crédito consignado no Brasil entre os anos de 2004 e 2011**. Revista informe econômico, ano 13, n. 28, p. 23-27 Nov, 2012

CAVALCANTE, F. MISUMI, J.Y. RUDGE, L.F. **Mercado de capitais: o que é, como funciona**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMERCIO. **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor** (Peic), Set.2013. Disponível em <http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/release_peic_setembro_2013.pdf>, Acesso em 14.out2013.

CONSIST. **Gestão de empréstimos consignados**. Disponível em <<http://www.consist.com.br/consist/web/index.php/1/540/gestao-de-emprestimos-consignados/gestao-de-margem-consignavel>>, acesso em 20 ago.2014.

CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Luciana de Oliveira Rocha, 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CSTSCA. **Portal da consignação SIGMAC**. Disponível em <<http://www.cstsca.com.br/index.php/consig/8-bem-vindo-ao-sigmac>>, acesso em 20 ago.2014.

DI AGUSTIN, C. A; ZELMANOVITS, N. S. **Matemática aplicada a gestão de negócios**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

DIEHL, A. A; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

DOMINGOS, R. **A importância de um orçamento financeiro pessoal**. 2012. Disponível em < <http://www.dsop.com.br/blog/importancia-orcamento-financeiro-pessoal>>, acesso em 10 ago.2014.

DOMINGOS, R. **Como organizar suas dívidas?** 2013. Disponível em <<http://www.dsop.com.br/blog/como-organizar-suas-dividas>>, acesso em 09 ago.2014.

DOMINGOS, R. **Por que inserir educação financeira nas empresas.** 2013, InfoMoney. Disponível em < <http://www.infomoney.com.br/blogs/financas-em-casa/noticia/2795090/por-que-inserir-educacao-financeira-nas-empresas>>, acesso em 13 ago.2014.

FASSARELLA, R. L. **Impacto da Lei de crédito consignado nos diferentes tipos de crédito para pessoa física.** 2010. 34 f. Dissertação (Mestrado em Administração), Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças – FUCAPE, Vitória, ES, 2010.

FERREIRA, I. C. B. **Crédito consignado e superendividamento.** Porto Alegre: 2008. Disponível em: < http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2008_1/isabel_cristina.pdf>, acesso em 02 ago.2014.

FIELD, A. **Descobrimo a estatística usando SPSS.** Tradução Lorí Viali. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa – um guia para iniciantes.** Porto Alegre: Penso, 2012.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Problema no empréstimo consignado é a principal queixa no INSS.** Publicado em 28 nov.2012. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2012/11/1192254-problema-no-emprestimo-consignado-e-a-principal-queixa-no-inss.shtml>>, acesso em 29 mai.2014.

FOLHA PAULISTANA. **Crédito no Brasil – Crescimento do crédito foi de 563,8% na última década com relação ao PIB.** Publicado em 17 set.2013. Disponível em <<http://www.folhapaulistana.com.br/2013/09/credito-no-brasil-crescimento-do-credito-foi-de-5638-na-ultima-decada-com-relacao-ao-pib/>>, acesso em 21.out2013.

FRANKENBERG, L. **Seu futuro financeiro.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

FREZATTI, F. **Gestão do fluxo de caixa diário:** como dispor de um instrumento fundamental para o gerenciamento do negócio. São Paulo: Atlas, 2007.

FULGENCIO, P. C. **Glossário Vade Mecum:** administração pública, ciências contábeis, direito, economia, meio ambiente: 14.000 termos e definições. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GIARETA, M. **Planejamento financeiro pessoal:** uma proposta de controle de fluxo de caixa para orçamento familiar. 2011. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em gestão de negócios financeiros) – Departamento de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

GIL, A. C. **Como Elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 10ª ed. Tradução: Sanvicente, A.Z. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2006.

GOMES, A. E da S. **Crédito consignado**: medidas corretivas para evitar o superendividamento. Revista FMU Direito. São Paulo, ano 25, n. 35, p. 01-10, 2011.

GUIMARÃES, L. P. **Educação financeira em 3 capítulos**. Rio de Janeiro: PerSe, 2013.

HALFELD, M. **Investimentos**: Como administrar melhor seu dinheiro. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2001.

HALLES, C. R. HILGEMBERG, E.M. SOKOLOWSKI, R. **O planejamento financeiro como instrumento de qualidade de Vida**. Disponível em < http://www.escolade governo.pr.gov.br/arquivos/File/anais/painel_gestao_orcamentaria_financeira_e_recursos_humanos/o_planejamento.pdf>. Acesso em 05 jun.2014.

KAPLAN, S. **A estratégia do elefante**: como conquistar e manter grandes clientes. Tradução Alessandra Mussi Araújo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

KIYOSAKI, R. T; LECHTER, S.L. **Como ficar rico**: sem cortar os cartões de crédito. Tradução de Maria José Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

KOCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LAPORTA, T. **Empresas aumentam produtividade com saúde financeira dos empregados**. 2013, Portal IG – Economia. Disponível em <<http://economia.ig.com.br/financas/2013-12-06/empresas-aumentam-produtividade-com-saude-financeira-dos-empregados.html>>, acesso em 12 ago.2014.

MALBURG, L. S. **Implicações do uso do crédito pessoal para com gestão do orçamento familiar da população de baixa renda**. 2010. 78 f, Dissertação (mestrado em administração) – Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MALUCELLI, A. P. **Crédito consignado**: função social e superendividamento. 2008, 124 f, Dissertação (Mestrado em direito), Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Paraná, 2008.

NEVES, R. F. **Efeitos da expansão do crédito consignado ao setor privado no consumo dos domicílios brasileiros**. 2012. 96 f. Dissertação (mestrado em economia) – Departamento de economia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NEWLANDS JUNIOR, C. A. **Sistema financeiro e bancário**: teorias e questões. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

NEWLANDS JUNIOR, C. A. **Sistema financeiro e bancário**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES. **Endividamento e sobreendividamento das famílias – conceitos e estatísticas para a sua avaliação**. Centro de estudos sociais da faculdade de economia da universidade de Coimbra, fev. 2002. Disponível em < http://oec.ces.uc.pt/biblioteca/pdf/pdf_estudos_realizados/estudo_parte2%20cap_1.pdf>, acesso em 29.out2013.

PAIVA, J. T. **O segredo da educação para saúde financeira: incrível guia de planejamento e controle financeiro**. Fortaleza, 2013.

RAMPAZZO, L. **Metodologia científica – para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

RASSIER, L. **Conquiste sua liberdade financeira: organize suas finanças e faça o seu dinheiro trabalhar para você**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

RIOS, J. **Crédito consignado: paraíso só para o banco**. 2008, Jornal da tarde. Disponível em <<http://blogs.estadao.com.br/advogado-de-defesa/credito-consignado-paraíso-so-para-o-ban/>>, acesso em 15 ago.2014.

RODRIGUES, J. A do A; MENDES, G. de M. **Manual de aplicação de matemática financeira: temas básicos, questões-chave, formulários e glossários, problemas destacados**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

ROSS, S. A; WESTERFIELD, R. W; JORDAN, B. D. **Princípios de administração financeira**. Tradução Andrea Maria Accioly Fonseca Minardi; Revisão técnica Antônio Zoratto Sanvicente. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ROSSETTI, J. P *et. al*. **Finanças Corporativas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

SAMPAIO, N. **Endividamento alto e perspectivas de 2015 apertado indicam a hora de planejar**. 2014, Brasil Econômico. Disponível em < <http://brasileconomico.ig.com.br/negocios/clienteeca/20140828/endividamentoaltoeperspectivade2015apertadoindicamahoradeplanejar.html>>, acesso em 10 nov.2014.

SANTOS, L. S. **A importância da educação financeira nas empresas sob o aspecto da produtividade e da redução dos acidentes de trabalho**. *Hermes*, São Paulo, v.8, p.140-149, 2013. Disponível em: <<http://www.fipen.edu.br/hermes1/index.php/hermes1/article/view/76/62>>. Acesso em 06.jun 2014.

SANVICENTE, A. Z. **Administração Financeira**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SILVA, D. da. **Palavras de direito: o verdadeiro significado leva à clareza**. São Paulo: Novo Século, 2012.

SILVESTRE, M. **12 meses para enriquecer: o plano da virada**. São Paulo: Lua de Papel, 2010.

SOUZA JUNIOR, E. V. **Comportamento financeiro dos servidores do TRT4 frente à oferta de crédito consignado e ao risco de superendividamento**. Porto Alegre:2013. Disponível em < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/87861/000911008.pdf?sequence=1>>, Acesso em 01 ago.2014.

SOUZA, R. **Conhecimentos Bancários**. Editora Áudio, 2013.

STRATE, A. B. S. **Implicações Provenientes da Elaboração de um orçamento familiar**. 2010, 209 f, Dissertação (mestrado em ensino de ciências exatas), Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2010.

TAMOTO, R. **Educação financeira é lucro para empresa e funcionário**. 2014, Diário do comércio. Disponível em < <http://www.dcomercio.com.br/2014/01/26/educacao-financeira-e-lucro-para-empresa-e-funcionario>>, acesso em 12 ago.2014.

TOLOTTI, M. **As armadilhas do consumo: acabe com o endividamento**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 13º ed. São Paulo: Atlas, 2011.

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos servidores públicos ativos da Ufes

O objetivo deste questionário é traçar o perfil do servidor endividado e verificar o papel orientativo da instituição sobre a implicação do uso da margem de consignação.

A pesquisa ajudará a Instituição a melhorar a orientação ao servidor e o processo de consignação em folha. Por isso, sua avaliação é de suma importância.

Desde já, agradeço a sua colaboração.

A – DADOS DO SERVIDOR

1. Sexo: () masculino () feminino

2. Idade: _____

3. Estado Civil:

() solteiro () casado () união estável () viúvo () divorciado () outro.

4. Número de dependentes

() 0 () 1 () 2 () 3 () 4 ou mais

5. Situação

() Ativo () Aposentado () Ativo e aposentado, possui 2 ou mais vínculos sendo que pelo menos 1 é ativo.

6. Qual o seu tempo de serviço na instituição? _____

7. Qual o seu tempo de serviço no serviço público? _____

8. Carreira

() Técnico Administrativo em Educação () Professor

9. Qual seu rendimento bruto mensal

- () até 1.449,99 reais
- () entre 1.450,00 e 2.899,99 reais
- () entre 2.900,00 e 7.249,99 reais
- () entre 7.250,00 e 14.499,99 reais
- () acima de 14.500,00 reais

10. Escolaridade

- () Primário ou fundamental Incompleto, alfabetizado
- () Ensino fundamental Completo
- () Ensino Médio Completo
- () Superior Completo
- () Pós graduado Lato sensu (especialização, MBA)
- () Pós graduado Stricto sensu Mestrado
- () Pós graduado Stricto sensu Doutorado ou pós Doutorado

11. Você possui Consignação em Folha de Pagamento? Caso não pule para questão nº 25.

☐ Sim ☐ Não.

12. Qual o percentual da margem de consignação você utiliza?

- ☐ Utilizo 100% da margem de consignação
- ☐ Utilizo entre 50,01% e 99,99% da margem de consignação
- ☐ Utilizo entre 10,01% e 50,00% da margem de consignação
- ☐ Utilizo até 10% da margem de consignação
- ☐ Utilizo, mas não sei o percentual

13. Quantas consignações referentes a empréstimos/ financiamentos você possui atualmente? Se nenhuma pule para a questão 21.

- ☐ Nenhuma
- ☐ Apenas 1
- ☐ de 2 a 3
- ☐ de 4 a 5
- ☐ mais de 5

B – EMPRESTIMO CONSIGNADO

14. Qual o motivo que o levou a adquirir a(s) consignação(s) referente(s) a empréstimo/ financiamento?

- ☐ Compra de bem de consumo (eletrodomésticos, eletrônicos, roupas, etc)
- ☐ Compra de imóvel (casa, apartamento, terreno, etc))
- ☐ Compra de veículo (carro, moto, bicicleta, etc)
- ☐ Problemas de saúde (exames, remédios, internação, etc)
- ☐ Para pagar outras dívidas (cheque especial, cartões de crédito, crediários, outros empréstimos, etc)
- ☐ A pedido de terceiros (filho, pai, amigo, etc)
- ☐ Viagens e turismo (lazer)
- ☐ Outros. Qual(is)_____

15. Qual o valor que você pegou emprestado?

- ☐ até R\$ 5.000,00
- ☐ de R\$ 5.000,01 até R\$ 10.000,00
- ☐ de R\$ 10.000,01 até R\$ 20.000,00
- ☐ de R\$ 20.000,01 até R\$ 30.000,00
- ☐ Acima de R\$ 30.000,00

16. Qual foi o prazo do empréstimo/financiamento? Considerar o último.

- ☐ até 12 meses
- ☐ de 13 a 24 meses
- ☐ de 25 a 36 meses
- ☐ de 37 a 48 meses
- ☐ Acima de 48 meses

17. Você tem conhecimento da taxa de juros praticada na contratação do empréstimo?

☐ Sim ☐ Não

18. Você foi contatado pela instituição financeira para adquirir novo empréstimo ou por outra instituição financeira para comprar sua dívida?

- ☐ Sim, por telefone
- ☐ Sim, por E-mail/ redes sociais
- ☐ Sim, por correspondência (correios)
- ☐ Sim, pessoalmente
- ☐ Sim, por outros meios
- ☐ Não.

19. Classifique a frequência com que empréstimos consignados são oferecidos a você por meio de panfletos, ligações, propagandas (Radio e TV), e-mails ou outro meio de comunicação?

- ☐ Nunca ☐ Raramente ☐ As vezes ☐ Frequentemente ☐ sempre

C – PROBLEMAS COM CONSIGNAÇÕES

20. Já teve algum problema com consignação em folha? Caso não, marque e pule para a questão 28.

- ☐ Sim ☐ Não

21. Em qual(is) tipo(s) você classificaria o problema? Se teve mais de um problema pode escolher mais de uma opção.

- ☐ Inclusão do desconto no meu contracheque sem minha autorização.
- ☐ Não recebeu o valor do empréstimo/financiamento e já houve o desconto na folha
- ☐ Permanência do desconto após meu pedido de exclusão/ quitação junto a consignatária.
- ☐ Obteve um serviço diferente ao contratado. (cobrança de taxas superiores ao contratado ou não previstas em contrato.
- ☐ O valor descontado não foi o acordado (foi maior ou menor).
- ☐ Desconto em duplicidade na transferência de carteira para outro banco.
- ☐ Outros: _____

22. Quem você procurou primeiro para resolver o problema?

- ☐ A instituição em que trabalho
- ☐ A Consignatária (empresa que peguei empréstimo)
- ☐ Órgãos de Defesa do Consumidor/ juizado
- ☐ Deixei de lado
- ☐ Outros: _____

23. Após início da resolução do problema como você classificaria a tempo para resolução:

- ☐ Não resolveu ☐ demorou muito ☐ demorou ☐ demorou pouco ☐ não demorou

24. Qual o grau de satisfação com a solução apresentada para o problema?

- ☐ insatisfeito ☐ pouco satisfeito ☐ satisfeito ☐ bastante satisfeito ☐ Extremamente satisfeito

D - ORIENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

25. Você tem conhecimento ou já participou de algum evento (palestra, fórum, curso) sobre consignação em folha de pagamento e/ou margem de consignação ministrada pela instituição em que trabalha?

() Sim () Não

26. Você já participou de algum evento na instituição em que trabalha cujo tema central foi a educação financeira?

() Sim () Não

27. E em outras instituições?

() Sim () Não

28. Você já recebeu da instituição em que trabalha alguma orientação sobre como proceder em caso de problemas com consignação em folha de pagamento?

() Sim () Não

29. Qual o seu grau de concordância com as afirmativas abaixo?

	Discordo plenamente	Discordo em parte	Não concordo nem discordo	Concordo em parte	Concordo plenamente
Eu participaria de algum evento (Curso, fórum, palestra) sobre educação financeira que fosse organizado pela instituição em que trabalho.					
Tenho facilidade em obter informações sobre margem de consignação e consignação em folha de pagamento na instituição em que trabalho.					

E – EDUCAÇÃO FINANCEIRA

30. Sabendo que os tópicos abaixo são tratados na educação financeira e consignação em folha, como você avalia seus conhecimentos em:

Assunto	Nenhum	Pouco	Razoável	Bom	Ótimo
Planejamento de Finanças Pessoais					
Orçamento de Finanças Pessoais					
Fluxo de caixa					
Produtos bancários					
Modalidades de empréstimos/ financiamento					
Matemática financeira					
Taxa de juros nominal					
Taxa de juros efetivas					
Funcionamento da margem de consignação					
Termo de Ocorrência de Denúncia					

31. Atribua um grau de importância aos temas abaixo que você julga ser necessário abordar em um evento (curso, palestra, fórum) sobre educação financeira.

Assunto	Sem importância	Pouco importante	importante	Muito importante	Extremamente importante
Planejamento de Finanças Pessoais					
Orçamento de Finanças Pessoais					
Fluxo de caixa					
Produtos bancários					
Modalidades de empréstimos/financiamento					
Matemática financeira					
Taxa de juros nominal					
Taxa de juros efetivas					
Funcionamento da margem de consignação					
Termo de Ocorrência de Denúncia					

32. Deixe sua sugestão de temas que gostaria que fosse tratado em um curso sobre educação financeira.

APÊNDICE B – Tabelas de contingência de Possui Consignação e variáveis que não possuem significância.

Tabela de contingência de Possui Consignação e Sexo, Estado Civil, Dependentes e Carreira

			Possui Consignação			Qui-quadrado (gl)	P - Valor	V de Cramer
			Sim	Não	Total			
Sexo	Masculino	N	44	45	89	0,536 (1)	0,464	0,051
		%	49,4%	50,6%	100,0%			
	Feminino	N	66	55	121			
		%	54,5%	45,5%	100,0%			
Total			N	110	100	210		
			%	52,4%	47,6%			
Estado Civil	Solteiro	N	30	33	63	5,338 (3)	0,149	0,159
		%	47,6%	52,4%	100,0%			
	Casado	N	56	52	108			
		%	51,9%	48,1%	100,0%			
	Divorciado	N	17	6	23			
		%	73,9%	26,1%	100,0%			
	União Estável, Viúvo e outros	N	7	9	16			
		%	43,8%	56,3%	100,0%			
Total			N	110	100	210		
			%	52,4%	47,6%			
Dependentes	Nenhum	N	38	48	86	5,256 (3)	0,154	0,158
		%	44,2%	55,8%	100,0%			
	Um	N	27	22	49			
		%	55,1%	44,9%	100,0%			
	Dois	N	23	19	42			
		%	54,8%	45,2%	100,0%			
	Três ou mais	N	22	11	33			
		%	66,7%	33,3%	100,0%			
Total			N	110	100	210		
			%	52,4%	47,6%			
Carreira	Técnico ADM	N	79	67	146	0,574 (1)	0,449	0,052
		%	54,1%	45,9%	100,0%			
	Professor	N	31	33	64			
		%	48,4%	51,6%	100,0%			
Total			N	110	100	210		
			%	52,4%	47,6%			

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Nota: gl – graus de liberdade. N – número de observações. % - percentual linha.

Tabela de contingência de Possui Consignação e Rendimento bruto mensal, Escolaridade, Tempo no serviço público e Tempo de serviço na instituição

			Possui Consignação			Qui-quadrado (gl)	P - Valor	V de Cramer
			Sim	Não	Total			
Rendimento bruto mensal	Entre R\$ 1.450,00 e R\$ 2.899,99	N	15	17	32	1,001 (2)	0,606	0,069
		%	46,9%	53,1%	100,0%			
	Entre R\$ 2.900,00 e R\$ 7.249,99	N	70	57	127			
		%	55,1%	44,9%	100,0%			
	Acima de R\$ 7.250,00	N	25	26	51			
		%	49,0%	51,0%	100,0%			
Total			N	110	100	210		
			%	52,4%	47,6%	100,0%		
Escolaridade	Médio	N	12	5	17	5,056 (4)	0,282	0,155
		%	70,6%	29,4%	100,0%			
	Superior	N	19	13	32			
		%	59,4%	40,6%	100,0%			
	Especialização/ MBA	N	32	37	69			
		%	46,4%	53,6%	100,0%			
	Mestrado	N	25	19	44			
		%	56,8%	43,2%	100,0%			
	Doutorado	N	22	26	48			
		%	45,8%	54,2%	100,0%			
Total			N	110	100	210		
			%	52,4%	47,6%	100,0%		
Tempo no serviço público	até 5 anos	N	42	48	90	6,271 (3)	0,099	0,173
		%	46,7%	53,3%	100,0%			
	de 6 a 15 anos	N	23	27	50			
		%	46,0%	54,0%	100,0%			
	de 16 a 25 anos	N	22	14	36			
		%	61,1%	38,9%	100,0%			
	mais de 25 anos	N	23	11	34			
		%	67,6%	32,4%	100,0%			
Total			N	110	100	210		
			%	52,4%	47,6%	100,0%		
Tempo de serviço na instituição	até 5 anos	N	52	63	115	6,622 (3)	0,085	0,178
		%	45,2%	54,8%	100,0%			
	de 6 a 15 anos	N	21	18	39			
		%	53,8%	46,2%	100,0%			
	de 16 a 25 anos	N	24	12	36			
		%	66,7%	33,3%	100,0%			
	mais de 25 anos	N	13	7	20			
		%	65,0%	35,0%	100,0%			
Total			N	110	100	210		
			%	52,4%	47,6%	100,0%		

Tabela de contingência de Foi contatado a adquirir novo empréstimo ou vender a dívida e percentual de margem de consignação e utiliza

		Foi contatado a adquirir novo empréstimo ou vender a dívida			Qui-quadrado (gl)	P - Valor	V de Cramer	
		Sim	Não	Total				
Percentual da margem de consignação que utiliza	Utiliza, mas não sabe o percentual	N	10	6	16	6,918 (4)	0,140	0,254
		%	62,5%	37,5%	100,0%			
	Utiliza 100%	N	19	6	25			
		%	76,0%	24,0%	100,0%			
	Utiliza entre 50,01% e 99,99%	N	17	10	27			
		%	63,0%	37,0%	100,0%			
	Utiliza entre 10,01% e 50,00%	N	18	13	31			
		%	58,1%	41,9%	100,0%			
	Utiliza até 10%	N	2	6	8			
		%	25,0%	75,0%	100,0%			
Total		N	66	41	107			
		%	61,7%	38,3%	100,0%			

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Nota: gl – graus de liberdade. N – número de observações. % - percentual linha.

Tabela de contingência de Possui Consignação e Conhecimentos em produtos bancários e conhecimentos em modalidades de empréstimos e financiamentos

			Possui Consignação			Qui-quadrado (gl)	P - Valor	V de Cramer
			Sim	Não	Total			
Conhecimentos em Produtos bancários	Pequeno	N	63	44	107	3,944 (2)	0,139	0,137
		%	58,9%	41,1%	100,0%			
	Médio	N	22	29	51			
		%	43,1%	56,9%	100,0%			
	Grande	N	25	27	52			
		%	48,1%	51,9%	100,0%			
Total		N	110	100	210			
		%	52,4%	47,6%	100,0%			
Conhecimentos em Modalidades de empréstimos e financiamento	Pequeno	N	48	51	99	1,163 (2)	0,559	0,074
		%	48,5%	51,5%	100,0%			
	Médio	N	32	26	58			
		%	55,2%	44,8%	100,0%			
	Grande	N	30	23	53			
		%	56,6%	43,4%	100,0%			
Total		N	110	100	210			
		%	52,4%	47,6%	100,0%			

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Nota: gl – graus de liberdade. N – número de observações. % - percentual linha.

Tabela de contingência de Possui Consignação e conhecimentos em matemática financeira.

			Possui Consignação			Qui-quadrado (gl)	P - Valor	V de Cramer
			Sim	Não	Total			
Conhecimentos em Matemática financeira	Pequeno	N	58	41	99	3,007 (2)	0,222	0,12
		%	58,6%	41,4%	100,0%			
	Médio	N	23	28	51			
		%	45,1%	54,9%	100,0%			
	Grande	N	29	31	60			
		%	48,3%	51,7%	100,0%			
Total	N	110	100	210				
	%	52,4%	47,6%	100,0%				
Conhecimentos em Taxa de juros nominal	Pequeno	N	68	49	117	3,949 (2)	0,139	0,137
		%	58,1%	41,9%	100,0%			
	Médio	N	16	23	39			
		%	41,0%	59,0%	100,0%			
	Grande	N	26	28	54			
		%	48,1%	51,9%	100,0%			
Total	N	110	100	210				
	%	52,4%	47,6%	100,0%				
Conhecimentos em Taxa de juros efetivas	Pequeno	N	66	51	117	1,852 (2)	0,396	0,094
		%	56,4%	43,6%	100,0%			
	Médio	N	19	23	42			
		%	45,2%	54,8%	100,0%			
	Grande	N	25	26	51			
		%	49,0%	51,0%	100,0%			
Total	N	110	100	210				
	%	52,4%	47,6%	100,0%				

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Nota: gl – graus de liberdade. N – número de observações. % - percentual linha.

ANEXO A – Modelo de fluxo de caixa pessoal

Fluxo de Caixa Pessoal	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total 20xx
Dinheiro disponível hoje													
Saldo inicial do mês													0
Salário líquido do mês													0
13º Salário													0
Outros rendimentos													0
Total de Entradas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aluguel													0
Condomínio													0
Energia Elétrica													0
Telefones / internet / TV cabo													0
Combustível e transporte													0
Manutenção Veículos													0
Seguros de automóveis													0
Salários empregados domésticos													0
Mesada dos filhos													0
Mensalidade escolar													0
Matrícula escolar para 2009													0
Material didático 2009													0
Previdência privada													0
IPTU e IPVA 2009													0
Manutenção da casa													0
Previsão gastos c/presentes de Natal 2009													0
Previsão gastos com a Ceia de Natal 20xx													0
Previsão de gastos de férias													0
Gastos com refeições fora de casa													0
Gastos com lazer													0
Demais gastos													0
Total de Saídas correntes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado parcial do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo Final do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Você terá que tomar mais empréstimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Parabéns: riqueza acumulada no período	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Fundação Dom Cabral¹¹

Elaborado por: Prof. Haroldo Vale Mota

¹¹ Planilha disponível no sitio do Jornal Hoje da Globo <g1.globo.com/jornalhoje/download/0,,4829-1,00.xls>, acesso em 20 ago.2014.